

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

ORIGENS E CONTRADIÇÕES
DO DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL ARGENTINO
(1860 - 1930)

DELIA BEATRIZ ESPINA

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas sob a Orientação do Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.

CAMPINAS - 1991

Aos meus filhos

Guillermina e

Sebastián.

"No es una cosa en verdad sorprendente ver una nación, varias naciones, o mas bien la Humanidad entera, decir a sus sabios, a sus hechiceros: "Os amaré y os haré grandes, si me convenceis de que progresamos sin querer, inevitablemente, durmiendo; libradnos de la responsabilidad, evitadnos la humillación de las comparaciones, falsead la Historia, y podreis llamaros los sabios de los sabios"?"

Baudelaire

Citado por Carlos García Martínez "La Telaraña Argentina"

"La lucha por la industrialización ha sido pues, en la Argentina, la lucha por la transformación democrática de su estilo de vida."

Ricardo Ortiz "Historia Económica de la Argentina"

"O feliz casamento da uniformidade com a liberdade, o que é que a humanidade poderia desejar de melhor?"

Milan Kundera "A Inmortalidade"

ÍNDICE

- INTRODUÇÃO.....	01
- CAPÍTULO I	
Propriedade da Terra e Modo de Produção.....	07
I. A Constituição do "Espaço Pampeano".....	07
II. O Latifúndio.....	14
III. Desenvolvimento da Agricultura. O triunfo da estância como empresa capitalista.....	17
IV. O arrendamento.....	25
Notas Bibliográficas.....	35
- CAPÍTULO II	
Diversificação do setor agroexportador e consolidação das precondições do processo de industrialização.....	39
I. Acumulação de Capital.....	40
II. Urbanização.....	47
II.1. Mercado Interno. Mercado de Trabalho.....	69
III. Política Cambial.....	81
IV. Tarifas Alfandegárias.....	84
Notas Bibliográficas.....	90
- CAPÍTULO III	
O Desenvolvimento Industrial (1880-1914).....	98
I. O "Club Industrial".....	102
II. A Indústria.....	109
Notas Bibliográficas.....	140
- CAPÍTULO IV	
A Desaceleração (1914-1930).....	144
I. Período 1914-17.....	146
II. A Década de 1920.....	154
III. A Crise do Padrão de Desenvolvimento Capitalista.....	168
Notas Bibliográficas.....	189
- BIBLIOGRAFIA.....	194

Este trabalho é um reencontro com o passado. Ele surge a partir de uma pergunta que, formulada em algum momento daquele ano de 1976, repercute com tenacidade no presente: como foi possível?... Buscar uma resposta para esta simples pergunta, resultou na formulação de distintos projetos de tese. Um intento de "explicar" o golpe militar que sacudiu a Argentina, em 1976, converteu-se em um projeto de tese que visava comparar os movimentos sindicais argentino e brasileiro, entre 1950-1970. Não era o caminho... Insisti na busca de "explicações", a partir de outro projeto sobre o desenvolvimento industrial argentino, entre 1950-1970, período em que se concretizou a grande abertura do país aos investimentos estrangeiros, no setor industrial. Este segundo projeto, discutido conjuntamente com o Prof. Dr. Carlos Alonso B. de Oliveira e com o Prof. Dr. Sérgio Silva, colocou-me nos rumos do projeto definitivo.

Foi por sugestão do Prof. Sérgio Silva que procurei buscar nas origens do capitalismo argentino "algumas razões" que justificassem a atual decadência argentina. Agradeço o apoio intelectual que recebi de ambos os professores.

Ao Professor Alonso devo algo mais que a orientação deste trabalho. Dele recebi o estímulo contínuo que assegurou sua concretização. No entanto, a responsabilidade desta tese é inteiramente minha.

À Professora Dra. Liana Aureliano devo o apoio inicial que possibilitou minha participação no exame de seleção do doutorado do Instituto de Economia.

Devo mencionar meu agradecimento, na Argentina, aos Professores José Carlos Chiaramonte, José Panettieri e Uros Basic.

Marisa e Denise cuidaram, com especial dedicação, do trabalho de datilografia. Inês corrigiu o português.

Impossível "listar" a cada um dos amigos, brasileiros e argentinos, que me acompanharam ao longo deste trabalho. Obrigada a todos. Não posso, no entanto, deixar de mencionar a Gigi, que, com seus 74 anos é o exemplo de "juventude e criatividade" a ser seguido. Obrigada, Gigi, por tão valiosa amizade.

Sempre contei com o apoio e o incentivo de Manolo para retomar e finalizar este trabalho.

Por último agradeço o suporte financeiro que recebi do Instituto de Economia da UNICAMP, como bolsista, assim também como da CAPES.

INTRODUÇÃO

Este trabalho une-se a tantos outros que procuram explicar as causas que levaram a Argentina à prematura estagnação econômica, que se seguiu ao processo de industrialização, inaugurado em 1930.

A busca de uma explicação para esse fenômeno remonta às análises das distintas correntes de pensamento econômico às origens do desenvolvimento industrial argentino. Constatase, então, o predomínio, quase inquestionável, de sinalizar a crise mundial de 1929 como o acontecimento que marca a ruptura entre dois padrões de desenvolvimento econômico. O primeiro, baseado na economia primária exportadora, desenvolve-se no período 1880-1930, em resposta à demanda externa por esses produtos e o segundo, a partir de 1930, quando a indústria passa a assumir o papel dinamizador da economia, encontrando na demanda interna, sua capacidade de realização.

Entre as análises que sinalizam o ano de 1930 como "divisor das águas" entre os dois padrões de crescimento econômico, identifica-se a Crise Mundial de 1914, como data chave, que inicia o despertar da consciência industrial argentina. Desde então, segundo essas interpretações, a indústria alcança um "certo

grau" de desenvolvimento, passando a assumir o rol dinamizador da economia, a partir de 1930, como consequência da grande Depressão. ¹

A aceitação generalizada de que a 1ª. guerra Mundial foi o estímulo inicial que impulsionou o desenvolvimento industrial, por substituição de importações, obedece à teoria mais geral, que contrapõe o desenvolvimento nacional à divisão internacional do trabalho. As nações com passado colonial, como a Argentina, integram-se à nova divisão internacional do trabalho, a partir da estruturação das economias primário exportadoras, em fins do século XIX, quando o capitalismo já é dominante a nível mundial. A característica saliente dessa integração é a desigualdade básica que se cria, no marco da economia mundial, entre os países "periféricos", produtores de matérias primas, e os países "avançados" que tinham participado da Revolução Industrial.

¹ O pensamento cepalino, a partir da obra de Raúl Prebisch, dá origem à proliferação de trabalhos de cunho desenvolvimentista. Entre outros, Rogelio Frigerio "Los Cuatro años, 1958-1962: política económica para argentinos", Bs. As. Cogtal, 1962 e "El país de nuevo en la encrucijada: la falácia de la estabilización monetaria sin expansión económica". Bs. As, 1970; Aldo Ferrer "La economía argentina, las etapas de su desarrollo y problemas actuales". F.C.E. Bs. As, 1963; Guido Di Tella e Manuel Zymelman "Etapas del desarrollo económico argentino" EUDEBA, Bs. As, 1967; Adolfo Dorfman "História de la industria argentina". Bs. As, Ed. Solar, 1970.

Segundo as interpretações clássicas da história econômica argentina, a lógica de acumulação capitalista resultante dessa integração desigual, a nível mundial, impulsionava, conjuntamente, o desenvolvimento das economias primário-exportadoras e o capitalismo dos países industrializados, bloqueando, porém, a possibilidade de industrialização dos países "especializados" na produção agrária para a exportação, dentro da divisão internacional de trabalho. "Daí que o núcleo da questão da industrialização esteja centrado na oposição entre o desenvolvimento econômico da nação e uma determinada divisão internacional do trabalho que a havia transformado numa economia reflexa e dependente".²

Assim sendo, dentro das interpretações clássicas da história econômica argentina, é nos momentos de crises mundiais, como as duas Guerras, e a Depressão de 1929, que criam-se conjunturas favoráveis ao desenvolvimento industrial, porque nessas conjunturas afrouxam-se as relações de dependência entre os países "periféricos" e os países "centrais".

Nossa análise parte de uma visão que nos afasta das interpretações tradicionais da historiografia argentina

² Cardoso de Mello, João Manuel "O Capitalismo tardio" São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984, pag. 95.

A análise inspirou-se na teoria do "capitalismo tardio", da escola brasileira, que interpreta a origem da indústria no Brasil, como sendo o resultado da constituição do capitalismo brasileiro, a partir da estruturação da economia cafeeira destinada a exportação.³ A análise focaliza a indústria como sendo o resultado da relação contraditória com a economia agroexportadora, na dependência da economia mundial. Segundo essas análises é o próprio desenvolvimento da economia agroexportadora que cria as condições para o surgimento industrial nos países dependentes. Porém, esse é um processo contraditório. Na fase expansiva da economia agroexportadora, distintos fatores atuam, impulsionando a indústria. O aumento das exportações produz o crescimento geral da renda expandindo o mercado interno, consumidor de produtos manufaturados. A expansão da economia agroexportadora aumenta, também, a capacidade para importar. No entanto, o aumento das importações tem um efeito contraditório sobre a indústria. Por um la-

³ As principais contribuições na teoria do "capitalismo tardio" são Cardoso de Mello, João Manuel "Op. Cit"; Silva, Sérgio "Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil" São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986; Tavares, Maria da Conceição "Acumulação de Capital e industrialização no Brasil", Tese de Livre Docência, Rio de Janeiro, UFRJ, 1974; Cano, Wilson "Raízes de concentração industrial em São Paulo, DIFEL, 1977

do facilita-se a expansão do setor, ao incrementarem-se as importações de bens de capital; paralelamente, o setor tem que enfrentar a concorrência maior dos produtos de consumo estrangeiro. Nos momentos de crise o processo se inverte. A retração da economia agroexportadora coloca um limite ao crescimento da renda interna, com a conseguinte queda da capacidade de consumo. Essa situação de retração de demanda interna pode ver-se compensada, ao menos parcialmente, pela diminuição da concorrência de produtos manufaturados estrangeiros, face às dificuldades para importar que a crise cria. No entanto, o estreitamento da capacidade para importar, na fase depressiva, afeta por igual os bens de produção, restringindo-se a possibilidade de ampliar a capacidade produtiva do setor industrial, e repercutindo negativamente nos custos de produção.

É preciso salientar, que a repercussão das crises externas sobre a indústria, varia em função da situação interna pela qual atravessa cada país, ao advento das crises. Por conseguinte, não é possível fazer uma análise mecanicista e/ou generalizada, dos efeitos das crises externas sobre as economias agroexportadoras, nos países de industrialização retardatária.

O processo contraditório que caracteriza o surgimento da indústria nos países dependentes, condicionou o desenvolvimento industrial. A indústria que se desenvolve como resultado da estruturação das economias agroexportadoras e de sua inserção na economia mundial, fica "restringida" em sua evolução, pela impossibilidade de implantar o departamento de bens de produção em mo-

mentos em que nasce a indústria de bens de consumo. ⁴

A partir da aplicação do enfoque teórico descrito à realidade argentina, para o período 1860-1930, procuraremos demonstrar: a) que a indústria argentina, surge "no bojo" da constituição do capitalismo argentino a partir da estruturação da economia agroexportadora, processo que localizamos entre 1880-1914, precedendo à 1ª Guerra Mundial; b) a 1ª Guerra Mundial, conseqüentemente, não foi o fator que desencadeou o processo de industrialização; pelo contrário, a crise de 1914 foi um fator inibidor do crescimento industrial; c) que esse processo de industrialização é, contraditoriamente, impulsionado e limitado pela economia capitalista agroexportadora. Esta economia incentivou a implantação da indústria de bens de consumo, destinada ao mercado interno, porém bloqueou a possibilidade de implantar o departamento de bens de produção, e, com isso, a possibilidade de dar pleno desenvolvimento às forças produtivas capitalistas.

⁴ Cardoso de Mello, João Manuel "Op Cit".

CAPÍTULO I

Propriedade da terra e modo de produção

- A compreensão do processo de industrialização que começou em 1860 no bojo da formação da economia primário-exportadora, remete nossa análise à constituição do sistema de propriedade e do modo de produção que serviu de base ao desenvolvimento industrial argentino.
- O sistema de apropriação da terra e o modo de produção estabelecido condicionaram o desenvolvimento industrial em três sentidos: 1º) pela rápida acumulação de capital que a "estância" como empresa capitalista, destinada a produzir para a exportação, gerou, durante o período 1880-1914; 2º) pela sua contribuição para a peculiar organização do mercado interno e do mercado de trabalho; 3º) pela influência que exercerceu na tendência à desaceleração geral da economia que marcou o período 1914-30.

I. A Constituição do "Espaço Pampeano" 1

É, sem dúvida, a partir da constituição do espaço pampeano que a Argentina começou seu desenvolvimento capitalista e sua inserção na divisão internacional de trabalho.

- Durante o período colonial, a região pampeana era praticamente um deserto, sem população. As tribos indígenas que habitaram o Pampa eram nômades. Isso constituiu uma restrição decisiva aos projetos da Espanha, de incorporação dos índios à vida sedentária e à estrutura econômica de interesse da Coroa. Como consequência, a conquista espanhola no Rio de la Plata, centrou-se no noroeste, onde a existência de tribos sedentárias, culturalmente mais desenvolvidas, possibilitaram a incorporação dos índios à exploração colonial espanhola.

Até o princípio do século XIX, o centro econômico e político articulou-se ao redor do centro mineiro de Potosi, sendo Lima a cidade que concentrava as funções administrativas e comerciais. A região pampeana permaneceu à margem da civilização. Desconhecia-se a agricultura e os animais domésticos. Percorriam livremente o Pampa, gado (bovino e ovino) e equinos que foram introduzidos pelos conquistadores. A rápida reprodução espontânea desses animais, foi um elemento fundamental para o desenvolvimento da região, quando a mudança da economia mundial criou as condições para isso.

Nesse deserto despovoado, surgiu Buenos Aires como cidade-porto dedicada a uma única atividade, o comércio. Em 1602 contava com 500 habitantes.

No século XVII, quando o avanço das técnicas de navegação facilitaram as viagens pelo Atlântico Sul, Buenos Aires intensificou a sua vida comercial e começou a competir com Lima, como porto de entrada da importação. Essa atividade cresceu, ainda mais, a partir do Tratado de Utrech (1713). O tratado outorga-

va à Inglaterra, por 30 anos, o monopólio do comércio de escravos destinados às plantações e minas americanas. Os navios negreiros foram a base de um contrabando que permitia a entrada de manufaturas britânicas e a saída para o exterior de couros, violando o monopólio espanhol e dinamizando o intercâmbio comercial ultramarinho. Como destaca Horácio Gilberti ², Buenos Aires inicia sua vida como cidade comercial que "olha para a Europa", situação que se impõe até por uma razão geográfica. O fato de dispôr de um porto de calado profundo que permite a entrada de grandes navios, converte, naturalmente, Buenos Aires em cidade que concentra a atividade de importação-exportação da região. Essa situação, por sua vez, tendeu a isolá-la do resto da região. As manufaturas de tipo artesanal do noroeste, não podiam competir, dado os altos custos de produção e de transporte terrestre, com as manufaturas britânicas introduzidas através do contrabando. Ao longo do período colonial vai se perfilando a rivalidade entre o "interior" e "Buenos Aires", que manifestou-se a partir da Independência (1810), e numa luta aberta pela hegemonia econômica e política.

A rivalidade entre Buenos Aires e o resto das "províncias", só foi resolvida, definitivamente, quando Buenos Aires impôs sua supremacia sobre o resto do país pela força militar, na batalha de Pavón (1861).

A importância crescente do porto de Buenos Aires coincidiu com um certo avanço, ainda que precário, da produção de gado. Ao longo do século XVIII, a produção reduziu-se à extração de couro para exportação. Já no final do século, começou a produção de carne salgada, destinada ao consumo escravo dos mercados

brasileiro e cubano.

No entanto, essa primeira diversificação, não significou nenhum avanço qualitativo da produção; era o resultado da matança do gado "cimarrão" que reproduzia-se espontaneamente. Por conta da inexistência de cercado, o "limite à propriedade", era dado pelas necessidades do pastoreio. Couro e carne salgada foram os únicos produtos de exportação, até 1840.

Ainda que rudimentar, essa primeira abertura da produção para exportação foi suficiente para incentivar o desenvolvimento de povoados e portos à beira dos rios Paraná e Rio de la Plata, como: Santa Fé, Entre Rios, Corrientes, e, no centro, Córdoba. Esse conjunto de povoados foi substituindo em importância, ao centro potosino, e constituiu-se, a partir de 1860, na base geográfica da vida econômica do Rio da Prata. A abundância de terras férteis, e a escassez de mão de obra e capital favoreceram o desenvolvimento mais rápido da produção pecuária, em detrimento da agricultura. Essa atividade via-se impulsionada, por sua vez, pela rapidíssima reprodução do gado "cimarrão", principalmente ovino, que tinha incrementado enormemente o estoque antes de 1880.³

Esse era o estado da produção rioplatense, quando o avanço da Revolução Industrial a partir da metade do século XIX, modificou radicalmente as relações econômicas mundiais. O desenvolvimento da indústria têxtil, principalmente inglesa, criou uma crescente demanda de algodão e lã. O consumo mundial de lã, que era de 4 milhões de libras, em 1800, passou a 17 milhões, em 1850; o consumo de algodão, que era de 2 milhões de libras, em

1800, subiu a 40 milhões em 1850. Agrega-se a isto o fato de que a Inglaterra, a maior consumidora desses produtos iniciou, junto à Revolução Industrial, a revolução agrária.

A impossibilidade técnica de transportar um produto perecível como a carne, à longa distância, levou a Inglaterra a dedicar seus campos, recentemente cercados, à produção desse produto destinado ao consumo interno. Como consequência deixava às regiões mais afastadas do mundo, a tarefa de produzir lã e algodão, destinados às suas indústrias.

A nova conjuntura mundial foi decisiva para o desenvolvimento da região pampeana. Um largo mercado mundial abria-se para a produção ovina, ainda inexplorada, como forma de superar a primitiva produção de couro e carne salgada, dependente do decadente consumo escravista brasileiro e cubano.

A criação do ovino trouxe a necessidade de expandir a fronteira e organizar política e administrativamente o país, como único meio de conseguir a inserção econômica dentro do mercado mundial.

O interesse crescente de incrementar a exploração ovina converteu a terra em recurso escasso. O aumento do estoque dentro dos limites da fronteira "civilizada", levou a um problema de escassez de terras de pastoreio. É por pressão dos interesses pecuaristas, que o Estado organizou as campanhas militares contra os índios. A "conquista do deserto" foi, na realidade, a conquista de novas terras ocupadas pelos índios para a criação de gado.

Entre os anos 1867 e 1890 os governos de Alsina e Roca organizaram sucessivas expedições contra os índios, ganhando

mais de 400.000 km² na área pampeana: sul da "província" de Buenos Aires, sul de Santa Fé, sul de Córdoba e toda a "província" do Pampa. Completava-se, assim, a área conhecida como pampa úmida, centro da produção mais rica da Argentina, como pode-se apreciar no mapa, a seguir:

MAPA: ESPACO PAMPEANO



Fonte: Scobie, James "Revolution on the Pampa's "Institute of Latinamerican Studies University of Texas Press, Austin, 1964 pag. 16.

A partir de 1880, com o triunfo definitivo da oligarquia portenha, o "espaço pampeano" inseriu-se na divisão internacional do trabalho, possibilitando um fenômeno de expansão econômica, que colocou a Argentina, até 1930, entre os países de maior crescimento a nível mundial.

II. O Latifúndio

A formação da grande propriedade que acompanhou a expansão da fronteira desde meados do século XIX, tem raízes profundas que remontam à colonização espanhola. Data da época colonial a repartição de grandes extensões de terras, sem que existisse nenhum projeto de exploração das mesmas. Também data dessa época, o sistema de arrendamento, que se converteu, a partir de 1880, no sistema característico de exploração agrícola.

Amplas extensões de terras que pertenciam à colônia e que permaneciam incultas, passaram ao poder do governo revolucionário depois da independência. Essas terras constituíram a base fundamental do financiamento da campanha contra o índio. As sucessivas campanhas militares, até o triunfo final contra os índios, em 1880, foram financiadas, em grande medida, através do sistema de bônus do governo. Os bônus, de um valor ao redor de 400 pesos prata, eram trocados por grandes extensões de terras públicas ganhas dos índios, em geral de mais de 50.000 hectares. 4

Deste modo, o governo pós-colonial confirma o sistema de propriedade da terra oriundo da colônia, consagrando definitivamente o latifúndio.

Mas, contrariamente ao acontecido no período colonial e durante a fase de produção de couro e carne salgada, o controle monopólico das novas terras não estava relacionado a fins especulativos, mas à decisão de aumentar rapidamente a produção e expandir as exportações. Prova disto é o importante crescimento da produção de lã durante o período de 1857-1886:

TABELA I.1

Produção de Lã

Ano	Produção total em lã
1857	18.387,810
1866	58.443,602
1876	69.417,924
1886	142.700,936

Fonte: Cortés Conde, Roberto "El progreso argentino (1880-1914),

Ed. Sudamericana, Bs. As. 1979, pag. 160

A ocupação produtiva do solo implicou na completa integração ao sistema bonaerense, de amplas áreas de terra, antes improdutivas.

Os criadores de ovelhas representaram o "setor progressista" da sociedade das "províncias" de Entre Rios e Buenos Aires, que lutavam por superar o impasse em que se debatia a economia dos saladeiros e produção de couro, o que implicava preparar a Argentina para entrar no mercado mundial

Os saladeiros tinham se desenvolvido entre 1810 e 1850. Coincide essa etapa histórica com o começo da formação de grandes fortunas relacionadas à produção de "tasajo" (carne salgada) e couros, para a exportação. Politicamente, esses interesses se vêem representadas na figura de Juan Manuel de Rosas, que governara a Província de Buenos Aires entre 1835 e 1852, exercendo uma vigorosa hegemonia sobre os caudilhos das demais províncias. Desde fins de 1830 a produção de carne salgada e couros iniciou um processo de decadência, devido à saturação dos mercados para esses produtos. A ascensão de novos fazendeiros, criadores de ovelhas, a partir de 1850, levou a uma luta pelo controle das melhores terras do pampa úmido, para os rebanhos de ovelhas, o que implicava empurrar o gado bovino "cimarrão" para as terras mais afastadas do porto de Buenos Aires que são, também, as menos férteis.

O forte confronto de interesses econômicos cristalizou-se na formação de uma clara consciência política dos produtores de lã que os levou à luta pelo controle do Estado. O triunfo sobre Rosas, representante dos "caudilhos provinciales", em Case-

ros (1852) levou ao poder as novas correntes agropecuárias que criaram as condições necessárias para iniciar o desenvolvimento capitalista do país. 5

Ao tratar do latifúndio como unidade econômica que se consolida a partir da expansão da fronteira pecuária, o que se pretende analisar não são só as condições técnicas de produção mas as relações sociais que essas grandes extensões produtivas vão estabelecer no momento da entrada massiva dos imigrantes (1880); e como o modo de produção baseado no latifúndio se insere dentro da estrutura do capitalismo mundial.

III. Desenvolvimento da agricultura. O Triunfo da estância como empresa capitalista

Junto do importante quadro de mudanças que acompanhou o ciclo de produção de lã (1850-1885), assistiu-se, paralelamente, a um incipiente desenvolvimento agrícola.

Depois da queda de Rosas e promulgada a Constituição de 1853, o Governo da Confederação incentivou a vinda de imigrantes europeus para povoar terras e dedicar-se à atividade agrícola.

A colonização iniciou-se nas "províncias" de Santa Fé e Entre Rios, à beira dos rios Paraná e Uruguai.

Antes da instalação das estradas de ferro, o litoral fluvial era a única área propícia para o desenvolvimento da agricultura; os rios eram os únicos meios de transporte que permitiam

levar a produção aos centros de consumo. Durante o período de 1850-1860, 160 colonos chegaram a Corrientes; entre 1855-1856, 840 colonos se instalaram na colônia de "Esperanza", em Santa Fé, que foi um exemplo de organização e prosperidade. No entanto, o caso da colônia "Esperanza" foi a exceção. O primeiro intento de colonização caracterizou-se pela falta de planificação e alta negligência do Governo no cumprimento dos contratos assinados com os colonos. Apesar do alto grau de ineficiência que acompanhou essa primeira experiência de povoamento, em 1870 a colonização agrícola tinha se estabelecido firmemente, na região mesopotâmica.

A característica mais importante dessa primeira colonização foi o desenvolvimento da média propriedade. A terra foi repartida pelo Governo, em parcelas de mais ou menos 40 hectares. Os colonos tinham um prazo de três anos para começar a pagar sua dívida. Até 1881, a agricultura esteve restrita à área do litoral. Em 1872 a terra semeada era de 580.000 hectares, sendo o principal produto o milho, seguido da alfafa. O trigo era um produto escasso; na década de 1870, a Argentina era ainda um país importador de trigo. 6

Fora da área fluvial, a agricultura tinha um limite intransponível para sua expansão, colocado pelo imenso deserto despovoado. A enorme região desértica só conseguiu ser aproveitada para os cultivos quando foram instaladas as ferrovias e os imigrantes entraram de forma massiva.

Essas duas condições seriam alcançadas em 1880, quando, com a presidência do General Roca, foi obtida a estabilização

institucional do país, com a federalização da cidade de Buenos Aires, e completada a conquista do deserto. Pondo em prática uma política autoritária e centralizada, própria de todos os governos oligárquicos que se sucederam até 1916, Roca unificou o sistema monetário, como forma de facilitar a entrada de capitais estrangeiros, destinados, na sua maioria, à construção das estradas de ferro. Paralelamente, promoveu uma ampla e eficiente política de imigração

As estradas de ferro, que, em 1880, tinham uma extensão de 2.313.00 kms, alcançaram, em 1890, 9.254.00 kms (Tabela I.2)

?

TABELA 1.2

Expansão das Estradas de Ferro 1857-1910

Ano	Total	Ano	Total	Ano	Total
	(em milhas)		(em milhas)		(em milhas)
1857	6	1875	1,220	1893	8,590
1858	11	1876	1,280	1894	8,690
1859	18	1877	1,380	1895	8,760
1860	24	1878	1,380	1896	8,980
1861	24	1879	1,380	1897	9,150
1862	29	1880	1,570	1898	9,600
1863	38	1881	1,570	1899	10,200
1864	58	1882	1,630	1900	10,300
1865	160	1883	1,960	1901	10,500
1866	320	1884	2,250	1902	10,800
1867	360	1885	2,790	1903	11,420
1868	360	1886	3,620	1904	12,050
1869	380	1887	4,140	1905	12,300
1870	460	1888	4,700	1906	12,750
1871	530	1889	5,070	1907	13,750
1872	580	1890	5,850	1908	14,620
1873	690	1891	7,860	1909	15,380
1874	830	1892	8,560	1910	17,350

Fonte: Scobie, James "Op. Cit" pag. 171

Além da estabilidade política, a difusão das estradas de ferro possibilitaram a concretização da política imigratória do governo oligárquico. A implantação do transporte interno permitiu o acesso dos imigrantes, chegados a Buenos Aires, aos centros agrícolas de La Pampa e do Litoral..

2

TABELA 1.3

Imigração e emigração argentina 1871-1910

Ano	Imigrantes	Emigrantes*	Balanco
1871	20,933	10,686	10,247
1872	37,037	9,153	27,884
1873	76,332	18,236	58,096
1874	68,277	21,340	46,937
1875	42,036	25,578	16,458
1876	30,965	13,487	17,478
1877	36,325	18,350	17,975
1878	42,858	14,860	28,098
1879	55,155	23,696	31,459
1880	41,651	20,377	21,274
1881	47,484	22,374	25,110
1882	51,503	8,720	42,783
1883	63,243	9,510	53,733
1884	77,805	14,444	63,361
1885	108,722	14,585	94,137
1886	93,116	13,907	79,209
1887	120,842	13,630	107,212
1888	155,632	16,842	138,790
1889	260,909	40,649	220,260
1890	110,594	80,219	30,375
1891	52,097	81,932	(-) 29,835
1892	73,294	43,853	29,441
1893	84,420	48,794	35,626
1894	80,671	41,399	39,272
1895	80,989	36,820	44,169
1896	135,205	45,921	89,284
1897	105,143	57,457	47,686
1898	95,190	53,536	41,654
1899	111,083	62,241	48,842
1900	105,902	55,417	50,485
1901	125,951	80,251	45,700
1902	96,080	79,427	16,653
1903	112,671	74,776	37,895
1904	161,078	66,597	94,481
1905	221,622	82,772	138,850
1906	302,249	103,852	198,397
1907	257,924	138,063	119,861
1908	303,112	127,032	176,080
1909	278,148	137,508	140,640
1910	345,275	136,405	208,870

Fonte: Scobie, James "op. Cit" pag. 169

* O nível elevado de emigrantes deve-se a forte incidência de imigrantes go-londrinas, principalmente de origem italiana.

Como resultado desse processo, iniciou-se o crescimento acelerado de exploração agrícola. O trigo, que tinha começado a ser explorado de forma limitada, no litoral fluvial, sofreu, a partir de 1881, uma rápida expansão pelo pampa bonaerense, de tal forma que em 1888, a maior área semeada correspondia, já, a esse cereal. Em 1908 esse produto alcançou o índice mais elevado das exportações, com 62% do total.

O início da produção de trigo foi a base de uma verdadeira "revolução agrária" que modificou as forças produtivas e as relações sociais de produção.

Essa revolução agrária argentina adquiriu, desde as suas origens, características singulares. O estado Oligárquico promoveu a entrada massiva dos imigrantes só a partir do momento em que a terra já estava juridicamente distribuída. Como o sistema de propriedade latifundiário já tinha sido desenvolvido pelo Estado, a estrutura produtiva teve que adaptar-se a essa situação. A repetição do fenômeno positivo do litoral fluvial, de difusão da agricultura em médias propriedades, era impossível de repetir-se no "espacio pampeano"; no entanto seria no espaço pampeano que se configurariam as características essenciais do "modo de produção capitalista argentino".

Como afirma Laclau, "el monopolio de la tierra era una condición previa a la expansión, que pudo adaptarse a los requerimientos planteados por la economía internacional, en la segunda mitad del siglo XIX" (...) "el monopolio de la tierra y la elevadísima renta diferencial, proveniente de la inagotable fertilidad de la llanura pampeana, se unieron para consolidar la estructura, a su vez, capitalista y dependiente de la economía argentina" 7

Essa estrutura "capitalista y dependiente" ficou constituída, em nossa opinião, no momento que se impôs a "estância pampeana" como unidade produtiva destinada à exportação. A formação da estância pampeana ficou diretamente atrelada à expansão do trigo e, portanto, aos dois fenômenos que precederam essa expansão: a instalação das estradas de ferro e a entrada da imigração. Consequentemente, a consolidação do capitalismo argentino, a partir do triunfo da "estância", só foi possível quando, em meados do século XIX, a Revolução Industrial consolidou definitivamente o capitalismo, o que implicou, previamente, a constituição de um mercado mundial plenamente organizado. Só nessa lógica da estruturação do capitalismo a nível mundial, alcança toda sua significação o caráter "capitalista e dependente" do modo de produção argentino.

?

IV. O arrendamento

Uma consequência imediata da expansão das estradas de ferro foi a rápida valorização do preço da terra.

TABELA 1.4

Valor da terra em 1888 e 1911
(em pesos ouro por hectare)

Estado	1888	1911
Buenos Aires	19,35	44,70
Santa Fé	4,94	21,70
Cordoba	4,19	18,20
Entre Rios	12,90	22,65
La Pampa	1,79	9,65

Fonte: Scobie, James, "Op. Cit" pag. 171

O controle monopólico da terra e o rápido incremento de seu preço foram um limite para que os imigrantes, em sua maioria italianos, tivessem acesso à propriedade das terras cultiváveis. Porém, o monopólio da terra não foi um obstáculo para a expansão agrícola. Os donos da terra encontraram, na generalização do sistema de arrendamento, a forma de incorporar a mão de obra imigrante ao trabalho agrícola. Surgiu, assim, um sistema misto de exploração agro-pecuária que desde então caracterizou a estância pampeana.

Através do sistema de arrendamento, o dono do latifúndio reservava-se o controle direto de amplas áreas de pastoreio, destinadas à criação do gado, enquanto entregava parcelas menores, em arrendamento, aos imigrantes.

A eles restava a tarefa de introduzir a agricultura, principalmente grãos, nas terras dedicadas, até então, ao pastoreio.

Nas últimas décadas do século XIX, ao completar-se a apropriação privada de terra, o ingresso massivo dos imigrantes e a generalização do sistema de arrendamento acabaram com todos os vestígios pré-capitalistas de produção e toda forma de coação extra econômica da mão-de-obra.

Ao longo do século XIX, a coação extra-econômica tinha vigorado nas relações de trabalho. As leis de "repressão à vadiagem" e a "libreta de conchabo" generalizaram-se durante o século XVIII, e, no século XIX, foram aplicadas em todas as "províncias" argentinas. Os fazendeiros contaram com o Estado para a utilização dessas leis como mecanismo coercitivo de força de

trabalho. O instrumento jurídico usado foi a imposição da obrigatoriedade do trabalho para todos os habitantes do campo que não fossem proprietários de terras ou de gado. O controle dessa medida exerceu-se através da "papeleta de conchabo" que os fazendeiros outorgavam a seus trabalhadores. A "papeleta" foi eficiente para controlar aqueles que pretendiam marginalizar-se do sistema. O castigo para quem não se integrasse ao trabalho das fazendas, era o de prestar serviço nas milícias, destinadas à conquista do deserto. Porém, a "papeleta" não parece ter sido eficaz, para fixar os "peones de campo" à fazenda, como resultado de concorrência entre os fazendeiros para o controle da mão de obra. Tomar ilegalmente trabalhadores, ainda que não contassem na sua libreta com a licença para isso, foi uma prática comum, permitindo a mobilidade dos "peones de campo". Isto diferencia substancialmente o sistema coativo utilizado nas fazendas rioplatenses, dos regimes que exigem alta concentração de trabalhadores fixados à terra, como o regime feudal ou o sistema escravista das plantações americanas.

Na fazenda argentina o uso de coação extra-econômica, teve como principal objetivo resolver o grande problema do pampa desértico: a escassez da mão-de-obra. Logicamente, o sistema de coação extra econômico não sobreviveu à entrada massiva da imigração, porque não fazia nenhum sentido para o sistema. Nas últimas décadas do século XIX, com o ingresso do imigrante no setor rural, as relações salariais expandiram-se rapidamente, desaparecendo todas as relações pré-capitalistas de produção. Além, disso, completada a conquista do Deserto, em 1880, todo o sistema

produtivo ficou perfeitamente integrado, o que permite afirmar que no início do século XX tinha triunfado no campo argentino, o modo de produção capitalista.

Com a entrada da imigração, o sistema de arrendamento impôs-se de tal forma, na planície pampeana, que dificilmente eram os agricultores os donos da terra. Em 1911, 68% dos agricultores eram arrendatários em Buenos Aires, 62% em Santa Fé, 72% em Córdoba. Em 1912, 2/3 da agricultura do pampa estavam nas mãos de arrendatários. 8

Enquanto os arrendatários eram imigrantes, os donos da terra eram em sua maioria de origem argentina. Eles se reservavam o controle direto de amplas parcelas de terra, dentro do latifúndio, para a pecuária.

Esse êxito de combinação agropecuária se fortaleceu ainda mais, quando, a partir de 1908, a introdução do frigorífico exigiu a especialização do campo, na criação de bovinos.

Até 1914, graças ao êxito dessa combinação, cresceu vertiginosamente a produção de ambos os produtos: carne e grãos.

Um importante ponto a ser ressaltado é a estrutura de distribuição do excedente que foi criada a partir da exploração mista, da estância.

Os proprietários da terra, através do arrendamento, conseguiram uma renda superior ao benefício que podiam extrair, da simples exploração agrária.

O sistema de arrendamento permitiu aos latifundiários destinar parcelas de terra à produção do trigo, sem fazer um de-

sempolso inicial de capital, em recursos fixos, como equipamentos, moradia, etc. Minimizaram-se assim, não só os custos, mas, também, os riscos que implicavam a introdução da agricultura, em áreas de pastoreio.

Uma comparação interessante entre o sistema de arrendamento argentino e australiano foi realizada por Geller, Lucio.⁹ O autor afirma que o sistema de arrendamento não é negativo. Considera que o que foi negativo, na Argentina, foi a natureza dos contratos que condicionaram à apropriação do excedente econômico e a diferença dos custos de produção, por parte dos proprietários.

Na Austrália, as terras outorgadas para arrendamento estavam sujeitas a normas governamentais, que exigiam a compensação econômica do arrendatário, pela melhoria da terra e a maior vantagem que decorria do uso de tecnologia mais eficiente. O colono apropriava-se, assim, de parte do excedente econômico distribuído como renda da terra, o que constituía um incentivo para reduzir os custos de produção, através da introdução de inovações tecnológicas. Isso aconteceu na Argentina em pequena escala, e acidentalmente. Porém, foi através da escassa capitalização conseguida por alguns arrendatários, que a agricultura avançou até chegar a ser competitiva a nível mundial.

Contrariamente ao caso australiano, na Argentina os arrendamentos eram a curto prazo, e, até 1921 não existiam leis, que protegessem os agricultores e regulamentassem os contratos de arrendamento.

A terra era arrendada, no máximo, por três anos, em superfícies que variaram entre 150 e 200 hectares, em média. O curto prazo dos arrendamentos permitia a elevação contínua dos preços dos mesmos. Isso produzia o frequente abandono da terra cultivada por parte dos colonos, sem que fossem compensados pelos investimentos realizados. A esta vantagem, unia-se a grande flexibilidade que o sistema outorgava aos donos de terra, para dedicar maiores ou menores superfícies ao cultivo ou ao pastoreio, dependendo das mudanças da demanda e dos preços, por esses produtos.

Os contratos de arrendamento de curta duração e em pequenas parcelas de terra criaram uma dupla situação: por um lado, o campo converteu-se em um expulsor do agricultor, que ao não poder enfrentar o preço crescente dos arrendamentos, buscou refúgio na cidade. A escassa capacidade de absorção de mão de obra, do sistema agrário argentino, contribuiu para o rápido processo de urbanização ocorrido entre 1880-1914, o que favoreceu o primeiro surto industrial. Por outro lado, o arrendamento abriu caminho para converter, um pequeno grupo de arrendatários, que conseguiu superar as "leoninas" condições dos contratos, em verdadeiros "capitalistas rurais", nos critérios adotados sobre técnicas de produção.

Os imigrantes que começaram a cultivar parcelas de terras arrendadas, de uma média de 200 hectares, conseguiram, em alguns casos, em que foram favorecidos por vários anos de boas colheitas, acumular um capital suficiente que lhes permitiu perpetuar-se como classe arrendatária. Essa classe de arrendatários,

conseguiu formar um capital suficiente para arrendar maiores extensões de terras, mas dificilmente para ter acesso à propriedade delas.

Eles investiram cada vez mais em capital fixo. Corresponde ao período de 1890-1914 a difusão do alambrado, dos moinhos de vento, da mecanização crescente da agricultura e da importação de sementes.

Entre 1904-1909 e 1925-1929, o capital fixo do setor aumentou em 128%

TABELA 1.5

Estrutura do capital diretamente relacionado às atividades
agropecuárias

(porcentagens do total expresso em preços de 1950)

	1900	1914	1929
Total	100,0	100,0	100,0
Maquinaria	3,5	9,3	17,8
Veículos	4,3	3,7	8,5
Outros bens duráveis	-	11,3	13,3
Cultivos permanentes	5,1	9,7	7,0
Irrigação e drenagem de prestação e outras melhorias da terra	13,8	10,0	9,1
Moradia	9,9	19,3	13,7
Criação de gado	63,3	36,6	30,6

Fonte: Diaz Alejandro, Carlos "Essays on the economic history of the Argentine Republic. "New Haven and London. Yale University Press, 1970, pag. 160.

TABELA 1.6

Amostra de alguns equipamentos e maquinarias usados na Argentina

	Nº de Arados	Nº de Tratores	Outros
1907/08	5.740	-	520
1914/15	5.437	-	1.760
1925	-	6.000	-
1929/30	10.219	16.300	32.831

Fonte: Diaz Alejandro, Carlos "Op. Cit" pag. 160.

A pecuária também adotava, no princípio do século XX, métodos científicos de produção, sobretudo nos critérios de mestiçagem dos animais. Como consequência, o forte crescimento dos produtos destinados à exportação, foi acompanhado por uma competitividade de produção, que colocou a Argentina em igualdade de condições, a nível mundial, até 1914, com países como o Canadá, Austrália e Estados Unidos.

A rapidíssima acumulação de capital, proveniente das exportações e a concentração forçada dos imigrantes nas cidades foram consequências diretas do triunfo do capitalismo no campo argentino, que contribuíram para o peculiar desenvolvimento urbano-industrial e para o contraditório processo que relacionou ambos setores

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Tomamos o termo de "espaço pampeano" de Cortés Conde, Roberto "El progreso argentino 1880-1914". Ed. Sudamericana, Bs. As., 1979. Amplamente usado na bibliografia argentina, o termo "espaço pampeano" designa uma região "vazia" em capital e de escassa população. Requer-se, nesse caso, uma conjuntura externa favorável à região para que as terras adquiram um valor econômico. Além da Argentina, a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá são exemplos de "espaços vazios" que se incorporam às relações comerciais internacionais a partir do desenvolvimento da economia primário-exportadora.
- (2) GILBERTI, Horacio "El desarrollo agropecuario" en "Desarrollo económico". Rev. de Ciencias Sociales. IDES Bs. As. Oct/Dic. 1978.
- (3) CORTÉS CONDE, Roberto "El progreso argentino. 1880-1914" Bs. As., Ed. Sudamericana, pag. 58.
- (4) SCOBIE, James, R. "Revolution on the Pampas". A Social History of Argentine Wheat, 1860-1910. The University of Texas, 1964.
- (5) FERNS, H.S. "Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX". Ed. Solar, 1960, pag. 322

O triunfo do general Urquiza sobre Rosas em CASEROS, significou o triunfo da "modernidade", representada nos interesses econômicos dos fazendeiros entrerrianos e bonaerenses, defensores da organização nacional e do liberalismo político. Esse triunfo acabou com as guerras civis, que enfrentaram, desde 1820, os interesses provinciais contra as aspirações hegemônicas de Buenos Aires, abrindo um canal para a unidade nacional. Em 1853, é ditada a Constituição Nacional, que instituía um Governo Nacional, representado pela "Confederação Argentina" sob a presidência do General Urquiza. O Presidente Urquiza, juntamente com o "Poder Legislativo", representaria os interesses de toda comunidade argentina. No entanto, Buenos Aires manteve-se isolada da Confederação.

Aspirante "natural" à posição hegemônica do país, a "província de Buenos Aires" não podia aceitar o poderoso fazendeiro Urquiza, representante da "província" de Entre Rios, como presidente da República. No momento decisivo da sucessão presidencial, em 1861, o General Bartolomé Mitre, Governador de Buenos Aires, se levanta militarmente contra a Confederação, alcançando em Pavón, um triunfo decisivo.

Se CASEROS significou a pacificação do interior do país e a entrada da Argentina na meta capitalista de produção, Pavón, na figura de Mitre, ao assumir a presidência da Nação, em 1861, vai imprimir a "rústica estrutura agrária argentina", a sofisticação política a que aspiravam os homens de negócios e intelectuais portenhos.

Ele encarnou as aspirações da "oligarquia argentina" que governou o país até a ascensão política da UCR (União Cívica Radical), em 1916. Os governos oligárquicos criaram todas as condições para estabelecer um estreitamento de interesses econômicos, políticos, e até culturais com a Grã Bretanha.

Nos parece altamente significativa a descrição que o historiador inglês, Ferns, faz do General Mitre, "Bartolomé Mitre representa um novo tipo de figura retórica argentina; no era un buen soldado, pero un excelente e ilustrado político; un hombre de ciudad, dispuesto a tolerar los hábitos y los métodos políticos de las provincias; un hombre de ideas, capaz de modificar-los a la luz de las circunstancias inmediatas. Mitre era inequivocadamente argentino em sua personalidade privada y pública, y, sin embargo, habia en 'él algo casi' inglés, por su flexibilidad. Talvez fuera este algo mas universal, el temperamento de mediados del siglo XIX que animaba el corazón de un patriota argentino". O sublinhado é nosso.

(6) SOCOBIE, James, R. Op. Cit.

(7) LACLAU, Ernesto (h) Op. Cit, pag. 36.

(8) SOLBERG, Carl "Descontento rural y política agraria en la Argentina, 1912-1930" Em: "El regimen Oligarquico". Op. Cit

- (9) GELLER, Lucio "El crecimiento industrial argentino hasta 1914 y la teoria del bien primario exportable". En: "El regimen Oligarquico" Op. Cit

CAPÍTULO II

Diversificação do setor agroexportador e consolidação das pre- condições do processo de industrialização.

- Como foi mencionado no capítulo I é a partir da economia agroexportadora, assentada nas relações capitalistas de produção, que se geram as pré-condições necessárias para o surgimento da indústria.

Talvez, para dar mais precisão à análise, seja conveniente colocar a problemática em sentido inverso, como sugere João Manuel Cardoso de Mello ¹. Isto é, indagar a gênese do capital industrial. Diz o autor: "Indagar as origens do capital industrial significa esclarecer três problemas: 1) de que modo uma classe social pode dispor, numa conjuntura determinada, de uma massa de capital monetário capaz de se transformar em capital industrial; 2) por que esta classe portadora de capacidade de acumulação se sentiu estimulada a converter capital monetário em capital industrial, tomando decisões de investir, distintas das tradicionais; e 3) como foi possível transformar o capital monetário em força de trabalho e meios de produção constituindo a grande indústria" ²

Descobrir a gênese do capital industrial é percorrer o caminho dos desdobramentos que foi sofrendo o setor agroexportador. Vejamos

Foi característica da produção agrária argentina o baixo nível relativo de utilização de capital e de força de trabalho dada a altíssima fertilidade da terra, e o modo extensivo de produção. As consequências diretas desse tipo de produção, conjuntamente com as condições criadas pelo mercado mundial foram duplas: ao mesmo tempo em que se gerava um alto nível de acumulação de capital, iniciou-se, entre 1880-1914 um rápido processo de urbanização. A análise destes dois fenômenos ajuda a esclarecer alguns problemas citados, referentes à origem da indústria: a disponibilidade de uma massa de capital capaz de se transformar em capital industrial, isto é, de se transformar em força de trabalho e meios de produção.

I- ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A enorme capacidade de acumulação de capital que registrou a economia argentina entre 1880-1914, foi consequência do exuberante dinamismo das exportações e do alto nível de investimentos estrangeiros que acompanhou esse processo.

Tratemos de caracterizar a estrutura das exportações

Contrariamente à visão comum da economia argentina, como sendo altamente especializada em uns poucos produtos de exportação ³, coincidimos com a visão crítica dessa situação, que alcançou difusão nos últimos anos, e que é sustentada enfaticamente por Diaz Alejandro (4). Este autor refuta a idéia generalizada de que a Argentina forma parte do bloco de países com eco-

nomias dependentes da exportação de uns poucos produtos de valor instável. Os dados apresentados na tabela II.1, utilizados pelo autor, indicam o contrário: as exportações argentinas, anteriores a 1930, alcançaram um nível importante de diversificação.

TABELA II.1

Estrutura dos artigos de exportação anterior a 1930
(porcentagem do total expressados a preços correntes)

	1893/94	1900/04	1910/14	1925/29
- Animais Vivos	5,8	2,3	2,0	0,9
- Carne: resfriada ("chilled beef")	0	0	0,6	7,5
bovino congelado	0,1	3,9	7,6	3,3
ovino congelado	2,0	2,7	1,3	1,6
carnes secas	4,5	1,1	0,3	0,2
outros	-	-	-	2,8
- Couros e peles	16,9	11,2	11,0	8,1
Lã	27,7	22,0	12,9	8,2
- Produtos lácteos: manteiga	-	0,7	0,3	1,7
outros	-	-	-	0,4
- Sebo	2,7	2,1	2,5	1,6
- Trigo	25,9	20,7	19,4	22,2
- Linho	1,3	14,4	17,9	18,5
- óleo de linho	3,3	9,5	10,2	12,2
- Outros cereais	-	-	-	3,0
- Farinha de trigo	1,5	2,5	2,6	2,1
- outros óleos (excluindo o de linho)	-	-	-	0,3
- Frutas frescas	-	-	-	0,1
- Algodão	-	-	-	0,5
- Quebracho e seus produtos	0,8	1,8	2,4	2,2
- Produtos de mineração pesca	0,9	0,5	0,5	0,1
- Açúcar	-	1,0	0,3	0,2
- Outros	-	-	-	1,2

Fonte: Diaz Alejandro, Carlos "Op. Cit" pag 18

Esse nível de diversificação permitiu à Argentina dar estabilidade ao valor das exportações até a década de 1920, frente às flutuações dos preços de determinados produtos, no mercado internacional. A produção mista da estância argentina (agricultura-gado) deu ao país grande flexibilidade, frente às flutuações da demanda internacional. Assim, o panorama geral da estrutura das exportações entre 1860-1930 caracterizou-se por seu alto dinamismo, tanto a nível do valor crescente que elas desenvolveram, como quanto pela rápida diversificação que adotaram ao longo do período.

Antes de 1860, os produtos de exportação eram couro, peles, sebo, carne seca e lã. As exportações de lã sofreram uma rápida expansão, desde 1840; nesse ano, elas foram menos de 2.000 toneladas, passando a 66.000 toneladas em 1870 e a 237.000 toneladas em 1899. Durante o período 1875-79 a lã participou com quase a metade do valor das exportações.

A partir de 1880, começaram a crescer as exportações de cereais. A expansão experimentada pelas exportações de trigo e milho foram as seguintes: entre 1880-84 exportou-se uma média anual de 34.000 toneladas de trigo e 56.000 toneladas de milho; no período 1895-1899 as exportações alcançaram uma média anual de 801.000 toneladas de trigo e 910.000 toneladas de milho. Durante 1893-1894, trigo, milho e linho representaram perto de um terço do total das exportações, para passar a constituir a metade do valor dos mesmos entre 1900-1904.

A partir dos últimos anos do século XIX começou a exportação de carne congelada. Já no princípio do Século XX, desen-

volveu-se o processo de "resfriado", com temperaturas ligeiramente abaixo de zero graus centígrados, em lugar dos - 20 necessários, requerido pelo processo anterior, de congelamento. A carne resfriada mantém melhor qualidade que a congelada, a qual significava para o produtor um preço maior. A Argentina começou a usar o processo de resfriamento, assegurando-se a exclusividade do mercado inglês, seu principal cliente, dado que o tempo de transporte o permitia, coisa que não aconteceu com a carne australiana.

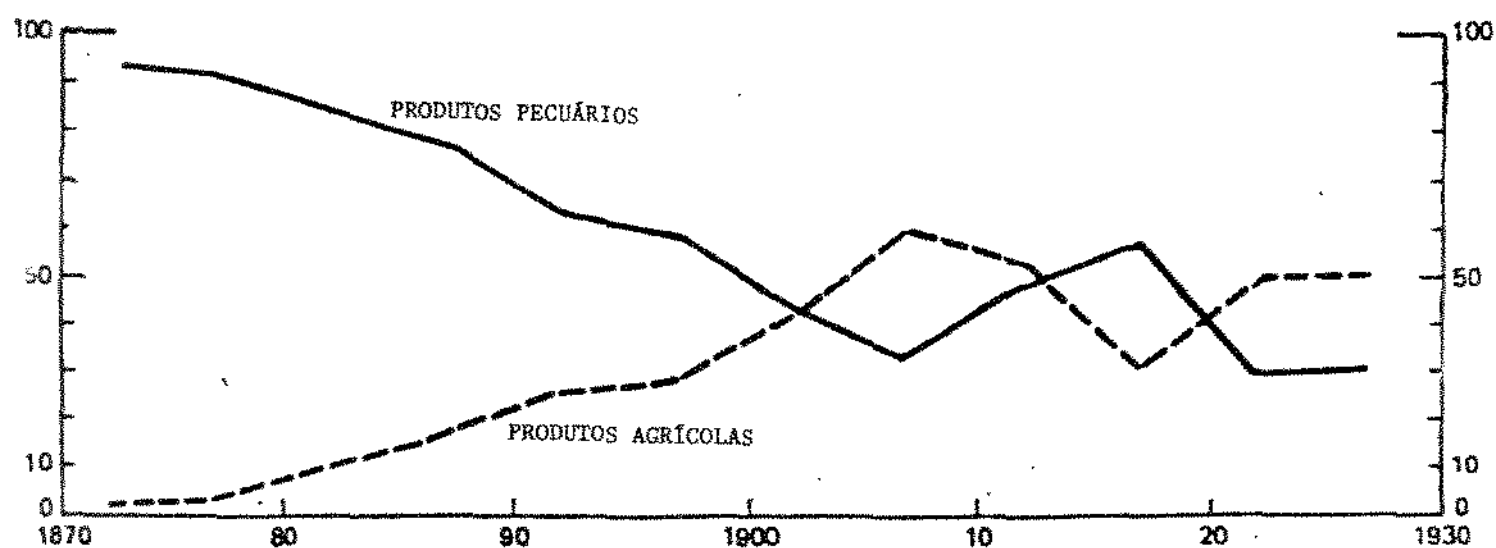
A Austrália continuou a venda de carne congelada, o que implicou para a Argentina numa alta margem de especialização em carne resfriada ou "chilled". A tabela II.1 é um indicador da crescente participação da carne resfriada frente à congelada.

O gráfico II.1 completa a informação sobre a posição relativa das exportações de produtos agrícolas e pecuários ao longo do período 1870-1930.

GRÁFICO II.1

Variación da porcentagem da exportação de produtos agrícolas e pecuários considerados segundo seu valor em pesos argentinos.

Médias quinquenais. Período 1870-1930



Fonte: Ortiz, Ricardo "Historia económica de la Argentina"

Plus-Ultra, Bs. As. 1987 pag. 681

Ricardo Ortiz construiu as curvas a partir dos seguintes dados: entre 1871-74, os produtos pecuários representavam em valor 94,51% das exportações, e os agrícolas 0,29%, a diferença de 100 corresponde a outros produtos de exportação. Entre 1875 e 1879 a relação é de 92,98 dos produtos pecuários e 2,31 dos agrícolas. No período 1880-1884 os pecuários representam 89,13% e os agrícolas 6,69%. A soma de ambos ramos é a seguinte: 1871-74 (94,80%); 1875-79 (95,29%) e 1880-84 (95,82%). Para o período 1900-1929 o autor trabalha com os seguintes dados:

Quinquênios	Prod. Agrícola	Prod. Pecuária	Soma de ambas
1900/04	46,61%	48,71%	95,32%
1905/09	57,54%	39,31%	96,32%
1910/14	50,78%	45,11%	95,89%
1915/19	39,13%	55,08%	94,21%
1920/24	58,63%	36,83%	95,46%
1925/29	58,95%	37,17%	96,12%

O gráfico mostra uma reciprocidade das curvas que medem a participação dos produtos agrícolas e dos pecuários na medida em que o processo agrícola se afirma, a porcentagem que representam, na exportação, os produtos agrícolas, cresce de forma equivalente ao decréscimo dos produtos pecuários. Pouco depois de 1900 ambas as curvas cruzam-se e só se registram variações relativas à situação criada pela 1ª. Guerra Mundial (1914-1918). A dificuldade criada com o transporte, durante o período bélico, deu preferência à exportação de produtos pecuários aos agrícolas. Ao terminar a guerra, os produtos agrícolas retomaram os valores relativos anteriores a 1914, até atingir quase os 60%, como média, no quinquênio 1925/29. A superação da agricultura sobre a pecuária é, pois, um acontecimento ocorrido integralmente ao longo do período de expansão dos frigoríficos. Isso caracteriza, claramente, a fase de produção mista agropecuária. A produção mista começa com o triunfo da indústria frigorífica que marca, praticamente, o fim da exportação de gado em pé.

É importante, ainda, lembrar que o alto dinamismo das exportações argentinas foi o resultado de um processo de destacada tecnologia do sistema produtivo agrário. Como já foi indicado, os investimentos em maquinaria e equipamento foram importantes desde o princípio do século. O nível de produtividade alcançado pelo setor rural fica em evidência ao comparar-se a produtividade argentina com a dos Estados Unidos, para o período 1900-1939

TABELA II.2

ARGENTINA	ESTADOS UNIDOS
1900-1909 ----- 91	85
1910-1919 ----- 81	85
1920-1929 ----- 96	86
1930-1939 ----- 96	96

Fonte: Diaz Alejandro, "Essays on the economic history of the Argentine Republic". Yale University Press, 1970, pag. 145.

A evidência da alta potencialidade econômica da produção agropecuária converteu a Argentina, a partir de 1880, em ponto de atração para os investimentos estrangeiros. A partir da segunda metade do século XIX, a Inglaterra constituiu-se no primeiro país inversor do mundo. Calcula-se que seus investimentos alcançaram, em 1840 a 150 milhões de libras esterlinas, passando a 1.300 milhões de libras em 1880, a 1.600 em 1890 e a 2.025 milhões, em 1905. Em 1910, já é credora mundial em 2.332 milhões de libras e, ao começar a 1ª Guerra Mundial, seus créditos chegam a 3.763 milhões de libras. A Argentina foi um dos países que mais beneficiou-se com esses investimentos, tendo recebido, em 1890,

entre 40% a 50% do total do capital britânico, colocado no exterior. Os investimentos estrangeiros de longo prazo, na Argentina, em 1913, foram só 18% mais baixos do que os obtidos pelo Canadá, por exemplo, em 1914. Em 1930, a Argentina recebeu 12% dos investimentos externos da Inglaterra, enquanto o Canadá recebeu 14%, a Austrália 13%, a Índia e Ceilão juntos, 15%. (5)

É possível distinguir várias etapas nos investimentos argentinos. Entre 1885 e 1890 entraram no país uns 700 milhões de pesos ouro. O volume principal correspondeu a capitais britânicos: 20 milhões de libras, em 1880; 157 milhões, em 1895 e 207 milhões, em 1900.

O grande salto ao nível dos investimentos, correspondeu ao período 1880-1890; o processo decresceu a partir da crise de 1890 e só se recuperou depois de 1904. Entre 1904 e 1914 produziu-se outro importante fluxo de capital estrangeiro (mais de 1.000 milhões de pesos ouro). Nesta etapa continuaram preponderando, fortemente, os investimentos britânicos, a despeito da repercussão negativa que a crise argentina, de 1890, tinha exercido sobre os investimentos britânicos privados: a incapacidade de cumprir com os serviços da dívida externa, durante o período 1891-97 levou à quebra do banco britânico BARING BROTHERS. Porém, o reinício do pagamento da dívida, em 1897, junto ao incremento que experimentaram as exportações, desde o começo do século XX, incentivaram, novamente, a entrada de capitais britânicos. O valor das exportações (em milhões de peso ouro) passou de 62, entre 1881-84 (médias anuais) a 402 entre 1910-14 (médias anuais) 6

O novo "boom" de investimentos britânicos, iniciado em 1904, foi mais calmo que o precedente (1880-90). Em 1910 os investimentos estrangeiros alcançaram 2.255 milhões de pesos ouro, dos quais 1.475 eram ingleses (65%); 410 milhões, franceses; 200 milhões, alemães e 20 milhões dos Estados Unidos.

O período que se iniciou com a 1ª Guerra Mundial correspondeu a uma baixa dos investimentos estrangeiros, inclusive com reversão do fluxo. A Argentina emprestou, no período correspondente à 1ª Guerra Mundial, 250 milhões de pesos, para os aliados europeus. O período de pós-guerra mostrou um forte incremento dos investimentos domésticos, passando eles a serem dominantes.

TABELA II.3

Inversão como % do Produto Bruto Nacional
(Médias Quinquênis)

	Totais	Nacionais	Estrangeiros
1910-14	42,2	21,4	20,8
1915-20	13,0	9,6	3,4
1920-25	26,4	22,8	3,6
1925-30	33,3	28,5	4,8

Fonte: CEPAL. "El desarrollo económico argentino". Santiago de Chile (mimeogr.), junho, 1958.

Citado por Di Tella, G. e Zylmelman, M. "op. Cit" pag. 95.

A dívida externa argentina era, em 1890, de 60 milhões de pesos ouro. O pagamento dos serviços da mesma comprometia 60% do valor das exportações. Em 1900, a dívida externa ele-

vou-se a 1.103 milhões de pesos ouro, com um total de 59 milhões de pesos ouro em função dos juros; em 1913, alcançava 3.250 milhões, com uma média de 156 milhões de pesos ouro, em juros, para o período 1911-14. O nível de expansão das exportações, desde o princípio do século XX foi tal, que o serviço pago pela dívida externa, ainda que triplicado, passou a representar 35% do valor das exportações, mantendo esse nível até 1914. Sem dúvida sendo menos grave que a cifra de 60% registrada em 1890, não deixa de ser uma porcentagem alta do valor das exportações. ⁷

No que se refere à direção dada aos investimentos estrangeiros, constata-se que eles foram usados, ao longo do período 1880-1914, na construção da infraestrutura (estradas de ferro, portos, telégrafo, etc)

Os investimentos em bônus estavam relacionados com investimentos hipotecários.

TABELA II 4

Investimentos estrangeiros privados na Argentina 1885-1891
(em milhões de pesos ouro)

Anos	Estradas de ferro	Bônus Hipotecários	Outros	Total
1885	11,6	-	2,0	13,6
1886	16,0	-	10,0	26,6
1887	37,8	54,1	15,0	106,9
1888	89,4	46,6	20,0	156,0
1889	51,9	55,9	5,0	112,8
1890	20,0	14,0	-	34,0
1891	5,7	-	-	5,7

Fonte: Cincunegui, Jorge E. "La teoria del bien primário exportable y el crecimiento económico argentino hasta 1930. Em "Estudios Económicos" vol I. Janeiro/dezembro, 1982 # 1/2 Universidad Nacional del Sur Bahia Blanca, Argentina pag. 58.

TABELA II.5

Inversões britânicas na Argentina em ferrovias
e empréstimos do Governo em 1880-1890-1913

(em milhões de libras)

	1880	1890	1913
Total	20,3	156,0	357,7
Governo	11,2	72,0	81,5
Ferrovias	7,6	64,6	215,0

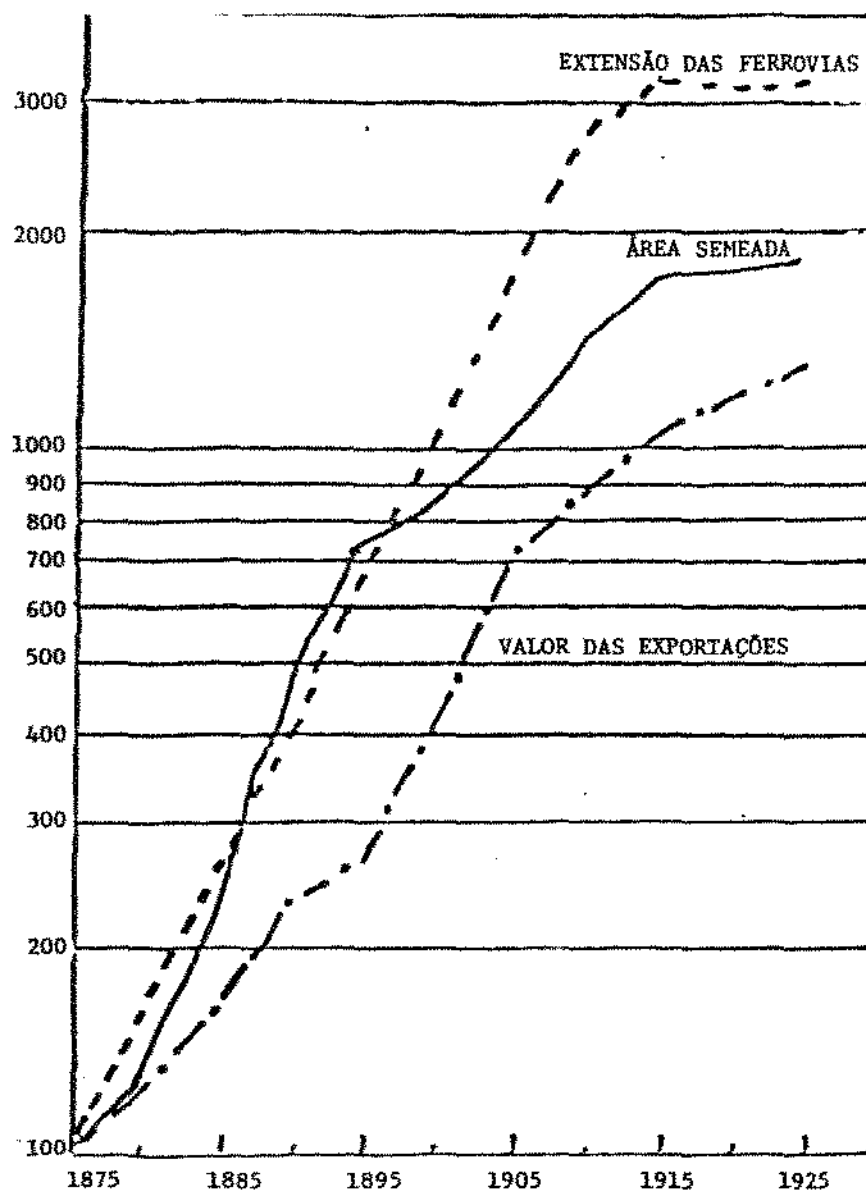
Fonte: E. Gallo, R. Cortés "Historia Argentina. La República Conservadora",
Bs. As. Paidós, 1987, p. 140.

Restituído o fluxo de investimentos estrangeiros, depois da interrupção sofrida pela crise de 1890, seguiu-se uma mudança da estrutura, tanto no que diz respeito à origem dos capitais, quanto ao seu destino, mudança que se acentuou ao finalizar a 1ª Guerra. Apesar de terem continuado predominando, em valores absolutos, os capitais ingleses, os capitais de outras origens, principalmente os norte-americanos, alcançaram uma importância relativamente crescente. A mudança referiu-se, também, ao destino dado aos investimentos. Ainda que os investimentos em capital social básico continuassem sendo importantes, notou-se um crescimento relativo maior nos investimentos no setor agrícola, comércio, e outros serviços, principalmente bancos, comércio de exportação-importação e indústria, em especial frigoríficos.

O volume maior de investimentos estrangeiros colocados na infraestrutura no período 1880-1914 revelou a existência, para a época, da coincidência de interesses nacionais e internacionais, no sentido de promoção e expansão horizontal da economia, acelerando o crescimento agropecuário. Coincidiu esse processo com a crescente emissão monetária e investimentos em terra, através dos bônus hipotecários. O gráfico II.2 mostra que a área semeada se expandiu em forma proporcional ao desenvolvimento das estradas de ferro (1875-1915). Quando a expansão delas se deteve, a área semeada permaneceu estacionária (1915-1925). Assim, a partir de 1915 o aumento do valor das exportações que continuou até a década de 1920, dependeu mais, relativamente, dos aumentos dos preços dos produtos alimentícios no mercado mundial do que dos volumes exportados. No entanto a capacidade de acumulação da economia argentina continuou a expandir-se apesar do fechamento da fronteira agrária, como será analisado no capítulo IV.

GRÁFICO II.2

Expansão das Ferrovias e Desenvolvimento Econômico da Argetina,
1875-1925



Fonte: Beveraggi Allende, Walter M "El servicio del capital extranjero y el control de cambios. La experiencia argentina de 1900 a 1943 "F.C.E. México, Bs. As. 1954 pag 64.

A análise realizada por Roberto Cortés Conde ⁸ referente à política de inversões do Estado na formação da infraestrutura no período 1880-1914 levou o autor a concluir que foram relativamente altas. Cortés Conde chegou a essa conclusão calculando o peso correspondente a obras de infraestrutura na dívida pública.

TABELA II.6

Composição da Dívida Pública Argentina
1824-1913

(em % do total)

	1824-1913	1894	1897	1902	1906	1913
I Inversões em Infraestrutura	51,5	63,0	66,0	50,0	56,0	53,5
a) ferrovias	22,0	16,0	26,5	23,0	26,0	26,0
b) outros (portos, telégrafos, obras públicas)	29,5	47,0	39,5	27,0	30,0	27,5
II c) inversões reprodutivas	6,5	8,5	7,0	5,0	5,0	9,5
III d) finanças	42,0	28,5	27,0	45,5	39,0	37,0

Fonte: Cortés Conde, Roberto "Hispanoamérica: la apertura al comercio mundial 1850-1930", Bs As. Paidós, 1974, pag. 177

Os dados indicam que, a despeito da pretendida política de não intervenção do Estado oligárquico argentino, na estrutura econômica, ele foi altamente intervencionista, com uma clara política de apoio econômico ao setor agropecuário ⁹

Concluindo , os dois fenômenos descritos, o alto dinamismo das exportações acompanhado da entrada quase ininterrupta de capital estrangeiro até 1914, resultaram em uma excepcional capacidade de acumulação interna de capital.

Muito tem-se discutido sobre os efeitos positivos ou negativos da alta participação dos investimentos estrangeiros na formação do capitalismo argentino. A análise da evolução da dívida externa argentina, por exemplo, leva muitos autores, como Knapp, J. ¹⁰, a concluir que o nível de endividamento foi excessivo e, conseqüentemente, negativo ao país. Outros autores como Ford, A.G. ¹¹ consideram que a forte entrada de capitais estrangeiros foi positiva, já que contribuiu para aumentar o produto total do país. Com essa última posição coincide Jorge Cincunegui, de quem acompanhamos as análises de Knapp e Ford.

A controvérsia é tão antiga como a história do país, sendo possível encontrar igual número de adeptos em uma ou outra posição. Porém a controvérsia parece-nos inútil. Não é que estejamos questionando a dependência econômica que, sem dúvida, a forte entrada do capital estrangeiro produziu na Argentina. O que se procura, neste trabalho, é especificar como essa dependência se manifestou na realidade argentina.

Partimos de um fato: o capitalismo argentino só conseguiu desenvolver-se a partir do momento em que a consolidação

do capitalismo mundial, a partir da metade do século XIX, possibilita a entrada de capitais internacionais e dos imigrantes na Argentina, criando as condições para incorporar o espaço pampeano à divisão internacional do trabalho (Capítulo I)

A partir desse fato histórico é nosso interesse apreender as características essenciais e, conseqüentemente, específicas do capitalismo argentino. Para isso é preciso apreender o movimento dos investimentos estrangeiros, em seu esforço por transformar o "espaço pampeano, vazio", num espaço produtor de produtos primários para o mercado internacional. Mas só é possível compreender o movimento real do capital, se abandonarmos as análises centradas nos efeitos causados pela expansão do capital financeiro, ao nível da circulação de mercadorias ¹², para colocar a análise ao nível da produção. Só assim "podemos entender o capital como uma relação de produção e colocar a questão indicada pela noção de exportação de capitais sob luzes totalmente diferentes". ¹³

Procuraremos explicar melhor o que significa entender o capital como uma relação de produção. Inversão estrangeira e formação doméstica do capital é um fenômeno impossível de se dissociar na Argentina. Porém, esse fenômeno é comum ao contexto mais geral, do qual a Argentina faz parte, a América Latina. Todos os países da região tornaram-se capitalistas, a partir do momento em que o desenvolvimento de determinadas condições internas incentivaram a entrada dos capitais internacionais e da imigração. Isso permitiu o surgimento das economias primário-exportadoras. A partir delas os distintos países latinoamericanos se arti-

cularam à divisão internacional do trabalho. Também é verdade que, só a partir da consolidação das economias primário-exportadoras, criaram-se os pré-requisitos básicos para o surgimento da indústria capitalista na América LATina ¹⁴, sem que isso signifique a necessidade de que aconteça um trânsito linear de uma economia a outra. Como explica João M. Cardoso de Mello, ao referir-se ao problema da transição para o capitalismo em economias retardatárias, "A problemática de transição é a problemática da industrialização capitalista na América Latina..." ¹⁵. Acompanhe-mos o pensamento do autor,

"A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas, mais precisamente como o processo de passagem do modo especificamente capitalista de produção, o que é impropriamente chamado de capitalismo industrial".

E continua,

"...pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de processo de criação das bases materiais do capitalismo. Quer dizer, em termos da constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital, vale dizer, de liberar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital".¹⁶

Porém, esse processo não é um fenômeno que se limite ao desenvolvimento técnico do capital. Como o próprio João Manuel Cardoso de Mello indica, ao citar uma passagem da obra de Sérgio Silva "...O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente desenvolvimento das forças produtivas: é, também, desenvolvimento das relações sociais. Em outras palavras, reforço da denominação do capital sobre o trabalho" 17

Alongamo-nos em citações bibliográficas com a intenção de mostrar que se levarmos em consideração, exclusivamente, o nível do desenvolvimento técnico do capital, existe um ponto em comum a todos os processos de industrialização capitalista latino-americanos: o fracasso de implantar a indústria de bens de produção no momento do nascimento do capital industrial, quer dizer, de assegurar endogenamente a autodeterminação do capital. Isso nos permite caracterizar todas as economias latino-americanas como sendo capitalistas e dependentes. Onde reside, pois, a diferença entre elas?

A diferença encontra-se no grau de desenvolvimento das forças produtivas que os distintos capitalismos nacionais atingiram, e na distinta conformação das relações sociais de produção que correspondem a cada desenvolvimento específico das forças produtivas. Isso condiciona, por sua vez, o tipo de enfrentamentos e de alianças que as relações contraditórias de classes estabelecem na luta pelo avanço do capitalismo. Em outros termos, o avanço do capitalismo não depende só do desenvolvimento técnico do capital, mas, e principalmente, da correlação de forças entre as distintas classes sociais, na luta por esse avanço, para cada

realidade histórica concreta

Voltando agora ao nosso caso específico da rápida acumulação do capital que experimentara a economia argentina entre 1880-1914, é de interesse salientar que parte do excedente gerado pelo setor agroexportador, encontrou aplicação produtiva em atividades comerciais e financeiras que, sendo necessárias para o desenvolvimento rural, foram criando, indiretamente, as bases para a expansão urbana e o surgimento de atividades secundárias. O aparecimento de um mercado de capitais e de canais de intermediação, ao longo do período, permitiu direcionar parte do excedente para atividades comerciais, de construção e manufatureiras.

Os dados da tabela II.7 dão idéia do desenvolvimento do mercado de capitais e do grau de monetização da economia.

TABELA II.7

Dados financeiros anteriores a 1930
(médias anuais em milhões de pesos a preços correntes)

	1913/14	1915-19	1920/24	1925/27	1928/29
Oferta monetária	-	-	-	-	2.109
Moeda e quase moeda	1.732	2.564	3.847	4.171	4.797
- Depósitos em caixa de poupança	319	573	1.157	1.501	1.875
- Ativos de bancos comerciais	1.894	2.495	3.800	3.868	4.266
- Dívida hipotecária	-	2.989 1	-	3.541 1	-
- Dívida pública de curto e longo prazo	644	1.063	1.393	1.398	1.999
PNB a preços de mercado	3.781	5.169	7.001	7.969	8.718

1 Referente só aos anos 1915 e 1925 respectivamente

- Oferta monetária - inclui moeda corrente em mãos do público e depósitos à vista.
- Quase moeda - inclui poupanças privadas em bancos comerciais e depósito a prazo fixo
- Depósitos em caixas de poupanças - inclui depósitos fora dos bancos comerciais (ex. Caixa de Poupança Nacional, Banco Hipotecário Nacional)
- Dívida Hipotecária - inclui dívidas individuais e de instituições.

Fonte: Diaz Alejandro, Carlos "Op Cit" pag 33

A existência de um mercado para a dívida hipotecária foi um canal importante de canalização de fundos rurais para a construção urbana. O valor da dívida hipotecária entre 1915 e 1925, foi quase a metade do PNB. A metade do total da dívida correspondia ao Banco Hipotecário Nacional. Esse Banco obtinha a maior parte de seus fundos de depósitos privados (os credores privados respondiam por 43% da dívida, em 1915), e da venda de "cédulas hipotecárias".

As cédulas hipotecárias foram um canal novo, a partir da fundação, em 1872, do Banco Hipotecário Provincial de Buenos Aires, para aplicação dos investimentos britânicos em atividades agropecuárias. O Banco Hipotecário Nacional surgiu em 1886. Ainda que o Banco Hipotecário tenha sido canalizador de investimentos para atividades agropecuárias, as cédulas eram asseguradas com qualquer tipo de bens de raiz, podendo obter empréstimos, também, sobre hipotecas de propriedades urbanas. Dessa forma a existência de um mercado da dívida hipotecária converteu-se em um canal de transferência de fundos rurais para a construção urbana.

O sistema de empréstimos do Banco era relativamente complicado. O Banco Hipotecário estava autorizado a realizar empréstimos até a metade do valor da terra oferecida como fiança. O banco não emprestava diretamente dinheiro ao prestatário, mas "cédulas" sobre as quais fixava uma taxa de juros e os prazos de vencimentos comuns a cada série de emissão da cédula.

O público era informado sobre a quantidade total de cada série e todos os prazos de vencimentos.

A cédula representava uma promessa do Banco Hipotecário de pagar os juros e o capital fixado na cédula. O banco era, assim, um devedor geral dos possuidores de cédulas, e um credor das pessoas que compravam essas cédulas, colocando suas propriedades em fiança. O prestatário de cédulas podia vendê-las no mercado livre, obrigando-se, no momento da venda, a pagar ao banco o capital e juros pelo montante concordado com essa instituição, podendo pagar em dinheiro ou em cédulas.

O mercado de capitais anterior a 1930 estava constituído, principalmente, por instituições nacionais. Além do Banco Hipotecário Nacional criado em 1886, o Banco de La Nacion Argentina foi criado em 1891 e detinha 2/5 dos fundos do sistema bancário comercial. Os bancos estrangeiros tinham uma participação numérica relativamente pequena, entretanto decisiva na política de crédito, como é analisado no Capítulo IV.

As companhias comerciais e industriais dependiam para seu financiamento do crédito bancário de curto prazo. No período 1926-1929, 64% do valor das transações correspondiam às cédulas hipotecárias, e só 11% às transações de "stock" e "debentures" das companhias. Foi só a partir de 1930 que levou-se em consideração formas de desenvolvimento do crédito industrial de longo prazo, e só em 1940 foi criado o Banco Industrial. As consequências da falta de política de crédito para a indústria serão analisadas mais detalhadamente ao tratar especificamente do desenvolvimento industrial 18

II- URBANIZAÇÃO

O impacto da imigração na formação argentina vai além da constituição de um mercado de trabalho. Os imigrantes constituíram não só a base econômica, mas também social e cultural do país.

Ainda que o número de imigrantes europeus que chegaram às novas áreas tenha sido maior em outros países (por ex. aos Estados Unidos chegaram 32,4 milhões entre 1821-1932; enquanto à Argentina chegaram no mesmo período, 6,4 milhões), a proporção de imigrantes sobre a população original foi na Argentina a mais alta do mundo: em 1895 chegou a 25,5%; em 1914 a 30%, enquanto nos Estados Unidos, ainda nos momentos de maior fluxo imigratório, a proporção da população estrangeira sobre o total nunca passou de uns 15%.

A ativa política imigratória de 1880, teve como objetivo principal constituir a força de trabalho para fomentar o desenvolvimento da agricultura. Os imigrantes cumpriram amplamente com esse objetivo, mas, como já foi visto, a estrutura de propriedade do campo fez com que eles se convertessem no gérmen de um duplo fenômeno: a imigração foi a base do desenvolvimento agrícola e, conjuntamente, a base da formação de um país tipicamente urbano. Esse fenômeno teve profundas repercussões no desenvolvimento industrial e nas contradições que relacionam o setor urbano-industrial com os donos da terra, dentro das relações capitalistas de produção, no marco do capitalismo mundial. Entende-

mos que a compreensão da especificidade do desenvolvimento capitalista argentino, e de suas limitações, passa, necessariamente, pela apreensão das raízes e da problemática que envolvem essas contradições

O baixo índice de absorção de mão-de-obra pela produção agrária argentina fica bem evidente a partir da seguinte comparação feita por Alejandro E. Bunge ¹⁹. Para cuidar de 10.000 bovinos, destinados à produção de carnes e couros se requeriam, na Argentina, de 15 a 20 trabalhadores, enquanto na Alemanha, Bélgica, França e Grã-Bretanha, até 1930, o cuidado do mesmo número de cabeças requeria 1.000 trabalhadores. De igual modo, uma família de arrendatários, com 3 ou 4 trabalhadores cultivava 200 hectares de terra na Argentina, o que resultava numa produção de 180 toneladas, ou 50 toneladas por pessoa. Nos países citados, para igual produção se necessitavam de 12 a 16 trabalhadores. A consequência disso foi a rápida concentração do contingente imigratório nas cidades. A Argentina converteu-se, a partir de 1914, em um dos países do mundo com maior proporção de vida urbana, só superada pela Holanda e Grã-Bretanha. Dos dois milhões de habitantes registrados em 1874, a população urbana ascendia a pouco mais de 600.000 pessoas; em 1895 a população total tinha duplicado, alcançando 4 milhões, dos quais a metade incorporou-se ao campo, e a outra metade às cidades. Com isso a proporção urbana ascendeu a 42% do total. No período 1895-1914, que coincidiu com o mais alto crescimento econômico, a população alcançou 8 milhões. Do aumento de 4 milhões em 19 anos, um milhão se dirigiu ao campo e três aos centros urbanos. Inverteu-se, assim, a proporção de 1895, resultando em 42% a população rural e em 58% a urbana

II.1. MERCADO INTERNO MERCADO DE TRABALHO

O processo de urbanização descrito afetou a formação do mercado interno e do mercado de trabalho constituindo um fenômeno especificamente argentino com marcantes diferenças em relação ao resto dos países latino-americanos. 20

Em primeiro lugar devemos considerar o nível de integração relativamente alto da população agrária, principalmente dos arrendatários de área pampeana, aos centros urbanos.

Os arrendatários, excluídos como classe, da possibilidade de ascender à propriedade da terra, porém donos de sua produção, estavam atrelados aos centros urbanos, tanto como produtores quanto como consumidores. Dos centros urbanos dependiam tanto para terem acesso ao crédito como para comercializarem a sua produção (A análise sobre esse ponto é abordada no capítulo IV).

Por outro lado, como já se viu, o uso de um nível relativamente alto de tecnologia na agricultura, determinou formas mais ou menos intensivas do uso da terra, o que produziu uma elevação da renda da classe arrendatária. Desse modo, essa classe esteve em condições de orientar sua demanda por bens de consumo para o mercado urbano. Eles costumavam viajar periodicamente à Capital Federal para fazer suas compras, ou remetiam os pedidos pelo correio. Esta última prática foi o resultado do uso de "catálogos de vendas", que surgiu como influência das grandes lojas de ramos gerais de origem britânica, como Gath & Chaves e Harrods, mas que foi, também, praticado por lojas varejistas nacionais como "El Siglo" e "San Martín".

A integração relativamente alta dessa classe de produtores rurais na vida urbana não foi só econômica, mas, também, cultural e política.

Essa classe social foi um elemento de importante peso dentro do Partido Radical (1890). O Partido Radical de extração urbana, integrado principalmente por funcionários públicos, pequenos e médios comerciantes e intelectuais, conseguiu atrair os arrendatários rurais. O partido chegou a controlar o Estado entre 1916 e 1930, derrotando a oligarquia conservadora através de eleições livres. Dentro desse quadro político, os arrendatários foram os principais protagonistas das mobilizações rurais contra os donos da terra, que, começando em 1912 (Grito de Alcorta), arrastaram-se até 1920. A mobilização abrangeu uma área de 65 milhões de hectares (Províncias de Santa Fé, Entre Rios, Córdoba, Buenos Aires e o que hoje é o Pampa).

Em 1912, o movimento conhecido como Grito de Alcorta teve como principal centro Santa Fé, onde tinha triunfado o Partido Radical através de livres eleições e dominava o Governo Provincial. O governo da "província" pronunciou-se a favor das reivindicações dos arrendatários e pressionou os donos da terra, obrigando-os a melhorar as condições dos contratos de arrendamento. Com isso o Partido Radical afiançou-se como o representante dos interesses dos arrendatários rurais, e inclusive das classes mais baixas, como os "peones".

O tema dos conflitos rurais e sua vinculação ao Partido Radical é um tema altamente polêmico nas análises argentinas, que foge à alçada deste trabalho 21

Interessa-nos sim, salientar as contradições sociais que o modo de produção agrário gerou, e o enfrentamento das distintas classes sociais pelo controle e distribuição do excedente agrário

São essas contradições que criaram as condições para a prematura formação de um partido político, com força nacional, contestador da oligarquia conservadora.

Ainda que seja impossível considerar o Partido Radical como o partido da burguesia industrial, é preciso assinalar que ele se ergueu como partido defensor da incipiente indústria nacional e liderou os conflitos políticos de oposição à indústria da carne. Os frigoríficos estavam quase todos controlados por grandes capitais financeiros internacionais e intimamente vinculados aos interesses pecuários da oligarquia latifundiária 22

A partir do exposto, podemos sintetizar que independentemente das contradições típicas que caracterizam um partido de massas, para a época, parece-nos autêntica a declaração de princípios do Partido Radical ou União Cívica, "La Unión Cívica es la condensación [...] de todas las fuerzas vivas del país que no están absorvidas por el oficialismo" 23

Outro nível de integração importante do mercado nacional estava relacionado à construção das ferrovias. O setor agroexportador ao fomentar a introdução das estradas de ferro, criou bases para a integração das províncias do interior ao litoral. Dois foram os fenômenos vinculados à entrada das ferrovias: elas tiveram, em princípio, um efeito destruidor da indústria artesanal das "provincias del interior". 24 Dados os altos custos

de produção, essa indústria artesanal não conseguiu competir com os baixos preços dos produtos importados, transportados pelas vias férreas. Contribuiu para isso, a especial política inglesa da "tarifas ferroviárias diferenciadas". Tal política consistia em manter "tarifas" mais baixas para as mercadorias transportadas desde o porto de Buenos Aires ao interior, do que vice-versa e, em contraposição, o efeito positivo das estradas de ferro foi favorecer a integração rápida do mercado do interior ao litoral pampeano, onde, dadas as condições, surgiriam as indústrias mais eficientes, capazes de competir com os produtos importados.

Ainda mais, a integração possibilitada pelas ferrovias, favoreceu o desenvolvimento de uma produção regional complementar do setor agroexportador. Esse processo foi favorecido por uma clara política integradora desenvolvida pelo Estado oligárquico. Através do apoio creditício e de isenções impositivas, favoreceu-se o desenvolvimento e a tecnologia da indústria açucareira de Tucumán, com ramificações em Salta e Jujuy. Por outra parte, implantou-se um rígido proteccionismo alfandegário que restringia a introdução do açúcar brasileiro, que chegava ao porto de Buenos Aires a preços mais baixos que os resultantes da produção nacional. Com políticas semelhantes o Estado promoveu o desenvolvimento da produção de vinhos de Mendoza e San Juan. Dessa forma, "En Argentina, la expansión exportadora acabó por integrar orgánicamente as distintas formaciones regionales en una división del trabajo de alcance nacional. Se estableció así una formación social de dimensión nacional, com predominio capitalista diluyéndose progresivamente las formaciones regionales preexistentes". 25

Prova do alto nível de integração do mercado nacional foi o dinamismo que alcançou o comércio varejista. Concentrado em Buenos Aires, começou, a partir de princípios do século, uma rápida expansão pelo interior. Por exemplo, a partir de 1908, Gath & Chaves abriu sucursais por quase todo o país: Rosário, Bahia Blanca, Córdoba, Paraná, La Plata, Mendoza, Tucumán e Mercedes. A partir de 1920, o grupo Harrods-Gath & Chaves, não modificou só seus critérios geográficos, mas também sociais. O grupo abriu sucursais em cidades pequenas como Três Arroyos, Concordia, Junín e San Juan, "para procurarse la clientela de clase baja que compraba en las tiendas de ramos generales".²⁶ Outros elementos contribuíram para fazer do mercado interno argentino um caso excepcional dentro do conjunto de países subdesenvolvidos. Em primeiro lugar é preciso analisar o comportamento dos salários, especialmente os industriais por serem um fator relevante em relação à rentabilidade do setor.

Fugindo totalmente às teorias que enfatizam a tendência à baixa dos salários nos países em que existe um intenso processo migratório, a Argentina registrou, entre 1880-1930, os salários nominais mais altos a nível mundial. O salário familiar nominal entre 1860-1914 foi inferior ao dos Estados Unidos, mas superior ao de qualquer país europeu. Enquanto os salários reais, até 1900, estiveram em contínuo aumento, a partir de 1900 aumentaram menos, recuperando-se na década de 1920.

TABELA II 8

Salários anuais nominais de uma família operária

Países	Salário Nominal (pesos argentinos)	índice
- Estados Unidos (1904)	2.518	230
- Argentina (Capital Federal, 1913/14)	1.815	166
- França (1907/08)	1.210	111
- Inglaterra (1904)	1.095	100
- Alemanha (1090/1914)	1.230	112

Fonte: Geller, Lucio "El crecimiento industrial argentino hasta 1914 y la teoria del bien primario exportable" Em: "El régimen oligárquico" Compilador Zapiola, Marcos Gimenez Ed. Amorroutu Bs As , 1975 pag 195

O tema sobre o nível dos salários entre 1880-1930 é polêmico. É tradicional nas análises clássicas da história econômica da Argentina, a interpretação de que os salários reais, no momento de crescimento das exportações e de entrada massiva de imigração, tenderam a declinar. Vamos nos estender um pouco na apresentação da controvérsia interpretativa e na apresentação do trabalho de Cortés Conde ²⁷. A partir de um trabalho empírico, Cortés Conde demonstra que o salário real cresceu, no período de 1883-1911.

Cortés Conde contesta com seu estudo as análises realizadas por John Williams, José Panettieri, Juan Alvarez e Adolfo Dorfman ²⁸. Todos estes autores trabalham com dados para a época, fornecidos pelo consul norteamericano em Buenos Aires, Buckman, e os dados fornecidos por A. Patroni, dirigente socialista da época, que publicou níveis de salários para 50 empregos na cidade de Buenos Aires. Segundo Patroni, enquanto entre 1880-1887 os trabalhadores viviam em situação razoável, a partir de 1889 o nível de vida dos mesmos tendeu a piorar consideravelmente. ²⁹

Cortés Conde destaca, entre todas as análises citadas, o trabalho de J. Williams a quem atribuiu maior precisão. Williams intenta determinar o poder de compra dos salários argentinos comparando-os com os preços de exportação. Dado que os preços dos produtos de exportação, eram, também, produtos alimentícios, em proporção elevada, para o mercado interno, Williams conclui que os preços internos deviam evoluir da mesma forma que os preços de exportação. Ainda que tal afirmação fosse refutada por

Cortés Conde, transcrevemos as conclusões às quais chegou Williams, que coincide, em geral, com as dos demais autores citados, ainda que variem os enfoques para avaliar a tendência dos salários.

Diz Williams:

"It appears to indicate that in 1887 there was no upward tendency of wages and that in 1897 the trend was downward"...

"...Of one fact, and that the essential one, we may certain. The effect of depreciating paper money upon wages was much less marked than upon export prices. The rise of wages under the influence of a rising price of gold was much less rapid and much less considerable than was the rise of export prices. It may be pointed out, too, that even in 1896 when were at their highest point, whereas export prices and the price of gold were falling, wages, as measuring in gold, were considerably below the level of 1886". 30

Adolfo Dorfman e Juan Alvarez concentram as análises em fatores reais que, como a imigração, afetam o mercado de trabalho, contribuindo com a tendência declinante dos salários devido à superabundância de mão de obra. Contra essa teoria diz Cortés Conde: "...um continuo e sostenido flujo de imigración hacia la Argentina solo pudo darse si las condiciones de empleo y de

ingreso no empeoraban, o mejor dicho, si mejoraban aunque fuera a um ritmo lento. Esto contradice el supuesto usual en la Argentina acerca de que dada la gran oferta de mano de obra, los ingresos de los trabajadores en ese período habian declinado. No quiere decir, en cambio, que a pesar de um mercado relativamente en expansión, lo que se reflejaba en salarios en alta, el hecho mismo de la inmigración evitó un alza mucho mayor de los salrios" 31

Outros autores, como José Panetieri, partem da análise de fatores monetários para justificar a tendência ao declínio dos salários: abandono do padrão ouro, desvalorizações, emissões monetárias e inflação.

Cortés Conde realizou um exaustivo trabalho de recolhimento de dados, sobretudo para o período 1880-1902 em que não existe informação do Departamento do Trabalho. Para 1903-1913 existem estatísticas oficiais.

O autor obteve dados de salários de operários qualificados, não qualificados, urbanos e rurais. No entanto, essa documentação foi considerada deficiente pelo autor, por não referir-se a uma amostra homogênea. Para evitar esse problema, o autor obteve uma série contínua e homogênea de salários de operários não especializados da administração pública, e uma série contínua e homogênea de operários da fábrica de alimentos Bagley de Buenos Aires

Não fugiram ao autor as limitações que apresentavam aqueles dados. No caso dos salários da administração pública, por serem fixados pelo Governo, eles têm tendência a terem um atraso no reajuste, em relação às outras categorias. Em relação aos sa-

lários industriais, os dados referem-se a uma única empresa. O reajuste dos salários, nesse caso, para alguns anos, podem responder mais à situação interna da empresa do que às condições no mercado de trabalho. No entanto, como observa o autor, dado que o objetivo é conhecer a tendência na evolução dos salários, no médio e curto prazo, e não a nível absoluto dos mesmos num prazo determinado, a amostra recolhida pelo autor é suficiente para o objetivo planejado.

A validade da pesquisa empírica é maior se levarmos em conta que a informação sobre salários foi completada com a evolução dos preços dos artigos de consumo dos trabalhadores e inclusive com uma análise sobre a composição desse consumo. O autor trabalhou com dados anuais da cidade de Buenos Aires sobre produtos que representavam 60% do consumo de alimentos e com dados, para alguns anos, de preços, de aluguéis e vestuário. Na pesquisa que realizara sobre a composição do consumo das famílias operárias entre 1897 e 1907, concluiu que não existiam variações de grande importância em relação aos Estados Unidos. A distribuição dos salários, para consumo, das famílias operárias era a seguinte: 50% alimentos, 20% moradia, 15% vestuário e 15% vários.

A partir da análise dos dados, Cortés Conde concluiu que para o período 1883-1911 existiu semelhança de comportamento nas taxas de crescimento das distintas categorias de assalariados. Para o período todo verifica-se um substancial aumento dos salários anuais na Bagley: 4,1 (salários por hora) e 4,3% (salários mensais); os salários dos "peones" rurais, aumentaram 3% (salários mensais). O custo de vida cresceu 2,7%. Como resultado

verifica-se um crescimento geral de 1,4 % nos salários rurais, e 1,6% nos salários da Bagley 32

Ainda que os altos salários industriais, em um país agropecuário, tenham uma importante repercussão nos custos, dadas as técnicas intensivas no uso de mão-de-obra, típicas dos primeiros surtos industriais, eles têm um efeito positivo sobre a produtividade e sobre a capacidade de realização da produção. Esses fatores foram importantes para assegurar o crescimento industrial que dependia, quase exclusivamente, da reinversão dos lucros obtidos da venda da produção

A influência positiva dos altos salários no dinamismo alcançado pela indústria nacional é ainda mais relevante levando-se em consideração que a economia argentina entre 1860-1930, trabalhou com níveis próximos do pleno-emprego, experimentando só problemas cíclicos de desemprego. 33

é também de interesse destacar, como forma de qualificar o mercado interno e o mercado de trabalho, que o Estado Oligárquico Argentino fomentou, não só uma política imigratória capaz de garantir amplamente a disponibilidade de mão de obra, mas comprometeu-se altamente em melhorar a qualidade dela, através do fomento da educação pública. Em 1869, da população entre 6 a 13 anos, só 20% ingressavam na escola. Essa percentagem subiu a 31%, em 1895, e 48% em 1914, alcançando em 1929, 60%. Enquanto o número de estudantes de segundo grau e universitários aumentou de 20.000 e 5 000, em 1910, a 73.000 e 22 000 em 1930, respectivamente.

Até aqui foi analisado como o modo de produção agropecuário contribuiu para a formação de um mercado interno de características capitalistas, com um considerável grau de integração, e com uma capacidade crescente de demanda de bens de consumo, dado o nível dos salários e o desenvolvimento educacional da população. No entanto, essa demanda não foi, por si mesma, um fator desencadeador da indústria nacional. Essa demanda pôde ser abastecida, como de fato aconteceu em boa medida, até 1940, pela importação de bens de consumo.

Um amplo mercado interno só cria uma demanda potencial para o surgimento da indústria nacional. Para ele converter-se em um incentivo real para efetivar investimentos na indústria, têm que coexistir com essa demanda potencial, outros fatores capazes de assegurar à indústria doméstica uma rentabilidade suficiente, para competir com as importações.

Agora bem, as taxas de crescimento industrial variaram de 10,2% entre 1900-1905 a 13,8% entre 1905-1910 e a 7,2% em 1910-1915.³⁴ Podemos tomar esses dados como indicador da clara decisão de investir que prevaleceu em uma classe social, que, segundo dados proporcionados pelo censo industrial de 1914, surgiu dentre as fileiras dos imigrantes. O censo revela que a maioria dos empresários eram estrangeiros. A partir de uma poupança privada prévia, alguns imigrantes começaram a desenvolver uma manufatura que, por sua escala reduzida e técnicas de produção rudimentárias, não exigia, de início, o investimento de grandes capitais.

Estamos nos aproximando do terceiro problema apresentado no começo deste capítulo, sobre a gênese do capital industrial. Isto é, porque uma determinada classe social, portadora de certo capital, sentiu-se estimulada a investir em uma atividade inexplorada: a indústria.

Alguns fatores favoreceram o surgimento da indústria, como, por exemplo, o custo dos transportes que afetava o preço final dos produtos importados. A distância da Argentina dos grandes centros industriais europeus criou uma proteção natural à indústria doméstica pelo encarecimento que implicava para os preços das importações. Porém, não consideramos seja esse o fator decisivo. É preciso analisar outros dois elementos que direta e indiretamente favoreceram a rentabilidade da incipiente indústria nacional: a política cambial e as tarifas alfandegárias.

III - Política Cambial 35

A política cambial esteve atrelada, ao longo do período, às crises econômicas e foi um fator relevante na explicação do surgimento da indústria nacional, capaz de produzir produtos que competissem com os produtos estrangeiros importados.

A expansão da produção exportadora, entre 1860-1930, sofreu crises periódicas, em geral, por fatores externos, principalmente variações nos preços dos produtos alimentícios no mercado internacional, flutuações nos investimentos, ou, algumas ve-

zes, por razões climáticas, que afetavam as colheitas. Ao longo do período, e até a crise de 1929, as principais crises aconteceram entre 1873-1876; 1890-1891 e 1914-1917

A forma usual de fazer frente às crises, impulsionando as exportações para proteger o nível de renda do setor agropecuário, foi apelar à desvalorização da moeda nacional

A forma e profundidade em que as desvalorizações influenciaram no setor industrial, dependeram do tipo de crise. Quando a crise foi do tipo conjuntural, ou seja, foi consequência de colheitas deficientes ou queda dos preços dos produtos exportáveis no mercado internacional, as desvalorizações não conseguiram anular a queda geral da renda real, própria dessas crises, ainda que protegessem, sem dúvida, o setor exportador. O efeito das depreciações traduziu-se num aumento de preço das importações. Isso favoreceu o desenvolvimento de algumas atividades manufatureiras, aumentando sua margem de rentabilidade, frente ao aumento de preço dos produtos de consumo importados. Também tendeu a reforçar algumas indústrias já estabelecidas, facilitando, em geral, uma posterior acumulação de capital, no setor. Mas, dada a queda da renda real, esse foi um processo contraditório que impulsionou certas atividades, como consequência das desvalorizações, enquanto outras eram negativamente afetadas pela própria queda da renda. O encarecimento das importações, como consequência da depreciação do peso argentino, por exemplo, favoreceu a indústria ao criar uma proteção para os produtos de bens de consumo que eram produzidos no país, porém, encareceu, também, as importações de bens de capital, o que afetou a expansão de algumas indústrias em

detrimento de outras. Esse foi, pois, um processo contraditório em que, ao mesmo tempo em que alguns setores industriais eram impulsionados pela crise, outros eram negativamente afetados pela mesma crise. Ou seja, a perda da renda real fez com que as desvalorizações só pudessem fomentar o desenvolvimento descontínuo do setor industrial. O fato da crise produzir uma queda na rentabilidade absoluta do setor agroexportador e de que, por causa das desvalorizações, os custos industriais tenderam a aumentar, descarta toda possibilidade de ter acontecido, em tais circunstâncias, uma transferência de recursos do setor agropecuário ao industrial. Assim, as consequências desse tipo de desvalorizações sobre a indústria são contraditórias, afetando só alguns setores e de forma descontínua.

Outra é a situação quando o país enfrenta uma crise de crescimento. Isso acontece quando se registra uma interrupção da entrada de capitais estrangeiros acompanhada de um aumento das importações, o que produz um déficit no balanço de pagamentos, ainda quando as exportações estão crescendo.

Esse foi o caso da crise de 1890. No caso de uma crise de crescimento, a renda real aumenta, como consequência de um aumento contínuo das exportações. Neste caso, a desvalorização da moeda é capaz de assegurar uma expansão da totalidade do setor industrial, assistindo-se a um aumento da rentabilidade absoluta dele. Isto porque, no caso de crise de crescimento é possível acontecer transferência definitiva do peso da crise para setores sem capacidade de negociação. Os salários industriais são um claro exemplo. O ajuste de preços que produz a crise, provoca uma

perda do salário real como consequência das desvalorizações, que repercute no aumento da margem de benefícios do setor (que está crescendo) e, com isso, o acréscimo de inversão dos lucros. Mais importante, é o fato da crise afetar, pelo mesmo mecanismo, as indústrias que trabalham com altos custos de produção. A quebra delas favorece um processo de concentração que garante o crescimento definitivo do setor, em sua totalidade. A crise de 1890 correspondeu a esse padrão, e implicou em dar um salto qualitativo decisivo no desenvolvimento industrial argentino. (O efeito da crise de 1890 sobre a indústria é analisado no Capítulo III).

IV - TARIFAS ALFANDEGÁRIAS

É tradicional nos estudos sócio-econômicos argentinos, a partir do reconhecimento de que o período 1880 - 1930 foi tipicamente de livre câmbio, fazer uma severa crítica ao Estado pela política tarifária aplicada. Essa crítica centra-se no fato de considerar a política alfandegária como sendo exclusivamente fiscal e não protecionista. Porém, as análises críticas das interpretações clássicas revelam que a política tarifária exerceu um papel significativo, no direcionamento de recursos, que favoreceu o surgimento e evolução industrial. 36 Não se pretende aqui fugir da realidade de um país que dependeu, para seu crescimento,

das exportações, e do monopólio político que, como consequência, deteve a oligarquia agroexportadora. De fato, em 1905 as exportações foram completamente liberadas de gravames, com exceção do ferro velho, os metais e os sacos de estopa

O que se quer apontar é que, como consequência das contradições do sistema, a política alfandegária outorgou, periodicamente, uma proteção considerável à indústria. Por exemplo, antes de 1905 já se teria tentado liberar as exportações de gravame, porém, a crise de 1890 e o estado precário das finanças públicas o impediram. Entre 1890 - 1891 reduziu-se em 30% a entrada de ouro, colaborando para o crescimento do déficit fiscal. Como única solução foram fortemente gravadas as importações, a tal ponto que, entre 1899 e 1913 os impostos às importações foram responsáveis por 50% da receita do Estado 37

O que se quer salientar com esse exemplo é que, independentemente da política ter um objetivo claramente fiscal, cria uma conjuntura favorável à indústria, outorgando-lhe uma proteção efetiva

Em geral, até 1900 os alti-baixos sofridos por uma economia que estava criando as bases de seu desenvolvimento, fez com que a política fiscal variasse constantemente, abrindo espaços claramente favoráveis ao desenvolvimento industrial - Mais ainda, quando, como forma de fazer frente às crises do setor exportador, um aumento das tarifas correspondia a uma política de depreciação da moeda. Só em 1905, a política fiscal alcança certa estabilidade ao ditar-se a "Ley de Aduanas". Segundo a "Ley", os valores das mercadorias sobre as quais aplicavam-se os direitos

de importação eram estabelecidos oficialmente por uma tarifa de valores, denominada, indistintamente, "valores de tarifas", "avaluos" ou "aforos aduaneros".

Em tese, os valores estabelecidos na tarifa de valores para os distintos tipos de produtos que se importavam deviam ser os reais do mercado. Porém, como a tarifa não se atualizava anualmente, e permanecia fixa por longos períodos, enquanto os preços das importações variavam continuamente, os valores tarifários, fixados oficialmente, tendiam a distanciarem-se dos preços reais. Assim, se os preços do mercado ascendiam e os "aforos" permaneciam fixos, a proteção efetiva da indústria diminuía e, vice-versa, se os preços reais decresciam enquanto os "aforos" não mudavam, o nível de proteção real se elevava. Sendo essa a característica do sistema alfandegário, a maior ou menor proteção à indústria dependia mais da discrepância entre os valores de "aforo" e os valores reais das importações do que dos direitos nominais de importação.

É bom agregar que, dada a dependência das importações para aumentar o fundo fiscal, o gravame médio das importações era alto. Em 1913 o gravame médio era de 17,7% na Argentina, sendo exatamente igual ao dos Estados Unidos, e superior, por exemplo, ao da Austrália, 16,5%, ou Canadá 17,1%.

A partir desses dados sobre o nível das tarifas, Diaz Alejandro manifesta a necessidade de rever as interpretações clássicas da história econômica do país. É importante abandonar a ideia de que a política do período 1880-1930 foi na Argentina do mais rígido "Laissez-Faire", a tal extremo de ter sido classifica-

da, na bibliografia tradicional, como um "proteccionism in reverse" 38

Sem dúvida, é preciso manter uma atitude crítica, evitando, também, posições extremas, sobre o real significado dessas tarifas, para proteger a indústria. É necessário discriminar como se aplicavam os impostos às importações. Como se analisa no capítulo III, o nível das tarifas foi eficaz para proteger a indústria de consumo, principalmente aquela que, dados os custos locais das matérias primas, tornava-se naturalmente competitiva, em relação às indústrias estrangeiras, principalmente a inglesa. Porém, as tarifas de importação não parecem ter sido eficazes para proteger a indústria metalúrgica. Dado o desnível dos preços domésticos de produção frente aos internacionais, essa indústria requeria, para seu desenvolvimento, uma clara política protecionista, por parte do governo. O Congresso foi centro de uma acirrada luta da burguesia industrial para impôr medidas protecionistas, que chocavam sempre com os interesses políticos da oligarquia agroexportadora. Muitos projetos de leis não chegaram, sequer, a serem tratados no Congresso, como, por exemplo, a "Ley de protección e fomento industrial" (1922), preparada pela Dirección de Comercio e Industria del Ministerio de agricultur de la Nación.

Na realidade a política cambial e a fiscal equilibravam-se mutuamente, correspondendo à lógica de acumulação capitalista, determinada pela economia agroexportadora.

Como se mencionou, as desvalorizações cambiais tinham como objetivo acelerar a expansão das exportações, base de acumu-

lação, e defender a lucratividade do setor, quando os preços dos produtos de exportação caíam no mercado internacional. Porém, a política de desvalorização encontrava sua limitação, pela repercussão que tinha sobre os custos internos dos meios de produção (construção da infraestrutura), e reprodução da força de trabalho, ambos imprescindíveis para a expansão agroexportadora e que dependia, em igual medida, da importação de bens de consumo, e de bens de capital para a infraestrutura 39

Porém o principal limite colocado à política cambial provém de sua vinculação ao mecanismo de financiamento da dívida externa. Até a crise de 1890, a Argentina recorreu amplamente à contratação de novos empréstimos estrangeiros como modo de enfrentar o pagamento da dívida. A crise de 1890 demonstrou a gravidade desse método. O endividamento crescente requer maior transferência de recursos ao exterior. Recorre-se, então, às desvalorizações, para impulsionar a acumulação interna, via aumento das exportações. Porém isso agrava o déficit do Governo, que tem que apelar para uma política de redução de gastos e aumento da receita, como forma de reequilibrá-lo.

O aumento da receita dependia da tributação ao comércio exterior: exportações e importações. Sem dúvida, os impostos não podiam recair sobre as exportações "sem colocar em questão o equilíbrio político das próprias classes dominantes" [...] "Além disso, o aumento das taxas sobre as exportações revela-se um instrumento inadequado num sistema capitalista onde o centro da acumulação está justamente ligado à expansão das exportações. Por isso os recursos necessários às finanças devem ser encontra-

dos na taxação de produtos destinados ao mercado interno" 40

Isso explica internamente os aumentos das tarifas alfandegárias sobre as importações e explica, também, a flexibilidade do Governo Inglês frente a essa política impositiva argentina. A despeito de que essa política criasse um obstáculo à entrada de manufaturas inglesas... "o capital financeiro inglês demonstrou saber que, em última análise, o destino das suas exportações depende da expansão dos seus investimentos no estrangeiro. E assim o capital financeiro internacional afirma o primado da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias, na economia mundial capitalista" 41

Em outros termos, como observa Sérgio Silva, as políticas cambial e fiscal asseguraram a reprodução do capital agroexportador, do capital comercial e dos investimentos estrangeiros, no país

Notas Bibliográficas

- (1) CARDOSO DE MELLO, João Manuel "O CAPITALISMO TARDIO" Ed. Brasileira, S.P., 1984.
- (2) CARDOSO DE MELLO, João Manuel. "Op. Cit." pag 99
- (3) Entre outros, DI TELLA, Guido e ZYMELMAN, Manuel, "Las etapas del desarrollo economico argentino" EUDEBA, Bs. As., 1967,; FERRER, Aldo, "La Economia Argentina. Las etapas de desarrollo y problemas actuales". F.C.E., BS.AS., 1968, FRONDISI, Arturo, "Petróleo y Política. Contribución al estudio de la historia economica argentina y de las relaciones entre el imperialismo y de la vida económica". Ed. Raipal. Bs. As., 1955.
- (4) DIAZ ALEJANDRO, Carlos F. "Essays on the economic history of the Argentine Republic". Jale University Press, 1970.
- (5) Dados de Diaz Alejandro, Carlos. "Op. Cit."
- (6) Dados de Ford, A.G. "Comércio exterior e inversiones estrangeiras 1880-1914" Em "La Argentina del 80 ao centenário" Bs. As. Ed Sudoamericana

- (7) Dados sobre a dívida externa extraídos de Ford, A.G. "Op. Cit" Pág. 498.
- (8) CORTÉS CONDE, Roberto "Hispanoamérica: la apertura al comercio mundial 1850-1930". Bs. As. Paidós, 1974 pag. 174
- (9) Para uma análise sobre a intervenção do Estado Oligárquico Argentino na economia: Alimonda, Hector "Paz y Administración - Orden e Progreso: Notas para um estudio comparativo de los Estados Oligárquicos Argentinos y Brasileiro".
Revista Mexicana de Sociologia. Ano XLIX/vol. XLIV, # 5. Oct Dic. de 1982.
- (10) KNAPP, J "Capital exports and growth" Economic Journal. Vol. LVII nº 267, set. 1957. Citado por Cincunegui, Jorge, "Op. Cit".
- (11) FORD, A.G. "Op. Cit" Citado por Cincunegui, Jorge "Op. Cit".
- (12) Essa é a perspectiva da teoria da dependência de Andrew Gun-der Frank, "Capitalismo e subdesarrollo en América Latina" e "América Latina: subdesarrollo e Revolución", que exerceram forte influência nas análises econômicas da realidade argentina. A teoria é contestada, entre outros, por duas coletâneas: Assadourian, Cardoso, Ciafardini, Garavaglia, Laclau "Modos de Producción en América Latina" Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente # 40, e, Cimillo, Lifschitz, Gastiazor-

ro, Ciafardini, Turkieh "Acumulación e centralización del capital en la industria argentina" Bs. As. Ed. Tiempo Moderno

(13) SILVA, Sérgio "Op. Cit" pag. 27.

(14) CARDOSO DE MELLO, João Manuel "Op. Cit"; SILVA, Sérgio "Op Cit".

(15) CARDOSO DE MELLO, João Manuel "Op. Cit" pag. 96.

(16) CARDOSO DE MELLO, João Manuel "Op. Cit" pag. 97-98.

(17) CARDOSO DE MELLO, João Manuel "Op. Cit". Citação textual de Silva, S.S. "Le Café et L'Industrie du Bresíl (1880-1930)", Paris, 1973 (exemplar mimeografado).

(18) Os dados sobre o mercado de capitais foram extraídos de Diaz Alejandro, C. "Op. Cit" e Ferns, S. "Op. Cit".

(19) BUNGE, Alejandro E. "Uma Nueva Argentina". Ed Hispanoamérica, Bs. As. pag. 166.

(20) A consideração de uma integração "razoável" do mercado a nível nacional, deve ser entendida em seus devidos alcances em comparação com o mesmo processo no resto dos países latino-americanos. Em outros termos, não estamos negando, em abso-

luto, as desigualdades típicas do subdesenvolvimento entre o "interior" e a "área pampeana", resultantes do próprio desenvolvimento econômico. No entanto, o alto grau "relativo" de integração do mercado nacional deve ser analisada a repercussão que teve no desenvolvimento industrial.

- (21) O tema do conflito rural (1912-20) e da vinculação ao Partido Radical é um tema por demais controvertido na bibliografia argentina. Existe uma forte corrente de pensamento de aguda crítica à política radical, tanto a nível da política rural como da industrial. Em geral, o Partido Radical é responsabilizado por ter praticado uma política moderada demais e de conivência com os interesses da oligarquia. Um breve comentário sobre as possibilidades reais do Partido Radical de modificar a política industrial entre 1914-30 é apresentado no Capítulo IV. Para uma crítica à política agrária do Partido Radical, Solberg, Carl "Descontento rural y política agrária na Argentina, 1912-1930". Em "El régimen Oligarquico", "Op. Cit"; Arcondo, Anibal "El conflicto agrario argentino de 1912: Ensayo de interpretación". Em: Desarrollo Económico, Bs. As., nº 79, vol. 20, Oct/Dic. 1980.

- (22) Em 1926 existiam, no país, os seguintes frigoríficos:

- Swift, Armour, Wilson, La Blanca (capitais norteamericanos)

- Anglo Dock Sud, Smithfield, River Plate, Anglo Las Palmas (capitais ingleses)
- Sansinena e Companhia Saladeril (capital argentino) Dados de Ortiz, Ricardo, "Op. Cit" pag. 347

(23) "Declaración de Principios de la Unión Cívica "El argentino, 19/7/1890 Citado por Rock, David "El radicalismo argentino, 1890-1930" Bs. As. Amorrortu, 1975.

(24) Trata-se de uma indústria de origem colonial que se desenvolve no norte e noroeste do país. É uma indústria artesanal de tecidos, marcenaria, artigos de argila e vime, etc. que se mantém próspera inclusive depois da independência. Porém essa técnica primitiva não consegue sobreviver à concorrência dos produtos europeus que entram junto com as estradas de ferro, a partir de 1860. A resistência dessa "indústria nacional" (fechada em si própria e historicamente ultrapassada) à política liberal implantada por Buenos Aires, a partir de 1880 tem sido defendida pela linha teórica do "revisionismo histórico". Nossa análise, contrariamente, focaliza o "movimento industrialista" surgido em Buenos Aires, na década de 1870, no interior da economia agroexportadora. O "movimento industrialista" lutou, desde então, por impor uma política alternativa ao liberalismo da oligarquia agroexportadora buscando "abrir um espaço" nesse cenário político para alcançar a industrialização do país. No capítulo III fazemos

referência a esse movimento.

- (25) ALIMONDA, Héctor. "Op. Cit." pag. 1345

- (26) GRAVIL, Roger "El comercio minorista británico en la Argentina, 1900-1940". Em: "El régimen Oligárquico" Compilador, Marcos Giménez Zapiolo, Ed. Amorrortu, pags 322.

- (27) CORTÉS CONDE, Roberto "El Progreso Argentino 1880-1914" Bs. As. Ed. Sudamericana, 1979.

- (28) WILLIAMS, John "Argentine International trade under Inconvertible Paper Money" Cambridge Mass. Harvard University Press, 1920; ALVARES, Juan "Estudio sobre las guerras civiles argentinas" Bs. As., Roldan, 1914 Mais recentes, Adolfo Dorfman "História de la industria argentina" Bs. As, Escuela de Estudios Argentinos, 1942; PANETTIERI, José "Los trabajadores en tiempos de la inmigración masiva, 1870-1910" Bs. As. Universidad Nacional de La PLata, 1966

- (29) BUCKMAN, W. L. "La moneda y la vida en la República Argentina" Bs. As. Revista de Derecho, História y Letras, año I, tomo II, 1898. PATRONI, A. "Los trabajadores en Argentina"

- (30) WILLIAMS, J. "Op. Cit". Citado por Cortés Conde, R. "Op. Cit".
- (31) CORTÉS CONDE, R. "Op. Cit" pag 211.
- (32) Coincidem com a interpretação de Cortés Conde sobre o comportamento dos salarios, Geller, Lucio "Op. Cit"; Diaz Alejandro, C. "Op. Cit"; Cincunegui, J. "Op. Cit".
- (33) LACLAU, Ernesto (h) "Modos de producción, sistemas económicos y población excedente. Aproximación histórica de los casos argentinos y chileno". Em "El régimen oligarquico" "Op. Cit" pag. 19.
- (34) GELLER, Lucio "Op. Cit" pag 180.
- (35) A breve análise apresentada sobre a política cambial e tarifária está baseada nos trabalhos de Geller, Lucio "Op. Cit"; Jorge, Eduardo "Industria y concentración económica (desde principios de siglo hasta el peronismo)" Bs. As. Siglo XXI, 1975; Diaz Alejandro, C. "Op. Cit"; Cardoso de Mello, João Manuel "Op. Cit"; Silva, Sergio "Op. Cit". A repercussão concreta de ambas as políticas sobre o surgimento e evolução industrial, é analisada nos capítulos correspondentes à indústria

(36) Geller, Lucio, "Op. Cit"; Eduardo, Jorge "Op. Cit"; Diaz Alejandro, C. "Op. Cit".

(37) GELLER, Lucio "Op. Cit" pag 189

(38) DIAZ ALEJANDRO, C. "Op. Cit" pag 279.

(39) CARDOSO DE MELLO, João Manuel "Op. Cit" pag. 129

(40) SILVA, Sérgio ""Op. Cit" pag. 99.

(41) SILVA, Sérgio "Op. Cit" pag. 100.

CAPÍTULO III

O desenvolvimento industrial (1880 - 1914)

Já descrevemos ao longo do capítulo II, como a partir do desenvolvimento da economia agroexportadora, criaram-se as bases para o surgimento - no terceiro quarto do século XIX - de uma nova indústria de tipo fabril-capitalista. O primeiro surto industrial que desenvolveu-se a partir de 1880, foi precedido do primeiro processo de acumulação capitalista de significação, que localizamos no período de 1850-1870, resultante do desenvolvimento da economia lanar destinada à exportação. A organização da economia lanar favoreceu o surgimento de condições básicas para o desenvolvimento capitalista. Correspondeu, por exemplo, a este período a apropriação privada da propriedade da terra, distribuída em grandes extensões que se incorporaram à produção agroexportadora. A repartição da propriedade da terra pâmpeana, exigiu, previamente, a organização político-administrativa do Estado Oligárquico. A estruturação da economia exportadora de lã, por outro lado, demandou a organização do sistema comercial e financeiro que servisse de base de sustentação da atividade agroexportadora. Sem negar o controle monopólico do sistema comercial e financeiro exercido pelo capital estrangeiro, Hilda Sabato demonstrou, que a participação do capital argentino, nessas atividades, foi mais importante do que tradicionalmente tem-se aceito, produzindo-se

ao longo do período *"un embridamiento muy estrecho entre intereses urbanos y rurales de las clases propietarias locales"*, indispensáveis para criar as condições favoráveis ao primeiro surto industrial, associado *"a la habilidad para combinar un inserción fuerte en el mundo del comercio y las finanzas con un compromiso creciente con la producción rural"*. 1

Porém a despeito do auge econômico que caracterizou o período de exportação de lã, a queda dos preços desse produto, no mercado internacional, durante a crise de 1866/67 colocou em evidência o esgotamento interno da estrutura econômica agroexportadora, baseada na produção de um único produto de exportação.

TABELA III.1

Anos	Quantidade em fardos	Preço em libras	Preço por fardo (em libras)
1864/65	129.574	2.224.790	17,17
1865/66	150.454	2.557.718	17,00
1866/67	155.078	2.481.248	16,00
1867/68	178.988	2.684.820	15,00
1868/69	173.232	2.425.248	14,00
1869/70	160.369	2.245.166	14,00

Fonte: Panettieri, José "La crisis ganadera. Ideas en torno a un cambio en la estructura económica y social del país (1866-1871). La Plata. Universidade Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades, 1965.

A recuperação do preço da lã, no mercado internacional, no final de 1860, retardou a crise definitiva da economia

lanar, produzindo um novo ciclo expansivo entre 1869-73.

O preço da lã, em Buenos Aires, para um valor 100 em 1865, tinha alcançado seu ponto mínimo 71,8 em 1869, para subir nos anos seguintes até alcançar um valor de 116,7 em 1872. Em Londres, os preços registrados foram de 72,9 em 1869, e 103,1 em 1872, recuperando-se, assim, em um par de anos, os níveis anteriores a queda de preços de 1866 a 1869 ².

O que deve ser destacado é que o auge econômico que experimentou a Argentina entre 1869-1873, não foi produto do desenvolvimento das forças produtivas. A estrutura econômica arcaica, baseada na exportação de um único produto, permaneceu intacta até o advento da crise de 1873. Assim sendo, desde o ponto de vista do sistema produtivo do país, a crise de 1873 foi o "desenvolvimento completo" da crise de 1866 que marcou o esgotamento interno da estrutura produtiva exportadora de lã - Explica-se, assim, a magnitude que a crise de 1873-76 alcançou, na Argentina. A partir dela, deflagrou-se, uma profunda polêmica política, nos próprios quadros dirigentes, que, foram questionar a política econômica do país, baseada no câmbio livre, e o tipo de inserção econômica, no marco da economia mundial. Desencadeou-se, então, uma reação protecionista que iniciada nos anos 60, alcançou toda sua repercussão na década de 1870.

É importante destacar, que as primeiras manifestações, a favor de uma política protecionista surgiram no setor exportador de lã, tradicionalmente ligado à política liberal. Isso explica tanto, a repercussão que alcançou o movimento no país, nos anos 70, e o espaço favorável criado a favor de uma política

de industrialização, como o limite desse processo quando caminhos alternativos se abriram, para o setor agroexportador

Os criadores de ovelhas, conscientes de que a saída da crise implicaria em um crescimento da economia, através da diversificação da produção, contrariando sua tradicional política liberal, passaram a defender o proteccionismo econômico "como sistema transitório para llegar, cuando el país hubiera logrado su desarrollo, a la aplicación del libre cambio, al cual consideraban el sistema definitivo. Mientras tanto, la protección permitía crear las condiciones para diversificar la producción nacional y acrescentar las industrias incipientes, no capacitadas aun para resistir la competencia extranjera" 3.

Nos anais da "Sociedad Rural Argentina" ficou registrada a defesa de uma mudança da política econômica nos grupos agroexportadores, "[...] es una locura pretender que un país como el nuestro, que está en pañales, dirémoslo así, respecto a la producción, puesto que es apenas pastoril, quiera proclamarse libre-cambista, o desdeñando la protección por horror a un sistema que nadie defiende en absoluto, cae en el error de perseguir con patentes a las industrias nacientes" 4

I. O "Club Industrial"

Nesse marco nacional, favorável à industrialização, surgiu, em 1875, o "Club Industrial" que se constituiria, em

1887, na UIA (União Industrial Argentina). O Club foi a primeira instituição que defendeu a política protecionista, com o claro propósito de criar as condições para o surgimento da indústria nacional.

O Club Industrial foi fundado por um grupo de pequenos produtores independentes, quase em sua totalidade de origem imigrante. Dado a insignificância da indústria manufatureira na economia do país, não constituíram um grupo com poder político, com capacidade de pressão a nível econômico. No entanto, graças a sua capacidade de organização e a sua política de inserção, na sociedade, alcançaram um significativo peso, no Congresso, sobretudo nos anos 1875 e 1876, quando aconteceram apaixonados debates, em defesa de uma política de industrialização.

Manuel C. Chueco define nos seguintes termos os pioneiros da indústria:

"Mientras la propiedad de la tierra y de los ganados había improvisado al patriciado y se había extendido hasta el comerciante inglés que no vacila en incorporarse a los negocios rurales, la iniciativa industrial viene estando, casi exclusivamente, en manos de inmigrantes que componen el tipo humano de self made man". 5

O trabalho político do "Club" foi amplo. Através do jornal "El Industrial" e de frequentes conferências, abertas à população, tentaram criar um movimento social favorável à industrialização. Através da realização de exposições dos produtos por

eles manufaturados, tentaram "mostrar publicamente as possibilidades que o país oferecia para um desenvolvimento industrial" 6

O grupo "industrialista", como foi chamado, encontrou amplo apoio em intelectuais que se incorporaram a vida política do país, como deputados Carlos Pellegrini, Dardo Rocha, Miguel Cané, Aristóbulo del Valle, e, especialmente, o líder do movimento, Vicente Fidel López, Professor de Economia Política na Universidade de Buenos Aires.

Fidel López, junto com outros deputados apresentou em 27 de junho de 1873 na "Camara de Diputados de la Nación" um projeto de industrialização do país que visava direcionar recursos nacionais e estrangeiros para o rápido e completo desenvolvimento da indústria de consumo.

Na apresentação do projeto Fidel López fez uma defesa do sistema protecionista como forma de incentivar o desenvolvimento industrial:

"...fomentando nuestras riquezas seríamos independientes, y ricos y habríamos llegado a la fórmula más alta de la riqueza económica, que es bastarse a sí mismos; mientras que ahora...no somos sino agentes serviles y pagados a módico premio, de las plazas extranjeras". Fomentar la industria es"...lo único que puede traernos la verdadera transformación orgánica de nuestro país, y constituir así una sociedad rica y civilizada". Lo propuesto, aclara", no

consiste en un sistema prohibitivo, sino en un proteccionismo consagrado a fornecer con erogaciones internas la industrialización de aquellas materiales primas que producimos. Por otra parte, la garantía del 7% proyectada, no es otra cosa que la misma ventaja ya concedida a empresas ferroviarias" 7

Rejeitado pela Câmara o projeto converteu-se em uma declaração de princípios do grupo industrialista que orientou, a partir de 1887, a luta da UIA, pelo avanço da industrialização. Na opinião de José Chiaramonte, ⁸ tratava-se de um projeto baseado em um estudo cuidadoso da realidade argentina e de suas limitações, com exclusão de qualquer tipo de idealismo utópico e de possível viabilização, para os anos em que foi apresentado.

De acordo com o estudo de Chiaramonte, diz Adolfo Dorfman, *"Los adalides de la primera época de la industria nacional no eram ilusos ni utopistas; situaban el, problema con toda su justeza, dentro de los marcos que el momento histórico y el país le ofrecían. Por eso, al proponer el establecimiento de ramos industriales de carácter muy diversos, no perdían de vista los límites lógicos y naturales impuestos por el propio carácter de la producción argentina"*. ⁹

Na mesma linha José Ponettieri assinala que o movimento industrialista dos anos 70 contou com esclarecidos dirigentes, com apoio popular e com uma conjuntura internacional favorável ¹⁰

Impulsionado por essa série de condições favoráveis, o projeto industrialista argentino dos anos 70 tinha um claro objetivo: lograr a independência econômica do país. Alguns autores ¹¹, sustentam a idéia de que o movimento, defendido pelo Club Industrial, coincidia em muitos aspectos com a revolução Meiji, de 1868, no Japão; por exemplo em seus intentos de impulsionar a indústria têxtil e metalúrgica. Diz Ataulfo Pérez Aznar, "La conjuntura internacional, que supo aprovechar tan cumplidamente el Japón, mostraba a los grandes potencias comprometidas em conflictos y afectadas por desajustes económicos. Gran Bretaña se hallaba envuelta en problemas en Europa, en el Cercano Oriente, en China y la India; Francia y Alemania en uma etapa crítica de sus antagonismos históricos; Estados Unidos restañando las heridas de la guerra civil. [...] se dio en aquella época la última oportunidad de los países insuficientemente desarrollados para formar elites industriales y financiar con recursos accesibles su modernización. A partir de entonces la distancia aumentó constantemente por el avance tecnológico y la multiplicación del capital necesario para mantener activo um obrero industrial. La generación (*) quiso hacer del Estado Nacional el impulsor del desarrollo in-

(*) O autor está se referindo a geração industrialista argentina

dos anos de 1870

dustrial, sabia [...] que "es uma desgracia para um pais atrasado tener um gobierno que se limite al "laissez-faire", ya sea por indolencia o por convicción filosófica 12"

É interessante observar que muitos dentre esses empresários, combinavam a atividade empresarial com a de comerciantes. Essa dupla atividade inicial, ajuda a clarificar a origem da maioria dos capitais industriais. A maioria dos empresários tinham se iniciado como comerciantes importadores de bens de consumo para o mercado interno. Esse comércio se intensificou ao longo da década de 1860, graças à expansão das exportações de lã, possibilitando a acumulação de capital entre importantes setores de comerciantes dedicados à importação.

Posteriormente, esses comerciantes colocaram os capitais na indústria, suplantando a importação pela produção interna de produtos de consumo para o crescente mercado interno.

O projeto do Club Industrial, iria encontrar seu limite quando caminhos alternativos abriram-se para o setor agroexportador. Com isso fechava-se a conjuntura especial que a própria oligarquia agroexportadora criara a favor de uma política protecionista, como meio de sair da crise.

Desde o ponto de vista tecnológico a nível mundial uma grande revolução iniciava-se no transporte de carne a longa distância, graças ao sistema de conservação que mantinha as carnes congeladas por meio do gás amoníaco, até uma temperatura de 28º e 30º abaixo de zero. No 25 de dezembro de 1876 chegava a Buenos Aires o barco francês, "Le Frigorifique", fato que marcou o começo de uma mudança profunda na produção agroexportadora

A possibilidade de conquistar mercados ultramarinhos mais exigentes, levaram os criadores de ovelhas a procurar técnicas de refinamento e adaptação do ovino às novas necessidades.

A raça "merino" produtora de lã foi suplantada pela "lincoln" boa produtora tanto de carne como de lã. Refinava-se, também, por cruzamento o gado bovino "criollo". Ao mesmo tempo, no final de 1870 iniciava-se a política de fomento ao cultivo de milho e trigo para a exportação.

A oligarquia argentina, superada a experiência negativa da crise de 1873, na dependência de um único produto de exportação, iniciou a década de 1880 com uma clara política de diversificação de produção agroexportadora.

Essa diversificação, a qual, já nos referimos no capítulo II, foi a base da estabilidade, relativamente alta lograda pelas exportações argentinas, a despeito de flutuações do mercado internacional. Isso assegurou um importante poder de acumulação capitalista, ao setor agroexportador, até a crise de 1930.

Ante a nova conjuntura mundial, a partir de 1876, e com novas perspectivas de inserção no mercado mundial, o setor agroexportador rapidamente esqueceu qualquer intento de implantação de uma política protecionista consequente. A partir de 1880, lograda a pacificação do país e a unificação nacional, esse setor, afirmou-se definitivamente no poder e retomou sua tradicional política liberal. No entanto o ciclo de produção lanar destinado à exportação, e as contradições políticas que caracterizaram esse período tinham frutificado na concretização de condições favoráveis ao surgimento industrial, ao longo da década de 1870.

II A Indústria

Os dados disponíveis indicam que a partir de 1876 começa a afiançar-se o crescimento de alguns ramos industriais de bens de consumo

Segundo testemunha do compilador de estatísticas da época, Francisco Latzina "la disminución de los artículos importados debía atribuirse al crecimiento de las industrias nacionales del mismo ramo; (*) mientras que la falta de industrias têxteis, junto al aumento de la población, explica el crecimiento de las importaciones de tejidos, en conjunto, y pese al aumento de la producción nacional en alguns rubros [...] las industrias nacionales, si bien progresan, no lo hacen en la misma proporción que aumenta la población" 13

Ao decréscimo de produtos importados de consumo correspondeu um aumento das importações de bens de capital; fenômenos ambos, que indicaram a ampliação da capacidade produtiva do país ao final do século XIX

(*) Latzina está se referindo ao crescimento da indústria de alimentos.

TABELA III.2
COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES (EM %)
(Milhões de pesos)

	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884
Bens Consumo	89,5%	85,8%	87,0%	86,6%	77,8%	76,0%	34,8%
Bens Intermediários e Mat. Prima	6,2	7,3	7,4	7,6	10,8	13,6	60,9
Combustíveis	1,7	1,8	1,9	2,0	2,0	1,7	1,5
Bens de Capital	2,6	5,1	3,7	3,8	9,4	8,7	2,8

Fonte: "Anuário de Comércio Exterior, 1885". Citado por Chiaramonte, José Carlos "Op. Cit"

A modificação brusca que se pôde observar do nível das importações de bens de consumo, de bens intermediários e matéria prima, e de bens de capital, entre os anos 1883 e 1884, esteve relacionada à crise de 1884.

A crise de 1884, ainda que curta, produziu uma retração das importações, acompanhada da modificação da composição das mesmas. As importações de bens de consumo reduziram-se em relação aos bens de capital e intermediários. A rápida expansão da construção da infraestrutura teve um peso decisivo nessa modificação.

A evolução da indústria nacional entre 1880 e a crise de 1890 pode ser acompanhada graças aos dados do censo de 1887 realizado pela "Unión Industrial Argentina", com o objetivo de enviá-lo à Exposição Internacional de Paris, como testemunho do nível de avanço fabril alcançado na Argentina.

O censo refere-se aos principais estabelecimentos industriais existentes em Buenos Aires. Foram censadas 400 indústrias que ocupavam 11.000 operários; somavam um capital superior a dez milhões de pesos e totalizavam 1.500 HP de potência mecânica instalada.

TABELA III.3

As principais indústrias em 1887

Nome	Indústria	Capital m/m	Operários
- La Proveedora de M. Durán	cigarros	1.000.000	434
- Casa Amarilla	"	ouro 400.00	250
- Pameo y Santa Coloma	óleo vegetal	500.000	75
- Vda. de Seminário	chocolate	500.000	50
- Sanchez Hnos	sapatos	400.000	400
- Artesanato Argentino	mosaicos/lajotas	250.000	30
- R. Ayerza y Cia	cerâmica	250.000	115
- G. Storn	marcenaria	250.000	130
- Polero Hnos	moinho farinheiro	250.000	130
- Fontana	oficina mecânica	250.000	10
- P. Spinola	oficina mecânica	250.000	45
- J.M. Scott y Cia	sabonetes	200.000	150
- E. Bieckert	cerveja	200.000	80
- C. Gómez	Ind. de couros	200.000	250
- Ansaldo Hnos	" " "	200.000	120
- Spinetto Hnos	serraria	150.000	315
- S. Luppi Hnos	curtume		30
- Vda. M. Berthe	licores	120.000	-
- E. Cardini	fábrica de camas	120.000	50
- J. Barzi	móveis	100.000	40
- A.W. Junor	cerâmica	100.000	100
- Pasquale y Onia	oficina mecânica	100.000	50
- F. Cidals y Cia	marcenaria	100.000	23
- A. Zanotti	marcenaria	100.000	120
E. Barrié	armas	100.000	4
J. Baumann	alfaiataria	100.000	50

Fonte: Dorfman, Adolfo "Op. Cit" pag. 202

Os dados correspondem às 26 principais indústrias de Buenos Aires, com um capital superior a 100.000 pesos cada uma, ainda que representem só 7% do número de estabelecimentos censados abrangem 70% do capital e 28-30% do operariado

Além disso, permitem avaliar o leque dos distintos ramos industriais de consumo. Até 1890, a indústria do couro foi o principal ramo industrial. O curtume para a exportação produziu efeitos em cadeia, impulsionando algumas indústrias químicas de tintas e a indústria de sapatos.

A indústria moageira de farinhas favoreceu a implantação de fábricas de macarrão e bolachas

Dentro do ramo de alimentação tinham-se estabelecido, para 1887, fábricas de cerveja, óleos vegetais, álcool, amido, tabaco e chocolate.

A indústria têxtil só começou a crescer em 1885, para dar um "salto" depois da crise de 1890. Apesar dos progressos da indústria têxtil, quase toda a matéria prima para as confecções era importada.

Entre 1880-1890 tinham se desenvolvido as seguintes indústrias: alimentação, têxtil e ramos importantes da construção

A isso somou-se o desenvolvimento de atividades auxiliares à instalação e reparação de estradas de ferro que impulsionaram uma incipiente indústria mecânica. Neste período receberam impulso as indústrias tradicionais como açúcar, em Tucumán e vinhos em San Juan e Mendoza. Como já foi mencionado, elas foram incentivadas pelo Estado, como forma de acelerar a integração re-

gional e política do país 14

É necessário mencionar a importância da política alfandegária ditada em 1876, como elemento impulsionador do desenvolvimento industrial. O Club Industrial teve um peso decisivo na implantação dessa política, através da atuação de seus representantes no Congresso.

Como consequência da organização alcançada pelo Club Industrial, a década de 80 contou, com um grupo de empresários organizado, com força destacável no Congresso. Em 1876, foi exigido pelo Poder Executivo a aprovação, no Congresso, de aumentos gerais das tarifas alfandegárias de importação, como meio de recompor as reservas nacionais, muito afetadas pela crise. O "Club Industrial" exigiu a aprovação de uma emenda, no projeto de lei, visando transformar o critério puramente financeiro, do Poder Executivo, em uma clara política protecionista, de incentivo à indústria. Exigia-se a introdução de direitos diferenciais, que estabeleciam altos impostos (40%) para os artigos de luxo e artigos como tecidos e confeccções, para incentivar a fabricação doméstica; e 35% para muitos artigos de alimentação. Diz a respeito Diaz Alejandro, Carlos "These factories...that had begun to emerge during the rapid economic growth of the 1880's...had a very active interest in protection, for often tariffs provided the sole basis for their survival. There was, as a result, a concentration of lobbying pressure on Congress which the vastly more important but unorganized agricultural interests of the country could not match 15."

A aprovação da escala diferencial dos impostos alfandegários alcançou força de lei ao sancionar-se a "Ley de Aduanas" em 1877, que começou a ser aplicada, em 1878. Na "Ley de Aduanas" de 1877, apareceram já impostos aplicados sobre a forma de direito "ad-valorem" de caráter anual, que vigoraram até 1905.

Na nova "Ley de Aduanas" ditada em 1905, impôs-se definitivamente o imposto "ad valorem", que estabeleceu uma classificação de mercadorias e fixava seu "aforo" ou valor sobre o qual deveria ser cobrado o direito alfandegário imposto por lei. Ao longo do tempo revelavam-se os inconvenientes desse sistema impositivo - como já foi indicado no capítulo II. Ao produzir-se desvios, algumas vezes notáveis entre o valor de importação, fixado na tarifa e os valores reais das mercadorias, segundo os preços do mercado, a tendência foi de diminuir, ao longo do tempo, o nível de proteção para a indústria doméstica. Na tabela III.4, podem-se apreciar os desvios entre o valor real e o valor tarifa das importações, para o período compreendido entre 1891 e 1931.

TABELA III.4

Valores reais e de tarifa das importações argentinas

Ano	Valor Real	Valor Tarifa	Diferença em %
1991	920	834	10,4
1913	1.128	958	17,7
1915	694	516	34,6
1918	1.138	377	201,8
1922	1.567	848	84,8
1925	1.993	1.508	32,1
1928	1.902	1.927	- 1,3
1931	1.174	1.207	- 2,8

Fonte: Dorfman, Adolfo "Op. Cit. pag. 162

O "Club Industrial" teve outra destacada atuação no Congresso, ao reagir contra, a rebaixa dos impostos, aprovado pelo Congresso, em 1877. O "Club" defendeu a restituição, em 1878, dos impostos aprovados em 1876 que haviam se revelado eficientes contra a concorrência estrangeira, para uma série de indústrias leves como alimentos, móveis e confecções. O aumento de impostos em 1876 tinha sido o dobro ou quase o dobro para todas elas. Restituídos em 1878 os valores alfandegários de 1876, eles se mantiveram até 1882 (ver tabela III.5).

A partir de 1876 os distintos ramos industriais experimentaram um sensível crescimento, como consequência da elevação dos impostos de importação. No entanto essa política alfandegária começou a reverter-se, parcialmente, a partir de 1880, aumentando a desproteção para vários artigos de consumo final (Tabelas III.6 e III.7)

TABELA III.5

Impostos alfandegários de alguns produtos de importação (1875 - 1882)

Produtos	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882
- Sapatos	20%	40%	35%	40%	40%	40%	40%	40%
- Roupa, confecções em geral	20	40	35	40	40	40	40	40
- Móveis	20	40	35	35	35	40	40	40
- Tabaco	25	40	35	40	40	40	40	50
- Aguardente, licores	25	40	35	40	40	40	40	50
- Vinho comum	25	30	35	40	40	40	40	5 ctos por l
- Cerveja	25	40	35	40	40	40	40	10 ctos por l
- Trigo	20	0,016 ctos	Id	Id	Id	Id	Id	Id
- Farinha de Trigo	20	4 ctos por kg	Id	Id	Id	Id	Id	Id
- Macarrão	20	40	35	35	35	7 ctos por kg	Id	Id
- Carvão de pedra	10	livre	15	10	10	5	5	5

Nota: nos direitos específicos os centavos são de pesos fortes.

A equivalência aproximada "ad valorem" é a seguinte:

Vinho comum - 5 ctos por litro : 58%
 Cerveja - 10 " " " : 62%
 Trigo - 0,016 " por kg : 40%
 Farinha - 4 " " " : 50%
 de trigo
 Macarrão - 7 " " " : 28%

TABELA III.6

Tarifas de Importação de consumo final e de consumo industrial

(porcentagens de valores em pesos fortes)

Importação	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Artigos de - naturais	8,9	22,9	22,5	19,3	20,6	21,1	17,9	18,1	21,1	6,9
Consumo Final - fabricados	72,2	65,5	65,8	70,2	65,2	65,9	68,7	59,7	54,9	27,9
Totais	81,1	88,4	88,3	89,5	85,8	87,00	86,6	77,8	76,0	34,8
Artigos de - matéria prima	16,0	5,7	7,1	6,2	7,3	7,4	7,6	10,8	13,6	60,9
Consumo - instrumentos	0,7	4,1	2,6	2,6	5,1	3,7	3,8	9,4	8,7	2,8
Industrial - combustíveis	2,2	1,8	2,0	1,7	1,8	1,9	2,0	2,0	1,7	1,5
Totais	18,9	11,6	11,7	10,5	14,2	13,0	13,4	22,2	24,0	65,2
Importação Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

TABELA III.7

Ampliação, informação de tarifas de importação

Artigos (alimentícios)	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884
	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comestíveis -	9,9	8,6	7,0	6,3	6,6	9,5	7,2	6,4	5,7	5,9
Bebidas - aguardente	4,9	5,0	4,7	4,3	3,8	3,5	1,9	2,2	2,6	2,5
alcoólicas - vinho	12,4	11,6	13,0	11,1	10,7	10,1	11,9	8,4	8,3	8,8
- cerveja	0,7	0,7	0,3	0,4	0,3	0,5	0,6	0,6	0,7	0,8
Totais	18,0	17,3	18,0	15,8	14,8	14,1	14,4	11,2	11,6	12,1
Tabacos - tabacos	1,5	1,9	2,5	1,9	1,6	1,6	1,4	1,3	1,3	0,9
- cigarros	0,7	0,9	0,5	0,6	0,4	0,4	0,5	0,2	0,3	0,3
Totais	2,2	2,8	3,0	2,5	2,0	2,0	1,9	1,5	1,6	1,2
Produtos coloniais - açúcar	6,8	10,1	9,4	9,0	8,5	7,2	7,7	6,6	5,5	6,6
- café	0,5	0,9	1,0	1,0	1,0	1,1	1,0	0,7	0,6	0,7
- chá	0,4	0,6	0,8	0,4	0,7	0,6	0,5	0,4	0,5	0,5
- erva-mate	4,4	4,7	3,7	2,8	4,0	4,0	3,3	2,9	2,4	2,4
- cacau/chocolate	0,1	-	-	-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
- coca	-	0,1	0,1	-	-	-	-	-	-	-
Totais	12,2	16,4	15,0	13,2	14,3	13,0	12,6	10,6	9,1	10,3
Totais Artigos Alimentícios	42,3	45,1	43,0	37,8	37,7	38,1	36,1	29,7	28,0	29,5
Tecidos - algodão	7,4	8,6	12,6	13,1	11,6	12,5	12,0	12,6	11,4	9,0
(artigos - lã	2,6	3,4	3,2	4,1	3,6	3,1	2,9	3,7	3,2	3,2
de abrigo) - seda	1,5	1,3	0,4	0,7	0,4	0,4	0,4	0,9	0,6	0,8
- diversos	5,0	6,1	6,5	8,1	7,4	7,1	3,6	5,6	5,3	4,9
Totais	15,5	19,5	22,7	26,0	23,0	23,1	18,9	22,8	20,5	17,9
Móveis e - objetos de	4,7	7,3	6,6	8,0	8,5	9,6	10,7	4,8	3,5	5,4
enfeites arte, enfeites										
etc.										
- móveis	1,4	0,9	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5	1,1	0,8	1,0
- livreria	0,9	0,7	0,5	0,5	0,6	0,6	0,8	1,2	0,8	0,8
- porcelanas	0,8	1,0	0,9	1,4	1,2	1,0	1,0	1,6	1,3	1,3
cristais										
Totais	7,8	9,9	8,4	10,5	10,9	11,7	13,0	8,7	6,4	8,5
Artigos de combustão e	2,3	4,2	4,6	3,8	4,2	3,9	3,8	3,5	1,4	3,1
iluminação										
Artigos para uso indus-	23,7	15,3	15,2	15,7	18,8	17,9	19,4	30,4	39,9	37,6
trial e de construção										
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Nota: reproduzido de Estatística de comércio e de navegação. .t. pag. 28. Para os correspondentes valores em pesos fortes, vide pags 26 e 27

Fonte: Chiaramonte, José C. "Op. Cit" pag 220.

A indústria recebeu um impulso decisivo a partir de 1890, momento em que surgiram condições que favoreceram a expansão geral da economia.

Internamente, a crise de 1890, longe de interromper o desenvolvimeto agropecuário o impulsionou, principalmente porque favorecia o padrão de crescimento extensivo. Ao incentivar-se a expansão agrária, impulsionava-se o crescimento da economia como um todo e especialmente o crescimento industrial.

A crise de 1890 favoreceu a ampliação da colonização de novas terras, ao produzir uma detenção momentânea do valor da mesma. Favorecia-se aos colonos que eram responsáveis, como já foi analisado, pela quase totalidade da produção agrícola. A depreciação do papel moeda, consequência da crise, ajudava ao produtor a amortizar suas dívidas. Elas tinham sido contraídas no mercado doméstico, em um numerário que depreciava-se continuamente, enquanto recebia o seu equivalente em libras, pelos produtos agrícolas exportados.

Paralelamente, vários fatores desencadeados pela crise interagiram impulsionando a expansão industrial. A depreciação da moeda foi um dos fatores de maior peso nesse processo. O peso argentino, que em 1883, equivalia a 100 centavos em ouro, chegou a valer, em 1891 só 0,44 centavos de ouro. Desencadeou-se um processo inflacionário tão forte que, a despeito do aumento do dinheiro em circulação que precedeu à crise, a partir de 1890, a economia experimentou escassez de numerário. Essa situação levou muitas empresas à falência o que favoreceu um processo de rápida concentração industrial. Essa concentração foi crucial para a ex-

pansão do setor, que não tinha deixado de crescer, desde 1884

Por outro lado, a partir de 1890, registrou-se um aumento da imigração com entrada de um operariado qualificado, que abandonava a Europa, como consequência da crise. A maior disponibilidade de mão de obra produziu uma detenção nos aumentos dos salários. Isso teve uma repercussão favorável no rebaixamento dos custos industriais, o que unido ao aumento dos preços dos produtos finais se traduziu em uma maior rentabilidade para o setor.

A depreciação criou, por outro lado, a partir de 1890, uma proteção espontânea da indústria, ao limitar a importação de bens de consumo. Mais importante, ainda, foi a mudança que experimentaram as importações. Entre 1890-95, restringiram-se os altos níveis que tinham registrado as importações entre 1885 e 1888. Na realidade, a restrição limitou-se, no total, a manter estáveis os níveis alcançados até esse momento. Mais importante que isso foi o fato de que a queda maior aconteceu nas importações vinculadas às inversões ferroviárias e à diminuição de bens de consumo direto sem ter afetado grandemente a importação de bens de capital e intermediários - Em outros termos, durante o período de crise, 1890-95 as importações variaram sua composição. Aumentaram relativamente os bens de investimento e intermediários e diminuíram os bens de consumo. Essa tendência continuou a partir da recuperação da crise em 1895 até a guerra de 1914.

TABELA III.8

IMPORTAÇÕES IMPRODUTIVAS E REPRODUTIVAS

(% em pesos)

Ano	Importações Improdutivas	Importações Reprodutivas
1896	66,9%	33,1%
1900	67,2%	32,8%
1904	54,9%	45,1%
1908	47,4%	52,5%
1915	43,9%	56,1%

Fonte: Dorfman, A. "Historia de la Industria Argentina" Bs. As. pag. 312.

Tabela reconstruída pelo autor a partir dos "Informes de la Direccion Geral de Estadística de la Nación".

O essencial da mudança a favor da indústria devia-se, sem dúvida, à forte depreciação do peso argentino. O "Boletim da Unión Industrial Argentina" em artigos publicados em 13 de março de 1890 e 30 de maio de 1899 ¹⁶ apresentam a seguinte avaliação, sobre a crise de 1890, "No hay viento tan malo que no sople bien para alguno La crisis que atraviesa el pais es tremenda. Así-

mismo, sopla perfectamente el viento para la industria nacional, y seria de desear verla aprovechar la ocasión para levantar-se a las alturas y hacer adoptar por el público y las administraciones nacional y provinciales sus numerosos y excelentes productos...".

"Ha sonado la hora en que debe esa producción industrial desarrollarse con impetu al favor de ese enorme premio del metalico que constituye para ella la protección más eficaz que nunca pueda conseguir", (13 de marzo de 1890, La crisis y las industrias).

"Muchas de esas industrias han tenido una protección más o menos decidida en el gravámen aduaneiro a la importación y en las concesiones de crédito que los bancos oficiales les han acordado, pero todo esto no habria bastado para darles el desarrollo que alcanzaram a no mediar la crisis de 1875 que la inició y la de 1889-90 que la difundió y arraigó". (30 de marzo de 1899).

A evolução experimentada pela indústria, a partir de 1890, pode ser avaliada com considerável exatidão graças ao censo de 1895.

O censo da Nação de 1895 abrange todas as regiões do país. A quantidade de estabelecimentos industriais é de 23.000, sendo 170.000 os operários envolvidos na atividade. O capital do total dessas indústrias alcança 500 milhões e a força motriz a 60 000 H.P.

TABELA III.9

As indústrias em 1895

	Nº de Estabe- lecimentos	Pessoal		Capital (em pesos)	Potência HP
		Homens	Mulheres		
- Alimentos	4.082	32.669	3.402	67.286.000	7.373
- Roupas	5.713	21.037	11.562	45.087.000	1.686
- Construções	3.995	29.124	1.395	46.532.000	10.486
- Móveis	2.259	11.341	1.380	23.010.000	696
- Artística e enfeites	949	2.252	308	8.569.000	25
- Metais e anexos	3.163	13.963	668	26.479.000	2.122
- Produtos químicos	317	3.695	1.017	12.902.000	1.850
- Gráficas e anexas	427	4.514	566	9.010.000	459
- Diversos	1.339	13.144	2.613	45.227.000	2.530
- Frigoríficos e saladeiros	38	5.375		35.250.000	1.400
- Moinhos farinheiros	589	3.060		34.800.000	10.500
- Engenhos de Açúcar	44	6.390		48.660.000	11.000
- Gás e eletricidade	28	-		34.500.000	4.200
- Vinho	43	3.500		17.700.000	-
- Cerveja	54	1.020		8.600.000	1.100
- Destilaria de Alcool	86	2.240		14.200.000	4.000
Totais (aprox.)	23.300	167.000		474.000.000	59.000

Fonte: Dorfman, Adolfo "Op. Cit" pag 208.

Segundo o censo, o principal ramo industrial é o de alimentação com 5.000 estabelecimentos (22% do total), a metade da força motriz (27.000 H.P.) e dois quintos do capital investido (200 milhões). Correspondem ao ramo: moinhos farinheiros, saladeiros, engenhos de açúcar, elaboração de cerveja, óleos, conservas, queijos, macarrão, chocolate, licores, manteiga, mate, amido. Inclui, também, 600 padarias.

Em segundo lugar segue o ramo de vestuário e anexos. Reune 5.700 estabelecimentos, com um capital investido de 45 milhões de pesos e só 1.700 H.P. o que indica o escasso grau de mecanização deste rubro

O ramo das construções 4.000 empresas com 46 milhões de capital e uma força motriz de 10.500 H.P.

O grupo de metais e anexos reúne mais de 3.000 pequenas oficinas mecânicas, ferragens, fundições, fábricas de canos e aparelhos sanitários, etc. é possível o censo incluir neste ramo as oficinas ferroviárias que, totalizaram em 1895, 50, e empregavam 6.000 pessoas (40% do total do ramo).

Entre os produtos químicos incluem-se fábricas de solventes, vidracarias, velas, tinturarias e uma incipiente indústria química derivada da elaboração de gás para iluminação já existente em Buenos Aires. Seu uso acelera-se a partir de 1890

O censo de 1895 revela a estruturação alcançada pelo padrão industrial que se foi gestando desde 1876 "no bojo" do desenvolvimento agroexportador e como complementação do mesmo

Destaca-se, com um desenvolvimento importante, a indústria de alimentos e indústrias de consumo como fábricas de sa-

patos, móveis e confecções. Porém essa última dependia de tecidos, que fica claramente relegada 17

A evolução do progresso realizado pela indústria, por ramos industriais, fica mais clara ao comparar-se como vão barrando as importações. Adverte-se uma importante diminuição das importações de alimentação e tabaco (mais de 30%); couro e material de construção (mais de 35%); enquanto as importações de têxteis aumentam em 65%, o que corrobora os escassos progressos do ramo.

É nosso propósito, a partir dos dados apresentados, referentes ao censo de 1895, poder rastrear não só o crescimento industrial mas, também, o padrão de industrialização estabelecido pelo país, até o advento da 1ª. Guerra Mundial. Isso facilitará a compreensão da relação estabelecida entre o setor industrial e o setor agroexportador, tanto a nível dos fatores que impulsionaram a indústria, como de estruturação de um "determinado padrão industrial", articulado à economia agroexportadora e complementar dela. Completado esse padrão de crescimento econômico, a partir de 1914 as condições inerentes à relação entre os dois setores exacerbam-se, aparecendo, com claro perfil, entre 1914-30, os limites que impediriam à indústria dar o "salto" qualitativo necessário para implantar a indústria pesada.

Surgiu, em primeiro lugar, uma indústria de bens de consumo assalariado, destinada a cobrir a demanda do mercado interno resultante do desenvolvimento agroexportador. Essa indústria estava destinada a assegurar a reprodução das classes trabalhadoras, rurais e urbanas. Já analisamos, para o caso específico

argentino, o peso importante dos arrendatários rurais no mercado consumidor. Nos centros urbanos, é preciso mencionar, além das classes assalariadas ligadas à indústria, uma ampla classe média, que cumpriu as mais variadas funções na estrutura pública administrativa e de serviços do Estado Oligárquico. Além dos funcionários públicos, essa estrutura absorveu a atividade de setores intelectuais e de profissionais livres. Essas camadas sociais deram origem a um mercado consumidor dinâmico e com certo grau de sofisticação.

Alguns dados podem servir de exemplo. O número de telefones instalados passaram de 61.000 em 1912 a 281.000 em 1930. Em 1930 a Argentina estava à frente da Inglaterra, no número de automóveis por pessoa: 26 automóveis per capita. A cidade era em 1929 um centro cultural com um nível de publicações de jornais semelhante às capitais européias; importantes artigos de Miguel de Unamuno, por exemplo, apareceram pela primeira vez no Jornal "La Nación" 18

Outra indústria que nasceu atrelada às necessidades da economia agroexportadora foi a metal-mecânica. Desde o final do Século XIX apareceram pequenas e médias empresas, algumas inclusive, de certa envergadura, dedicadas à fabricação de aparelhos elétricos, à fabricação de equipamentos, maquinarias simples, destinadas, principalmente, à manutenção da infraestrutura (transportes, portos)

O crescimento urbano incentivou, por sua vez um desenvolvimento importante da indústria de construção

Para poder acompanhar os avanços da indústria contamos, para o período 1880-1914, além dos dados do Censo Nacional de 1895, com os dados dos Censo Industrial de 1908 e Censo Nacional de 1913 19.

São analisados, em primeiro lugar, os avanços da indústria em base aos dados do Censo de 1908, comparando-os com o de 1895. É preciso esclarecer que a tendência do Censo Industrial de 1908 foi a de abaixar as cifras referentes ao progresso industrial, por temor dos empresários que os dados recompilados servissem de base para a implantação de novos impostos. O próprio censo está precedido de uma declaração que adverte, sobre a possibilidade de que os dados não estejam absolutamente certos

O censo registrou, em 1908, em cifras globais, 32.000 fábricas com 329.500 trabalhadores, com um capital de 727.590.000 pesos.

Se compararmos esses dados, com os correspondentes a 1895 comprova-se um aumento de 50% no número de fábricas. O capital investido também aumenta em 50% e quase duplica o número de trabalhadores

As cifras indicam um crescimento uniforme em todos os aspectos da atividade industrial: enquanto para cada duas fábricas, em 1895 surgiu mais uma, em 1908, a média de operários empregados por elas subiu de 8 para 12, indicio de que apareceram fábricas de maior tamanho, que em 1895. O capital investido seguiu igual tendência: cada 1.000 de capital industrial em 1895, converteu-se em 1.500 pesos, em 1908.

Porém, o "salto" maior no crescimento, entre 1895 e 1908 foi dado pela força motriz empregada

A indústria passou de 60.000 HP em 1895 a 229.700 H.P. em 1908; um aumento de quatro vezes em 13 anos o que indica a aceleração da mecanização no princípio do século.

Uma análise por setores indica que a indústria de alimentos, que compreendeu as mesmas indústrias básicas de 1895, continuou predominando na estrutura industrial de 1908, com índices semelhantes aos de 1895. Em 1908 abrangia 8.500 fábricas (27% do total), com 136.000 trabalhadores (41% do total); um capital de 320 milhões (42% do total) e uma força motriz de 83.000 H.P. (36% do total)

A indústria têxtil continuou relegada, porém alguns avanços de significação foram registrados, em fábricas dedicadas à elaboração de artigos têxteis, principalmente sacos de estopa utilizados na agricultura.

Destaca-se no censo de 1908 a incidência crescente que teve a indústria mecânica sobre o total. Foram registradas 4.400 fábricas (14% do total da indústria) que ocupavam 20.000 trabalhadores (6% do total), com um capital de 35.000 (5% do total) e 8.500 H.P. (4% do total). Apesar de avanços logrados, o nível de desenvolvimento da indústria mecânica era ainda precário - Um indicador é a escassa densidade de operários por estabelecimento, 5 por cada fábrica e a reduzida mecanização, 2 H.P. por fábrica

É interessante constatar que os dados do censo referentes à distribuição industrial por áreas geográficas indicam

já, em 1908, uma forte distorção entre a Capital Federal/Buenos Aires e o Litoral (Santa Fé, Entre Rios e Corrientes) e o resto do país. A capital concentrou uma terceira parte das fábricas, dos capitais e trabalhadores ocupados, e quase a metade da força motriz. Na "província" de Buenos Aires e no Litoral, os índices são menos homogêneos. Em relação a Capital Federal, constata-se, em proporção, que existia maior número de fábricas que ocupavam menos trabalhadores e concentravam capitais menores e menos força motriz. Isso indica que as fábricas eram menores e menos mecanizadas - o resto do país abrangia a quarta parte das fábricas, com uma quarta parte de força motriz e um terço dos capitais e do operariado. Essa distorção tendeu a agravar-se, ao longo do período. Os dados a seguir, são um claro indicio disso.

TABELA III.10

Distribuição Regional das Indústrias em 1908

	n.º de Estabe- lecimentos	Capital (milhões)	Vendas (pesos)	Matéria	Força Motriz HP	Pessoal
Capital Federal	10.427	266,46	534,74	286,71	105.575	118.435
Buenos Aires	8.988	139,74	290,67	187,13	41.543	48.775
Santa Fé	2.986	51,18	86,73	86,737	13.887	21.866
Entre Ríos	1.513	22,53	40,25	25,267	4.277	14.785
Corrientes	623	5,80	9,75	6,08	1.830	3.429
Córdoba	1.310	28,41	32,85	20,69	10.183	11.708
San Luis	251	1,79	2,25	1,26	148	948
Santiago del Estero	280	17,29	13,03	5,23	1.804	11.267
Mendoza	1.950	62,62	68,15	43,64	7.122	26.864
San Juan	673	13,53	12,98	8,74	2.089	7.765
La Rioja	577	6,66	1,07	1,-	772	4.560
Catamarca	418	10,99	1,99	0,84	359	3.848
Tucumán	652	73,47	57,97	25,43	32.757	33.240
Salta	369	5,54	7,77	4,20	1.245	5.859
Jujuy	194	8,-	5,97	2,13	2.495	9.145
Misiones	199	0,64	1,47	0,54	2.382	1.119
Chaco	114	5,02	6,32	4,15	1.448	3.171
Formosa	43	3,71	0,31	0,30	842	1.277
La Pampa	207	1,21	2,21	1,39	190	512
Neuquén	40	0,10	0,15	0,09	62	89
Rio Negro	83	0,38	0,70	0,31	56	205
Total (incluindo os territórios não compu- tados separadamente)	31.988	727,39	1.227,55	712,17	229.660 ¹	329.490

¹ Inclui usinas elétricas

Fonte: Dorfman, A. "Op. Cit" pag 279

TABELA III.11

CONCENTRAÇÃO REGIONAL DA INDÚSTRIA ENTRE 1895 e 1913

	Capitais			Pessoal Ocupado		
	Milhões de pesos			Número		
	(em %)			(em %)		
	1895	1908	1913	1895	1908	1913
Totales.....	327	726	1.790	175.000	329.000	410.000
Capital Federal.....	36	37	30	41	36	37
Prov. de Bs. As.	34	30	40	33	25	40
Santa Fé, Córdoba.....						
Prov. Mendoza e	6	10	11	4	10	5
San Juan.....						
Prov. de Tucumán	13	12	7	10	15	6
Salta e Jujuy.....						

Fonte: Dorfman, A, "Op. Cit." pag 280.n

Pode-se concluir, a partir dos dados, que em 1908 a indústria não tinha experimentado progresso qualitativo relevante, caindo o peso fundamental do setor na indústria de alimentos, baseada na elaboração das matérias primas, básicas do país: trigo, carne, açúcar e uva, principalmente.

Em 1913, os dados do Censo Nacional, indicam os seguintes avanços da indústria:

- número de fábricas: 48.000. Implica em um aumento de 50% em relação a 1908 e demais de 100% em relação a 1895.

- trabalhadores ocupados: 410.000. Implica em um aumento de 25% em relação a 1908 e 140% em relação a 1895.

- capitais investidos. Reduzidos a valores constantes em pesos de cada ano, implica em um aumento de mais de duas vezes em relação a 1908 e mais 5 vezes sobre o nível de 1895 ²⁰

- força motriz: quase 680 000 H.P.. Implica triplicar a potência de 1908 e 120 vezes mais que a registrada em 1895 como consequência, neste último caso do uso da força elétrica.

Dois fatos devem ser destacados com respeito à evolução que experimentou a indústria no começo de 1914. Em primeiro lugar, é possível constatar, a partir dos dados apresentados na tabela nº III.12, que o padrão industrial não se modificou, ao longo do período; - Continuou preponderando a indústria de alimentos, com 39% do total das fábricas; 33,5% do operariado; 42,7% do capital investido; 24% da força motriz e 53% do valor da produção.

O setor têxtil e anexos não variaram substancialmente, desde 1908. Mais ativo foi o ramo da construção, como consequência da rápida urbanização que experimentou o país para esse momento.

TABELA III.12

Distribuição das indústrias segundo o censo geral de 1913

	Nº de estabe- lecimentos	Capital \$ m/m	Valor de Produção \$ m/m	Valor matéria prima em pesos	Força Motriz HP	Pessoal
- Alimentos	18.983	763.773.000	990.469.000	654.429.000	164.786	134.842
- Roupas	7.081	100.178.000	160.326.000	89.701.000	5.784	57.764
- Construção	8.582	216.182.000	229.636.000	97.539.000	44.570	87.317
- Móveis/Anexos	4.441	62.639.000	87.058.000	41.444.000	9.026	29.007
- Arte/enfeites	996	14.546.000	16.121.000	7.045.000	442	4.297
- Metalurgia e anexos	3.275	107.620.000	94.296.000	45.789.000	17.935	29.327
- Produtos químicos	567	38.013.000	56.503.000	28.166.000	4.915	9.986
- Artes gráficas	1.439	32.982.000	39.662.000	13.423.000	3.058	13.286
- Fibras/tecidos	2.458	34.423.000	40.246.000	22.499.000	10.203	15.560
- Varias	957	417.306.000	147.673.000	82.745.000	418.038	28.815
Total	48.779	1.787.662.000	1.861.790.000	1.086.780.000	678.757	410.000

Fonte: Dorfman, Adolfo "Op. Cit" pag. 288

Superada a crise de 1890, a partir de 1895 acelerou-se o processo de concentração urbana. Entre 1903-13, coincidente com o período de maior expansão econômica, registrou-se o maior movimento imigratório. A maioria dos imigrantes concentrou-se em

Buenos Aires. A segunda cidade era Rosário, que como Buenos Aires, reunia a característica de ser cidade-porto.

Desde o começo do século XX, mudou a fisionomia de Buenos Aires. A construção experimentou um processo de remodelação e modernização de estilos, imitando as grandes capitais europeias. A manifestação mais ostentosa correspondeu às construções de luxuosas mansões de estilo "petit hotel". Pertenceram, também, a essa época, construções tipo "chalet", típicas de uma classe social portadora de importantes fortunas, porém não comparável à elite oligárquica.

Contrastando com isso conviviam as moradias das classes populares, que foram as que impuseram um ritmo extraordinário à construção até 1914, em concordância com o crescimento demográfico. Desde 1909, iniciou-se um processo de descentralização urbana graças ao desenvolvimento de bairros na periferia de Buenos Aires, retirando do centro da cidade o amontoamento promíscuo de gente, que tinha caracterizado os corticos.

Os corticos surgiram como resultado da altíssima especulação imobiliária que desatou-se como consequência do desequilíbrio criado entre a demanda e oferta de moradias, dado o nível lento de construção em relação a entrada de imigrantes. Transformaram-se, assim, grandes prédios centrais em "moradias coletivas", entregando quartos em aluguel às famílias de imigrantes. Isso constituiu uma altíssima fonte de renda para os proprietários, a ponto de programarem, desde 1867, a construção de grandes casas com o explícito objetivo de convertê-los em corticos. Essas construções surgiram nas ruas Corrientes e Lavalle, no

próprio centro da cidade. O Censo da Prefeitura de Buenos Aires de 1904, registrou um total de 2.462 cortiços habitados por 138.188 pessoas 21

Essa situação não podia coexistir com o projeto de oligarquia de fazer de Buenos Aires uma pequena Paris. A construção da elegante "Avenida de Mayo" coincidiu com a remodelação da cidade e com o deslocamento das classes populares para a periferia. Surgiram assim os bairros que constituíram a "Gran Buenos Aires". A existência, desde 1870, de uma rede de bondes, destinada ao transporte urbano, facilitou o deslocamento.

Como observa José Panettieri, "Op. Cit", os cortiços, eram o "outro lado" que a prestigiosa Buenos Aires começou a ocultar desde o princípio do século XX.

No referente à indústria mecânica, apesar de seu lento crescimento, foi intensificada a produção de motores. A primeira produção datada de 1906, era constituída de motores de combustão interna de 4.7 e 10 H.P..

Cabe sinalizar, em segundo lugar, que a despeito da persistência do mesmo padrão industrial, verificado em 1895, em 1913 a indústria tinha experimentado uma evolução considerável, não só no número de fábricas instaladas, mas também em sua potencialidade financeira e técnica. Se considerarmos, por exemplo, dados referentes ao número de trabalhadores ocupados pelas indústrias, pode-se constatar um avanço importante na mecanização.

Enquanto em 1895 a média de trabalhadores era de 8 por fábrica, para aumentar a 12, em 1908; em 1913 reduziu-se, novamente a 8 per capita. Esse processo não é contraditório. Ao ir

acompanhado de um aumento considerável no capital investido e na força instalada (como se constatou através dos dados censitários), esse fenômeno é um claro indício da instalação de fábricas de maior porte e com alto grau de mecanização - Até aqui foi descrito o estado e estrutura da indústria argentina ao advento da 1ª. Guerra Mundial. É clássico e amplamente aceito na análise da economia argentina, a afirmação de que, a partir da 1ª. Guerra Mundial, desencadeou-se um rápido crescimento industrial através da substituição de importações - A generalização desse critério é tal, que entre todos os autores consultados para a elaboração deste trabalho, só um, Diaz Alejandro apresenta uma visão, que, sendo sucinta, é crítica da teoria do avanço industrial, por substituição de importações posterior a 1914. Diz o autor referindo-se à 1ª. Guerra "...the war hurt activities associated with exports and the construction of social overhead; exports, capital in flow, and labor immigration dropped. Furthermore, the war reduced substantiably the external supply of some importables (c. j. coal and machinery), whitch could not be rapidly replaced by domestic inputs, and on whitch domestic activity vitally depended. On balance, the shaky data for this period show a drop in manufacturing output during 1914-17. The common opinion that the war boosted industrialization appears to be the best a very partial view". 22

O padrão industrial que se desenvolveu "no bojo" da economia agroexportadora e que foi descrito a partir dos dados censitários não se modificou, em sua essência, no período 1914-30

A 1a Guerra Mundial não modificou essa estrutura; também não favoreceu o crescimento industrial; muito pelo contrário, ela produziu e favoreceu um estancamento só superado ao longo da década de 1920.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) SÁBATO, Hilda "Capitalismo y ganadería en Buenos Aires: la fiebre del lanar 1850-1890". Bs. As. Ed. Sudamericana, 1989 pag. 293.
- 2) Datos extraídos de Chiaramonte, José CARLOS "NACIONALISMO Y Liberalismo Económico en Argentina, 1860-1880". Bs. As. Ed. Solar, 1971.
- 3) Panettieri, José "op. cit.", pag. 76.
- 4) "Anales de Sociedad Rural Argentina", vol. XI, nº 2, febrero de 1877. Citado por Panettieri, José "Argentina: Historia de un País Periférico", 1860-1914. Bs. As. Centro Editor de América Latina. Bs. As., 1986, pag. 76.
- 5) CHUECO, Manuel C. "Los pioneros de la industria nacional" Bs. As. 1886 2 Tomos. Citado por Cúneo, DARDD "Comportamiento y crisis de la clase empresaria" Bs. As. Centro Editor de América Latina. Biblioteca Política Argentina # 68, pag. 57.
- 6) Panettieri, José, "op. cit", pag. 79
- 7) Discurso de Vicente Fidel Lopez na Camara de Diputados de La Nación (27 de junio de 1873) Citado por Chiaramonte, J C

- 8) Chiaramonte, José Carlos, "op. cit."
- 9) Dorfman, Adolfo "Historia de la industria argentina". Ba As Ed. Solar, 1970, pag. 152.
- 10) A reação protecionista argentina não é alheia ao movimento europeu de igual tendência, que se iniciou na década de 1870, como reação à época livre-cambista anterior que tinha levado a um persistente descenso dos preços, como resultante do aumento da concorrência internacional e da restrição crescente dos mercados - a nova tendência protecionista tende a apoiar-se, não na acumulação de reservas metálicas, como no antigo mercantilismo, mas no desenvolvimento das forças produtivas.
- 11) Ataulfo Perez Aznar. "La politica tradicional y la Argentina Moderna" en Revista de la Universidad nº 20/21, La Plata, 1968
Fernando Borda "Los autonomistas del 70. Auge y frustraciones de un movimiento provinciano con vocación nacional". Buenos Aires entre 1868 y 1878. Bs As Pleamar, 1976.
Ambos autores citados por Panettieri, José, "op. cit".
- 12) Ataulfo Pérez Aznar "op. cit" citado em Panettieri, José "op. cit.", p. 86.

- 13) Latzina, Francisco "Estatística del Comercio Exterior y Navegación", 1882 pag. Citado por Chiaramont, J.C. "Op Cit", pag 224
- 14) Os dados referentes aos Censo Industrial de 1887 foram extraídos de Dorfman, A. "Op. cit.", pag. 279
- 15) Diaz Alejandro, Carlos. "Op. Cit". pg.279.
- 16) Ambos artigos estão citados em Dorfman, A. "Op. Cit" pag. 192
- Apesar de sua extensão, reproduzimos o texto completo, por considerá-lo um interessante depoimento da época
- 17) No 19 Censo de 1895 já fica delineada claramente a tendência do padrão industrial têxtil. Apesar de ser um objetivo a ser alcançado pela UIA começa a ficar relegada. Isso têm uma única explicação: a defesa que Inglaterra fez do mercado interno argentino para a venda de tecidos ingleses, e a "convivência" com essa política por parte do governo oligárquico argentino.
- 18) Dados de Diaz Alejandro, C. "Op. Cit".
- 19) Os dados apresentados sobre os Censos de 1895, 1908 e 1913 foram extraídos de Dorfman, A. "Op. Cit".
- 20) Cálculos de Dorfman, A. "Op. Cit" pag. 285

21) Dados extraídos de Panattiere, José "Op. Cit"

22) Diaz Alejandro, C.F. "Op. Cit " pag. 218. Nos últimos anos, um autor argentino, José Villarruel apresentou critérios semelhantes aos de Diaz Alejandro em "El ocaso de un paradigma: la Argentina en la Depresión Mundial". BS. As. Cuadernos de Historia Argentina # 2. Ed Biblos - 1988.

CAPÍTULO IV

A Desaceleração (1914-1930)

O início da 1ª Guerra Mundial, em 1914, coincidiu com os primeiros indícios de que a Argentina aproximava-se do final da "euforia" econômica que a caracterizou desde o começo do século.

Independentemente de como a Crise Mundial de 1914 repercutiu na Argentina, o período 1914-30 caracterizou-se por uma contração geral do investimento que influenciou negativamente na formação do capital fixo, no período 1915-30, se relacionado com o período precedente.

A formação do capital fixo em porcentagem do P.N.B., a preços de 1950, foi de 42.2 em 1910-14, passando a 13.0, em 1915-19; 26.4 em 1920-24. ¹

Coincidiu este fenômeno com a finalização do processo de crescimento econômico, não só do setor agroexportador, mas também da economia como um todo, baseado na expansão da fronteira agrária; coincidiu, também, com uma detenção da economia relativamente mais favorável à agricultura do que à indústria. Isto acontecia a despeito dos importantes avanços técnicos introduzidos no setor agropecuário com prioridade à 1ª Guerra Mundial.

1914 foi uma data chave; ela marcou o início da crise do padrão de crescimento capitalista argentino baseado na expan-

são "horizontal" da produção agropecuária. É no marco dessa conjuntura interna que pretendemos analisar, contra uma forte tendência do pensamento argentino, a exata influência que a 1ª Guerra Mundial teve no desenvolvimento industrial do país. É quase geral a aceitação que a partir dela, desata-se na Argentina - usando os termos de Dorfman - o despertar da "consciência Industrial", favorecida por um processo de substituição de importações. 2

Em primeiro lugar, acreditamos ter demonstrado que a "consciência industrial" existia desde a constituição do Club Industrial, fato bastante anterior à 1ª Guerra Mundial. Em segundo lugar, esse processo industrial, segundo a nossa análise, foi o resultado da relação contraditória com o setor agroexportador, como núcleo de um padrão de desenvolvimento econômico, que definimos como sendo "capitalista e dependente" (capítulo I).

A 1ª Guerra Mundial coincide com o momento de consolidação de um padrão de desenvolvimento econômico que levava em si seu próprio limite. A crise desse padrão, a partir de 1914, favoreceu o afloramento das contradições inerentes ao processo. Essas contradições colocaram-se, desde então, como limite "intransponível" ao desenvolvimento industrial auto sustentado, capaz de assentar as bases de um "capitalismo independente".

I - Período 1914-17

A interpretação da influência benéfica que a 1ª Guerra exerceu como detonante principal do desenvolvimento da indústria argentina é por demais confusa, inclusive entre os autores clássicos, na interpretação da história econômica argentina.³ Sem dúvida contribui à confusão interpretativa, o fato de não existir para o período, disponibilidade de dados censitários, como para o período 1880-1914. Para o período em questão, conta-se só com os censos dos anos 1914 e 1935. Este último, realizado quando já tinha acontecido e amadurecido o dinamismo econômico da década de 1920 o que, acreditamos, ajuda a obscurecer, ainda mais, a real influência da 1ª Guerra.

É bom enfatizar que a 1ª Guerra repercutiu fortemente, na Argentina. A queda do PNB foi bem superior a queda experimentada na depressão, 1929-33: em 1914 alcançou 19,6%, sendo de 9,7%, em 1929. O tráfico transoceânico interrompeu-se de forma tão radical, que de 1913 até 1915 o comércio de importação argentino sofreu uma diminuição de 40%: de 1.128 milhões chegou a 694 milhões.

Dentro da redução que experimentaram as importações, os produtos alimentícios reduziram-se a quase metade entre 1913-18; enquanto os têxteis alcançaram uma diminuição muito menor, que restabeleceu-se rapidamente depois da guerra. As madeiras, pedras e demais artigos de construção, junto com os combustíveis, principalmente carvão, baixaram de forma notável: a 3ª parte de seu valor de pré-guerra - Artefatos de ferro e outros

metais caíram pela metade

Merece uma menção especial o ramo de maquinaria e veículos onde a baixa foi realmente notória, em parte por ter-se iniciado com anterioridade à 1ª Guerra. Entre 1912 à 1915 as importações nesse ramo tinham passado de 15 a 13 milhões. Segundo dados apresentados no Anexo, Tabela IV.1 a recuperação foi alcançada em princípios dos anos 20

TABELA IV.1

Importações de materiais reprodutivos (em milhões \$ m/m)

	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923
Locomoção	13	21	6	6	5	3,5	8	13	17	24,5	15,5
Elettricidade	9	6,5	3,5	3	2	2	3	4	6	4	7,5
Agricultura	10	4	4	5	2,5	4	5,5	7	8	5	11
Edificação	42	21	15	11	6	5,5	9,5	17	15	20,5	26
Maquinaria Industrial	8	5	2,5	2	2	1,5	3	6,5	6,5	5	5
Ferro e outros	9	7	3	0,7	0,4	0,3	0,6	2	1,5	3,5	3

Fonte: Dorfman, Adolfo "Op. Cit pag. 325

É a partir de dados como os apresentados que Adolfo Dorfman, em contraditória afirmativa diz:

"La disminución de los artículos importados de consumo directo no fue tan grande ni se prolongó por tiempo suficiente como para provocar um aumento exuberante de manufacturas nacionales, destinadas a suplir su falta (delas importaciones) en el mercado nacional

Simultaneamente - y peor aún: por un tiempo más largo faltó maquinaria y herramientas de uso industrial y las principales materias primas y combustibles".

Esse parágrafo apresentado por Di Tella, G. e Zymelman, M. é criticado pelos autores no sentido de que A. Dorfman conclui a partir dele, contraditoriamente, que "apesar de todo, la guerra tuvo um efecto favorable sobre el desarrollo industrial" 4

Em uma análise mais exata, ainda que também contraditória, segundo nosso critério, Di Tella e Zymelman afirmam que "solamente algunos setores industriales se habian visto favorecidos por la guerra" 5.

Dizem ainda os autores "La guerra efectó el índice industrial desfavorablemente, pero después del mínimo de 1915-17 creció a una alta tasa hasta 1929" [...] "Apesar de la primera impresión que podria obtenerse del índice total, la industria no fue durante la Primera Guerra Mundial afectada desfavoravemente

Como hemos dicho, solo se vieron perjudicadas las industrias conectadas con la expansión del capital social básico, como a si también muchas pequeñas empresas de carácter casi artesano: pero, por otra parte, tuvo lugar um proceso de concentración industrial, generalmente en las industrias sustitutivas de importación dedicadas al mercado local. Este desarrollo respalda, por lo tanto, la opinión generalizada que vé la Primera Guerra Mundial como el estímulo inicial, o por lo menos básico, hacia la industrialización" 6.

Agora bem, os autores trabalham com dados como os apresentados no Anexo, Tabela II.3, (apresentada no Capítulo II) sobre a queda do investimento no período 1915-20 e com dados como os apresentados nas tabelas IV.2 e IV.3.

TABELA IV.2

Volume Físico da produção industrial
(índice, base 1950 = 100)

Indústria	1914	1915	1916	1917
- Alimentos e bebidas	32	28	30	33
- Têxteis	7	8	3	11
- Químicas	25	28	31	24
- Pedras, vidro, cerâmica	64	24	31	25
- Veículos, maquinarias	5	5	3	4
- Metais (exceto maquinaria)	10	7	8	8
Totais	20,3	18,2	18,7	18,5

Fonte: CEPAL, "El desarrollo económico de la Argentina". Anexo:
algunos estudios especiales y estadísticos macroeconómicos
preparados para el informe. Santiago de Chile (mimeog.)
junho, 1958.

Citado: Di Tella, G. e Zymelman M. "Op. Cit" pag.307

TABELA IV.3

Volume Físico da produção industrial
(índice, base 1950 = 100)

	1917	1918	1919	1920	1921	1922
Alimentos e bebidas	33	39	39	37	42	45
Têxteis	11	14	13	10	12	12
Químicas	24	30	30	29	29	32
Vidro, pedra, cerâmica	25	26	26	37	47	41
Veículos, maquinaria	4	2	6	10	10	14
Metalurgia (exceto maquinaria)	8	6	9	12	10	12
Total	18,8	22,1	23,0	23,8	25,1	27,9

Fonte: CEPAL "El desarrollo económico argentino" Anexo: Santiago de Chile (mimeog.) junho, 1958.

Citado por: Di Tella, G. e Zymelman, M. "Op. Cit" pag. 339

Segundo nossa observação, a partir dos dados, depois da queda do investimento do período de guerra só a indústria têxtil parece recuperar-se a partir de 1917, e ainda assim é difícil fazer uma relação direta entre essa recuperação e a queda das importações têxteis no período de guerra. Segundo interpretação dos três autores que estamos analisando, a indústria têxtil nacional depois de deslanchar ao finalizar a Guerra, decai ao longo da década dos anos 20 como consequência da abertura do mercado às manufaturas têxteis britânicas. No entanto, esses dados, parecem ser desmentidos pelo próprio Zymelman ao valer-se do depoimento do Agregado Comercial inglês em Buenos Aires, em outubro de 1933 sobre o estado da indústria têxtil argentina: "Hablando en general, en la producción de artículos de uso personal, la industria argentina de la lana es actualmente lo suficientemente sólida como para sostenerse a si misma frente a la competencia extranjera" 7.

Os próprios dados da CEPAL, utilizados amplamente pelos autores são um reflexo da restrição que sofreu a produção industrial no período de guerra. Por exemplo esses dados indicam que o desemprego chegou a 19% até a metade de 1919 e existiu durante o período um expressivo aumento em quebras empresariais; só convocatórias de empresas constituem 85% do total, em 1914, sendo 50% em 1917.

Recuperamos, a partir desses dados a interpretação apontada por Di Tella e Zymelman (em parágrafo textual anteriormente citado), da ocorrência de um processo de concentração industrial no período de guerra. Interpretamos esse fenômeno como

sendo altamente favorável ao novo dinamismo que alcançou a indústria ao longo da década de 1920

No entanto os dados nos levam a concluir, junto aos autores que apresentam uma visão crítica aos efeitos benéficos que a Primeira Guerra exerceu sobre a indústria, que o período 1914-17 foi altamente depressivo para a Argentina ⁸. Dada a dependência da importação de maquinaria, matérias primas e combustíveis para o funcionamento industrial, parece impossível interpretar que a 1ª Guerra possa ter sido o acontecimento que marcou o início do desenvolvimento industrial.

Nossa análise, contrariamente, leva-nos a focalizar o período posterior à 1ª Guerra quando uma convergência de fatores, mais exatamente, de medidas econômicas encaminhadas a superar a crise de 1914-18 vai abrir um novo espaço para a indústria nacional ao longo da década de 1920.

II - A Década de 1920

O movimento a favor do crescimento industrial recuperou-se só ao terminar a 1ª Guerra Mundial. Distintos foram os fatores que contribuíram para isso. Em primeiro lugar, é interessante assinalar a correlação de dois movimentos da política cambial de pós guerra que passamos a descrever.

A crise depressiva do período de guerra foi especialmente aguda em 1917. Porém, no terceiro trimestre de 1917 começou

uma fase de recuperação como consequência da alta que experimentaram os preços agropecuários. Essa situação favorável da alta dos preços internacionais finalizou no terceiro trimestre de 1920 quando, como consequência da crise mundial, caíram novamente os preços internacionais dos produtos de exportação, chegando a seu mínimo no primeiro trimestre de 1922.

O auge do pós-guerra nos países produtores de matérias primas, principalmente de alimentos, dadas as necessidades crescentes da Europa por esses produtos, continuou até 1920. Porém esse quadro reverteu-se frente à oferta crescente de produtos primários, em momentos que a Europa, superada a crise da guerra recuperou a sua capacidade de produção. A partir de 1920 começaram a cair os preços dos alimentos, principalmente os preços da carne. É bom salientar que a crise teve um caráter setorial e não alcançou grande intensidade.

Os preços internacionais alcançaram seu mínimo em 1922, e na metade desse ano, já tendiam a recuperar-se.

Durante o período ascendente, a Argentina conseguiu acumular grandes excedentes comerciais, favorecida não só pelos preços, mas também pelas boas colheitas dos anos entre 1917 e 1920. Durante esse período o peso argentino experimentou uma contínua valorização que barateava as importações.

Isso favoreceu um processo de reequipamento industrial, em momentos que começaram a surgir novas indústrias. Nos três primeiros meses de 1917, autorizou-se a abertura de 100 fábricas, cinco vezes mais que em 1915 e 1916 ⁹ Entre 1918-20 a Argentina importou maquinaria a uma taxa quatro vezes maior que a

média correspondente ao período de guerra 10.

A partir de 1920 para enfrentar a queda dos preços de exportação como consequência da crise mundial, e por especial pressão do setor agroexportador, decretou-se a desvalorização do peso , criando-se uma inesperada proteção à indústria de consumo, que reequipada, estaria em condições, como mostram os dados, de incrementar sua produção

TABELA IV.4

Volume Físico da produção industrial

(índice, base 1950 = 100)

Indústria Metalúrgica

Anos	Total	Têxteis	Metais, (excluídas) maquinarias	Veículos e maquinarias	Alimentos e bebidas
1910	20,7	5	10	3	28
1911	22,2	5	11	2	34
1912	21,0	5	11	3	31
1913	22,3	7	12	4	31
1914	20,3	7	10	5	32
1915	18,2	8	7	5	28
1916	18,7	3	8	3	30
1917	18,5	11	8	4	33
1918	22,1	14	6	2	39
1919	23,0	13	9	6	39
1920	23,8	10	12	10	37
1921	25,1	12	10	10	42
1922	27,9	12	12	14	45
1923	32,6	11	16	10	53

Fonte: CEPAL, A. Monti. "Producto bruto interno 1900-1955". Bs. As. (mimeog.)

Citado por: Di Tella, G e Zymelman, M. "Op. Cit" pag. 309

A essa situação somou-se, em 1923, uma mudança importante na política alfandegária de importação, que elevou consideravelmente a proteção perdida pela indústria ao continuar em vigência a lei de alfândega de 1905. Sem eludir o caráter fiscal das novas medidas alfandegárias adotadas pelo Governo, a União Industrial Argentina pressionou no Congresso, com critério protecionista, pela aprovação da nova lei de dezembro de 1923 11.

A defasagem entre os valores de "aforo" ou nominais introduzidos pela lei de 1905 e os reais do mercado para 1920 era enorme, sobretudo levando-se em conta que durante os anos de guerra os preços de importação tinham aumentado significativamente. Isso implicou que, para os anos 1919 e 1920 os preços reais superaram aos do "aforo" em 185,4% e 186,4% respectivamente. Assim sendo, em 1920 o valor das importações foi de 935 milhões de pesos ouro, porém seu valor de tarifa foi só de 336, 5 milhões de pesos ouro. Em outros termos, os direitos de importação haviam diminuído em um terço, causando uma alta desproteção à indústria.

A primeira medida para recuperar a proteção foi tomada em 1920, quando por lei nacional nº 11.022 gravaram-se todas as importações com um aumento geral de 20%. A segunda medida foi a reformulação da lei alfandegária de 1905, em dezembro de 1923. A nova lei, nº 11.281 introduzia uma elevação de 60% nas tarifas de "avaluos" ou "aforo" para todas as importações, criando, sem dúvida, uma considerável proteção à indústria.

Os elementos apontados foram de um peso decisivo para a recuperação da economia que se iniciou com firmeza em 1922, alcançando seu ápice no segundo semestre de 1925. Dentro dessa ten-

dência a indústria desenvolveu-se mais rapidamente do que os outros setores.

Terminada a fase depressiva da Guerra, os investimentos começaram a crescer. Isso aconteceu a despeito do declínio dos investimentos estrangeiros que não retomaram ao longo do período os níveis de pré-guerra. A partir da tabela II.3 (Cap. II) já mencionada, pode-se apreciar o crescimento do investimento nacional em relação ao estrangeiro. Já foi assinalado ao longo do capítulo II que o investimento estrangeiro, antes da 1ª Guerra tinha sido tão importante ou mais que o investimento nacional. A cessação do grande fluxo de investimentos estrangeiros a partir de 1914 não foi alheio ao limite criado à expansão pelo fechamento da "fronteira agrária", fato que marcou o início de mudanças importantes no mercado internacional de capitais que atuavam na Argentina de pós-guerra.

O fechamento da fronteira agrária colocava um limite à produção extensiva e obrigava a diversificar os novos investimentos, seja promovendo técnicas intensivas de produção agrícola e/ou direcionando o investimento para a indústria doméstica.

Os capitais britânicos mostraram-se pouco flexíveis para se adaptar às novas condições, persistindo na política tradicional de aplicação de capitais em terras, títulos públicos, infraestrutura, relacionada ao desenvolvimento da agricultura extensiva, porém áreas estas, que iam se fechando aos novos investimentos, como veremos ao tratar da crise do padrão de crescimento.

O capital americano adaptou-se melhor à nova situação, dirigindo as novas aplicações aos serviços públicos e investimentos diretos em indústrias destinadas ao mercado interno.

Essa modificação nos rumos e origens dos investimentos estrangeiros a partir da 1ª Guerra foi um elemento a mais, que favoreceu a posição relativa mais favorável ao setor industrial dentro do contexto econômico.

A oligarquia agroexportadora entrou em confronto com a política americana de penetração econômica na Argentina. Os Estados Unidos, sendo um forte produtor mundial de matérias primas e de alimentos típicos de climas temperados fechavam seu mercado para a entrada dos produtos agropecuários argentinos. Contrariamente, os capitais americanos encontravam um aliado nos interesses dos industriais argentinos que, crescentemente, necessitavam importar máquinas e tecnologia daquele país. A penetração do capital americano na indústria de consumo de bens duráveis favorecia o crescimento de uma demanda interna por esses produtos, abrindo novas áreas à indústria nacional que se desenvolvia a reboque da indústria de duráveis. Essa indústria encontrava na Argentina dos anos vinte o mercado consumidor mais importante da América Latina, como consequência da reativação do mercado interno durante essa década. Ativada a economia depois da crise do período de guerra as séries de ocupação indicam, sobre a base 100, em 1929 que a ocupação decresceu desde o valor 72 que tinha, em 1914, a 62, em 1916. Daí começou a crescer em forma aproximadamente linear até 1930, em que superou o ano base e logrou o valor de 105. A tendência declinante da desocupação foi acompanhada pe-

lo aumento do salário real ao longo da década de 1920, chegando ao ápice, em 1928, 7,51 pesos, superando a base, sempre do ano 1929, com valor de 7,0 pesos. ¹² Superada a crise do período de guerra, o mercado interno recuperava as tendências positivas que o tinham caracterizado, só interrompidas num breve espaço pela crise de 1890.

A penetração de capitais americanos desencadeou um novo confronto entre os tradicionais setores defensores em dar continuidade à política comercial com a Inglaterra, baseada no livre comércio, e uma nova corrente protecionista, defensora da ampliação do comércio com os Estados Unidos e da entrada dos investimentos americanos diretos na indústria. Desse modo, para o período que estamos considerando "el capital norteamericano fue aliado circunstacial de legítimos intereses nacionales que cobraban expresión en la inversión en industrias para el mercado interno" ¹³.

Ao longo da década de 1920 produziu-se uma importante aceleração no ritmo de crescimento da indústria, fenômeno que foi acompanhado por uma mudança importante da estrutura industrial.

Durante a década de 1920 os artigos de consumo não duráveis alcançaram os mais altos níveis absolutos. Paralelamente iniciou-se um desenvolvimento importante de bens de consumo duráveis.

Isso repercutiu a nível das importações: aumentou a importação de ferro e aço e diminuiu a importação de produtos semifaturados, indicador do avanço da indústria doméstica de metal-mecânica. Um dos fatos mais relevantes foi o aumento na importa-

ção de maquinaria industrial. A média de 1920 à 1930 foi a mais alta registrada na história argentina, para uma média de 10 anos. De igual modo, a média para 1925-30, foi a mais alta para qualquer outro período de 5 anos. O valor das importações de maquinaria industrial, expresso em milhões de pesos, de 1950, foi, 275 em 1915; 493, em 1920; 996, em 1925; 1.007, em 1930, caindo a 544 em 1935. 14

Outra informação valiosa para apreciar o nível de aceleração industrial são os dados sobre o nível de investimento na indústria, entre 1900-1930.

TABELA IV.5

INVERSÃO BRUTA FIXA
(Milhões de pesos de 1950)

Ano	Total	Total da Indústria	Maquinaria Equipamento	Construção Instalações Melhoramentos
1900	2.398	474	322	152
1901	2.491	408	257	151
1902	2.460	412	274	138
1903	2.695	481	347	134
1904	3.899	798	651	147
1905	6.029	810	573	237
1906	7.209	953	654	299
1907	8.982	1.084	657	427
1908	7.593	1.012	595	417
1909	8.557	1.040	626	414
1910	10.230	1.247	720	527
1911	10.076	1.374	851	523
1912	8.215	1.616	1.214	402
1913	8.331	1.426	1.023	403
1914	5.163	774	557	177
1915	3.100	466	375	91
1916	2.743	354	278	76
1917	2.073	315	255	60
1918	2.091	291	217	74
1919	2.445	424	337	87
1920	4.537	785	596	189
1921	5.248	892	675	217
1922	6.161	867	578	289
1923	8.511	1.247	812	435
1924	9.132	1.369	952	417
1925	9.196	1.518	1.136	382
1926	9.070	1.561	1.242	319
1927	10.418	1.596	1.241	359
1928	12.381	2.000	1.584	416
1929	14.164	2.184	1.664	520
1930	11.926	1.850	1.387	463
1931	7.299	1.208	896	312
1932	5.119	782	562	220
1933	5.719	897	687	210

Fonte: CEPAL, Anexo Estatístico. Citado por Villanueva, Javier "op. Cit" pag. 460

O crescimento do ramo petróleo, carvão foi importante pela incidência desses insumos nos custos da produção. A falta de minas de carvão que fossem objeto de exploração econômica foi um obstáculo importante para o desenvolvimento da indústria nacional.

O país importava todo o carvão requerido para a indústria. A restrição criada às importações durante a 1ª Guerra foi o fator que impulsionou o desenvolvimento do combustível vegetal em Santiago e no Chaco, e a industrialização do petróleo descoberto em 1907, na Patagonia, ainda que sua incidência fosse pequena na indústria, para a época. Em 1930, o nível mundial o consumo de carvão era de 70%; o petróleo superava os 20% e a energia hidráulica aproximava-se de 10%. A partir de 1914 notou-se a incidência crescente do petróleo como consequência da incorporação do motor a explosão. Na década de 1920, a Argentina não permaneceu à margem dessas modificações mundiais. A produção nacional de petróleo excedia em 1922 as 200 mil toneladas, superando o milhão em 1929.

No entanto, a importação de petróleo em fins da década de 1920 aproximava-se ao milhão de toneladas. O consumo era então de 2 milhões sendo um indicador da modificação ocorrida. Em 1910 o consumo de carvão por habitante era de 530 kg e o de petróleo de 30; em 1929, o primeiro tinha descido a 300 e o petróleo tinha crescido até 250 kg per capita ao ano 15

A partir dos dados fornecidos pelo censo industrial de 1935 é possível apreciar a aceleração do crescimento experimentado pela indústria, entre 1921-30.

TABELA IV.6

Estabelecimentos Industriais Agrupados

Segundo Data de Iniciação

(X sobre o valor da produção total e
sobre número total de estabelecimentos)

Data de Iniciação dos estabeleci- mentos	Valor da Produção X s/total das indústrias Censo 1935	Nº de Estabelecimentos X s/total das Indús- trias CENSO 1935
1880/1920	56 ¹	31
1921/30	22	35

Fonte: Villanueva, J. "op. Cit", pag. 457

¹ A taxa média de crescimento do valor da produção, por décadas, entre 1880-1920 foi ao redor de 12%.

O crescimento da produção industrial por setores foi a seguinte

TABELA IV.7

Produção Industrial, 1910-1934

(milhões de pesos de 1950)

Médias Quinquenais

Anos	Totais	Alimentos bebidas	Têxteis	Metalúrgica	Química	Pedra Vidro Cerâmica
1910-14	12.621	4.577	389	556	785	1.649
1915-20	12.899	4.959	657	30	935	566
1920-24	17.364	6.837	805	189	1.112	1.041
1925-29	23.925	8.744	939	2.214	1.569	1.448
1930-34	24.996	8.304	1.560	1.907	1.733	1.487

Fonte: Di Tella, G. e Zymelman, M. "Op. Cit" pag 94

Segundo os dados continuou liderando a indústria de alimentos. Ainda que lento, a indústria têxtil verificou um crescimento constante desde o começo do século XX. Isso desmente a idéia de que ela só se desenvolveu a partir da Primeira Guerra, por um mecanismo substitutivo de importações, e que a produção caiu na década de 1920, como consequência da abertura comercial com a Inglaterra.

O impulso maior, relativamente, ficou por conta da indústria metal-mecânica e a química. Essa mudança na estrutura industrial dos anos 20, não foi alheia à forte corrente de investimentos estrangeiros direto nesses setores, especialmente dos investimentos norte-americanos. ¹⁶ Atrelado ao funcionamento das firmas internacionais cresceram e surgiram novas indústrias domésticas no setor metal-mecânico e químico: artefatos elétricos, borracha, sub-produtos do petróleo, etc.

A despeito da modificação setorial da indústria nos anos 20, a implantação de indústrias que utilizavam matérias primas não tradicionais (siderurgia e metalurgia em todos os ramos ferrosos e não ferrosos) foi restringida.

Em outros termos, temos destacado o "deslanche" relativo do setor industrial em relação ao setor agroexportador, no período 1914-1929, com a intenção de mostrar que, a despeito dos progressos logrados, existiu uma restrição estrutural para alcançar um desenvolvimento industrial auto-sustentado. O nó dessa restrição deve ser buscado nas bases de sustentação do capital agroexportador, baseado no latifúndio e na produção extensiva ligada a ele.

III - Crise do Padrão de Desenvolvimento Capitalista

O desenvolvimento capitalista argentino foi o resultado da expansão da produção extensiva relacionada à incorporação de novas terras férteis destinadas à agricultura (cereais, oleaginosos) e à criação de gado - São consideradas terras férteis aquelas que se estendem num espaço aproximadamente de 700 km ao redor de Buenos Aires.

Na região pampeana através da aplicação de uma mesma técnica aplicada a novas extensões de terra, existia a possibilidade de produzir a menores custos que os vigentes nos países capitalistas, de maior nível de desenvolvimento. Essas vantagens comparativas provinham tanto das características naturais da região, como do nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas que permitia, através do sistema de arrendamento, produzir para o mercado mundial, em condições altamente competitivas. Lograva-se assim, uma renda diferencial, em escala internacional, surgida dos menores custos que beneficiava fortemente ~~aos~~ donos dos latifúndios.

No bojo desse processo, com o surgimento do mercado interno, nasceu e desenvolveu-se uma indústria destinada ao consumo desse mercado que, se bem, é verdade, não implicou num crescimento linear, porém contraditório com o setor agroexportador, tinha até 1914 um caráter altamente complementar da economia

agroexportadora. O resultado dessa conjunção de fatores foi o rápido desenvolvimento econômico, em um processo que foi "relativamente" harmônico até 1914. O fechamento da fronteira agrária, a partir desse ano, criou uma limitação à acumulação do capital proveniente da produção extensiva agroexportadora.

Os limites do processo de expansão horizontal da agricultura estão relacionados com as características regionais da Argentina. Existe uma impossibilidade física de expansão da produção extensiva do Pampa no resto do país. Fora dessa região, no nordeste e noroeste desenvolvem-se cultivos de tipo mais intensivos (frutas, hortaliças, erva-mate, açúcar). No sul, a Patagônia têm um clima inadequado à produção agroexportadora, salvo a criação de ovelhas. Para 1914 essas regiões já tinham alcançado um grau importante de incorporação produtiva.

TABELA IV.8

Uso da terra por regiões

	1914		índice 1937 = = 100
	ha	%	
Total do país	162.840.624	100,0	93,26
Superfície agrícola	15.556,043	9,55	70,74
Superfície pecuária	116.661,404	71,64	113,97
Total "Región Pampeana"	67.242,813	100,00	99,34
Superfície agrícola	14.546,455	21,63	72,32
Superfície pecuária	43.739,801	65,05	127,87
Total "Región Noreste"	12.865,317	100,00	79,42
Superfície agrícola	153,938	1,20	20,73
Superfície pecuária	9.017,063	70,09	95,55
Total "región Noroeste I"	15.161,326	100,00	129,05
Superfície agrícola	220,684	1,46	59,97
Superfície pecuária	10.550,759	69,59	234,46
Total "Región Cuyo"	13.194,214	100,00	95,95
Superfície agrícola	278,937	2,11	118,28
Superfície pecuária	9.929,881	75,26	143,66
Total "región Patagónica"	29.613,066	100,00	56,67
Superfície agrícola	81,085	0,27	70,59
Superfície pecuária	26.519,960	89,55	62,13
Total "Región Noroeste II"	10.643,930	100,00	240,96
Superfície agrícola	40,851	0,38	107,93
Superfície pecuária	7.921,992	74,43	386,69
Total "Santiago del Estero"	8.142.722	100,00	102,94
Superfície agrícola	70.540	0,87	32,63
Superfície pecuária	4.450.299	54,65	115,84
Total "San Luis"	5.977.236	100,00	98,95
Superfície agrícola	163.593	2,74	102,59
Superfície pecuária	4.531.649	75,82	155,53

Fonte: Flichman, Guillermo "La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino". Siglo XXI Bs. As. 1977 pag. 208

é preciso, analisar ainda: 1º) que a impossibilidade de continuar, a partir de 1914, o crescimento agropecuário baseado na incorporação de novas terras à produção, não foi um impedimento para perpetuar o latifúndio e o modo extensivo de produção, acompanhado de um nível alto de mecanização da produção agrícola; 2º) como esse fenômeno interage para bloquear a diversificação da indústria.

A aparente contradição entre produção extensiva, relacionada à grande propriedade, e o nível de mecanização da produção agrícola, que descrevemos como sendo próximo dos países desenvolvidos, até 1930, foram na realidade dois processos que aconteceram conjuntamente, como consequência das características da região pampeana

Eram características essenciais da região, até 1914, a disponibilidade ampla de terra fértil, e a escassez, relativa, da mão de obra. Dadas essas características, a produtividade por homem era essencial para a produção agrária, enquanto a produtividade por hectare só interessava em função da anterior. O resultado dessa peculiar disponibilidade de recursos foi a produção extensiva que caracterizou a produção pecuária e a mecanização da produção agrícola, dentro de um mesmo latifúndio

Tratemos de explicitar. Ao começar a década de 1920 a terra fértil já estava totalmente ocupada e existia um alto predomínio das áreas dedicadas à pecuária.

Ao longo da década aconteceu um crescimento da demanda internacional por cereais, e uma queda da demanda de carne. Em 1921 produziu-se uma crise que obrigou os fazendeiros a vender o

gado a qualquer preço. Como consequência, ao longo da década de 1920 produziu-se uma realocação das extensões de terras dedicadas à produção do gado e de cereais, em função da demanda externa. Esse processo aconteceu, sem modificar o sistema de propriedade nem as relações de produção. Pelo contrário, ambos os fenômenos intensificaram-se. A nova corrente imigratória que aconteceu entre 1920-29, deixando um saldo positivo de um milhão de pessoas, permitiu aos donos de terra entregar maiores extensões em arrendamento, ampliando a produção agrícola.

O processo de mudança do uso da terra a favor da agricultura pode-se apreciar a partir dos seguintes dados:

TABELA IV.9

Uso da Terra na Região Pampeana

(Milhões de hectares)

Anos	Agricultura	Produção de Carne			Equinos	Total
		Total	Bovinos	Ovinos		
1875	0,5	26	13	13	6	32
1895	3	33	19	14	5	41
1922	11	31	28	3	8	50
1930	16	24	21	3	7	47
1934	17	23	20	3	7	48
1937	17	25	22	3	6	48

Fonte: Gilberti, Horacio "Op. Cit" pag 90

Algumas conclusões podem ser extraídas a partir dos dados:

- entre 1922-1930 a superfície total ocupada estabilizou-se ao redor de 48 milhões de hectares, nível que coincidiu, com a superfície total da terra fértil disponível, na região.
- nessa superfície totalmente ocupada e estável, alterou-se a distribuição da mesma: o bovino perdeu entre 1922-37 ao redor

2

TABELA IV.10

Pessoal ocupado no trabalho agropecuário
(milhões de pessoas)

	1908	1914	1937
Pessoal permanente	1.212	1.411	1.478
- Produtor e familiar		789	1.192
- assalariados		622	286
Pessoal transitório	809	563	521
Total	2.021	1.974	1.999
Proporção de transitórios	67	41	35
Superfície desenvolvida (milhões de hectares)	117	163	175
Superfície por pessoa (hectares)	58	82	88

Fonte: Gilberti, Horacio "Op. Cit" pag. 97

É importante para nossa análise esclarecer que a despeito da mecanização crescente na área agrícola, a produção total na região pampeana tendeu a estancar-se, como indica^m os dados a seguir.

TABELA IV.11

Produção agropecuária argentina e pampeana

(em pesos a preços de 1950 e em %)

Anos	Prod. do País			Prod. Pampeana	
	Produção (milhões)	Exportação (milhões)	%	% do total do país	Per habitante do país
1900/04	4.152	2.177	52	95	825
1920/24	8.724	4.148	48	79	735
1925/29	9.945	5.179	52	78	710
1930/34	10.545	5.043	48	76	650

Fonte: Gilberti, Horacio "Op. Cit" pag. 92.

Passemos agora para o segundo ponto de nossa análise: como a perpetuação do tipo da exploração agrária pampeano descrita, limitou a diversificação industrial.

Procuraremos mostrar que, a despeito da queda relativa do volume de produção agrária, a produção latifundiária mostrou-se o suficientemente lucrativa, no período 1914-1930, como para bloquear toda a possibilidade de transferir capitais do setor agroexportador ao setor industrial, único meio de desencadear um processo de industrialização auto sustentado. Por outro lado, a tendência à desaceleração da produção agroexportadora, a partir de 1914, tendeu a limitar a possibilidade de aliviar, através do aumento das exportações, alguns problemas de crescimento internos ligados à capacidade de importar.

Vejamos como esses elementos agiram para impedir o deslanche do setor industrial que, tendo atingido certa capacidade de autofinanciamento, ao longo da década de 1920, ficou entretanto limitado em seu desenvolvimento

A indústria ao longo de 1920 mostrou um dinamismo capaz de desenvolver o setor de não-duráveis, alguns duráveis e produtos intermediários (matéria primas fundamentalmente), sem conseguir desenvolver ao contrário dos países industrializados - a indústria de bens de produção. Em outros termos, a industrialização argentina viu-se restringida em sua capacidade de assegurar a produção nacional do Setor I.

O fato de que a indústria de bens de consumo assalariado, que definimos como sendo "complementar" do setor agroexportador, alcançara alto grau de dinamismo próprio, ao longo da

década de 1920, foi um indicador de que ela comportou níveis satisfatórios de lucratividade. Assim sendo, resulta altamente pertinente a seguinte questão levantada por João Manuel Cardoso de Mello, "por que, concomitantemente, não nasce a indústria de bens de produção? Ou seja, por que não se constituem, no momento do nascimento do capital industrial, forças produtivas capitalistas?"¹⁹ A resposta do autor, válida para todas as economias retardatárias, coloca a problemática dentro do marco mundial das duas últimas décadas do final do século XIX, em que a indústria pesada sofria um processo de transformação tecnológica, tendente a estruturar importantes economias de escala. Dessa forma, a nova tecnologia da indústria pesada (metal-mecânica, siderurgia e insumos estratégicos) exigia para sua instalação, dado o tamanho mínimo requerido da planta, grandiosa disponibilidade de recursos financeiros.

O volume desses recursos eram totalmente inacessíveis à indústria argentina, anterior à 1930. Como diz Maria da Conceição Tavares, "Ao que parece, nenhuma indústria pesada se implantou historicamente a partir da diferenciação e dinâmica interna de uma indústria de bens de consumo, que cresce acompanhando a própria expansão de um mercado urbano centrado em uns poucos polos de urbanização. Historicamente, a maioria dos países chamados de "industrialização retardatária", vale dizer, aqueles que não participaram da 1ª revolução industrial, implantaram sua indústria pesada seja com o apoio do Estado Nacional, seja em aliança com o grande capital financeiro internacional, como parte de um esquema de expansão e escala mundial".²⁰ Porém, o mercado finan-

ceiro internacional do início do século estava fechado à toda expansão no momento em que a luta pelo controle de novas tecnologias industriais, exacerbava a concorrência entre os grandes capitais nacionais. ²¹ Sob essas condições, a disponibilidade dos recursos financeiros necessários para a instalação da indústria pesada só podiam ser providenciados por um setor: o agroexportador. Porém, essa transferência de recursos não aconteceu na década de 1920.

Independentemente das razões político-ideológicas e até culturais, que impossibilitavam o apoio da oligarquia agroexportadora para um processo de industrialização existiam razões estritamente econômicas, tanto a nível da conjuntura especial da década de 1920, como a nível da estrutura agrária que bloqueavam, no período, o avanço do capitalismo, tanto no sentido de superar o modo de produção extensivo como de transferir capitais do agro à indústria.

A despeito da desaceleração do nível de crescimento da produção agroexportadora já analisada, a oligarquia argentina viveu, na década de 1920 seus maiores momentos de glória. A melhoria dos termos de intercâmbio criou uma lógica ilusão de normalidade econômica. O país beneficiou-se com importantes excedentes comerciais; pouco importava que esses excedentes dependessem crescentemente de mudanças nos preços internacionais dos produtos de exportação e não dos volumes exportáveis, em termos relativos.

A partir de 1923, os termos de intercâmbio melhoraram continuamente; em 1928 chegaram a alcançar, quase, os níveis de pré-guerra, como consequência do aumento dos preços de exportação

e do declínio dos preços de importação.

Os dados que apresentamos a seguir, extraídos de uma análise de Hector Diegues, sobre o nível de crescimento e instabilidade de valor das exportações em relação ao valor físico, são esclarecedores dessa situação.

TABELA IV.12

Crescimento do Valor das Exportações Argentinas		Crescimento do Volume das Exportações Argentinas	
	Tx. Anual de Crescimento Acumulativo		Tx. Anual de Crescimento Acumulativo
1865-1899	4,9	1865-1899	4,7
1900-1929	5,7	1900-1929	3,6
1930-1962	0,1	1930-1962	-0,4

Fonte: Diegues, Hector. "Crecimiento e Inestabilidad del valor y el volumen físico de las exportaciones argentinas en el periodo 1864-1963" Em: Desarrollo Económico. Rev. de Ciencia Sociales nº 46, vol. 12, Julio-Setiembre 1972, Bs. As
IDES

Dado o valor das exportações, a ilusão, não só de normalidade mas de "pleno apogeu" da economia agroexportadora, descarta a possibilidade dos fazendeiros, historicamente afastados dos interesses industriais, aceitarem transferir capitais para esse setor.

Além desse aspecto estritamente conjuntural da década de 1920, é preciso mencionar, ainda, as razões pelas quais a estrutura produtiva latifundiária se enraizou no país, a despeito do estancamento que experimentou, a partir do fechamento da fronteira agrária.

O problema de estancamento da produção agrária decorrente da perpetuação de formas extensivas de produção, sobretudo na pecuária, é um tema polêmico. Uma das interpretações, bastante generalizadas, nas análises argentinas, buscam explicar o estancamento através do reconhecimento de um comportamento "não capitalista" por parte da oligarquia, que a levaria a não buscar maximizar lucros.

Nessa visão os fazendeiros são vistos como rentistas passivos, que só buscam seguridade para seus investimentos, ainda que obtenham um lucro pequeno, em relação ao nível dos mesmos. 22

Em interessante análise, Guillermo Flichman contesta a essa corrente de pensamento. Diz o autor, "si, como sostienen entre otros los autores antes mencionados, los grandes propietarios de tierras no fueron verdaderos "capitalista" (en el sentido de buscadores de ganancias, que estudiaban las alternativas de uso de sus recursos disponibles cuidadosamente) y sólo fuesen una especie de ahorristas que quieren vivir tranquilos, obteniendo un

ingreso "acceptable" de sus bienes, resultaria bastante difícil de explicar como los "verdaderos" capitalistas, que detentan los palancas del poder político y económico, no han logrado eliminarlos de escena". 23

Flichman defende a "racionalidade capitalista" no comportamento dos donos da terra ao perpetuar a produção extensiva.

O autor baseia sua análise num estudo empírico que busca verificar o efeito produzido pela adição de novas tecnologias mais intensivas (maior investimento por hectare) sobre a rentabilidade do capital em exportações extensivas. 24 Ainda que o estudo se limite às explorações do gado, excluindo a agricultura, ele é significativo porque são justamente as mais extensivas

O estudo revela que, em propriedades de um tamanho de 3.625 hectares, com o tipo de tecnologia que utilizam, que é extensiva, na tipologia dos autores, obtém-se uma taxa de lucro de 4,81%. Aplicando uma técnica mais intensiva poderia chegar-se, no máximo, e numa taxa de 5,74%. É perfeitamente lógico supor, considerando o menor risco de exploração extensiva, que uma diferença de rentabilidade tão pequena não conduza ao uso de técnicas mais intensivas

Mencionamos com certa detenção o problema do estancamento agrário e da dificuldade para superá-lo, ainda que fugindo um pouco ao interesse específico deste trabalho, pela incidência que esse fenômeno teve, a nível nacional, ao travar a expansão do processo de acumulação. A partir do fechamento da fronteira agrária, a adoção de técnicas intensivas de produção eram imprescindíveis.

díveis como único meio de maximizar a produtividade do fator fixo, a terra, e manter o crescimento a longo prazo. Porém, tanto a conjuntura econômica do período 1914-1930, como a lógica capitalista da rentabilidade, que é inerente à estrutura produtiva da região pampeana, bloqueou toda possibilidade, a partir de 1914, de diversificar capitais, seja impulsionando técnicas mais intensivas de produção e/ou transferindo recursos a favor da industrialização. Concordamos nesse sentido com a posição de Carlos Diaz Alejandro, em sua clássica polêmica com Di Tella, G. e Zimelman, M., no sentido de que era impossível pensar nessa conjuntura econômica que o Estado tivesse condições de forçar uma transferência de recursos, a favor da industrialização.²⁵

Trata-se do Estado controlado, desde 1916 pela U.C.R. (Unión Cívica Radical), força contestadora da oligarquia agroexportadora. Por essa razão o Estado é responsabilizado por Di Tella e Zymelman e muitos outros autores de não ter impulsionado a transferência de recursos necessários, para desencadear a implantação do setor de bens de produção, quando, segundo os autores tinham sido dadas todas as condições, ao longo de 1920, para isso. Carlos Diaz Alejandro interpreta, em análise que concordamos que não existia nos anos 20, uma conjuntura favorável - dado o "auge" do setor agroexportador, para a consecução de "um projeto estatal de industrialização"

Mais relevante é o fato, em nossa opinião, de não existir as condições políticas. Apesar de ter perdido o controle direto do Estado, entre 1916-1930, a oligarquia não perdeu, ao longo do período, o controle político, dado sua clara preemi-

nência econômica e as próprias contradições que caracterizam a U.C.R., como força política 26.

A implantação do setor I viu-se limitada estruturalmente pela impossibilidade de acesso aos recursos financeiros necessários para isso. O excedente econômico gerado no setor agroexportador, encontrava aplicação produtiva em atividades comerciais e financeiras que serviam de base para a posterior produção rural. A organização do sistema bancário, teve uma decisiva atuação no direcionamento dado a essas atividades comerciais e financeiras. Como foi adiantado no capítulo II, o sistema estava constituído principalmente, por bancos oficiais ("Banco de la Nación" e "Bancos Provinciales"). Os estabelecimentos nacionais são, em consequência, de tipo oficial e representam ao redor da metade do capital e dos depósitos bancários de todo país, em 1925.

A outra metade encontrava-se controlada por uma rede de bancos nos quais intervém o capital estrangeiro.

A despeito do peso numérico dos bancos oficiais, foi essa rede de bancos privados de capital estrangeiro, que representou um papel fundamental nos empréstimos outorgados ao Estado. O Estado tomador de empréstimos converteu-se em devedor dos mesmos, comprometendo-se diretamente com os circuitos financeiros internacionais do capitalismo europeu. Na década de 1920, um terço dos ingressos do Estado estavam comprometidos no serviço da dívida externa. Por outro lado, esse sistema bancário cumpriu, internamente, uma claríssima função de apoio à economia agroexportadora, através da política creditícia. Essa política estava

direcionada ao financiamento dos investimentos das grandes firmas exportadoras. Os bancos asseguravam, também, o câmbio entre importadores e exportadores e o crédito às sociedades importadoras-redistribuidoras.

Só os grandes proprietários de terras tinham contato direto com os bancos, e os negócios comerciais e financeiros realizavam-se em Buenos Aires. No interior do Pampa, a maior parte dos produtores (arrendatários) de trigo e milho estavam integrados ao circuito bancário somente através de um circuito comercial usuário. Essa rede comercial estava controlada pelos "acopiadores", proprietários dos grandes armazéns gerais do campo, únicos fornecedores de todos os artigos necessários aos produtores. Eles controlavam, também, o "crédito agrícola", outorgado aos arrendatários, em troca de taxas de juros usurárias, sobre as colheitas.

A "libreta" de compra do produtor arrendatário, controlada pelo "acopiador" era o único instrumento de acesso ao crédito da agricultura do cereal. Por sua vez esse negócio de grãos ficava, através da rede comercial, totalmente controlado pelas grandes firmas exportadoras, principalmente as relacionadas com a produção de carne, dos grandes proprietários da terra. As grandes firmas controladoras do comércio internacional de carnes, cereais e oleaginosos foram, nos anos 80 a Dreyfus (francesa) e a Bunge e Born (belga-britânica). A elas uniram-se nos anos 90 a Huni e a Wormser, e a partir dessa data as quatro controlavam as exportações de cereais e oleaginosas 27

Outro canal de aplicação do excedente agrário, mais tradicional, porém amplamente praticado, foi a aquisição de ter-

ras. Todas essas práticas perpetuavam o sistema latifundiário, e, conjuntamente o arrendamento, como base para a reprodução do capital agrário, sob a égide do capital comercial

O controle do sistema comercial e creditício exercido pelos grandes capitais agroexportadores e financeiros internacionais, exemplificam as relações concretas que mantinham os distintos capitais entre si e a forma dominante que esses capitais assumiram: sua forma mercantil.

Através das funções comerciais o capital agroexportador comandou a dinâmica de reprodução, não só do capital agropecuário, mas também dos capitais internacionais aos quais a economia agroexportadora estava associada; comandou conseqüentemente, a reprodução do capital industrial, dada a dependência para seu desenvolvimento, da economia agroexportadora. 28

No marco dessa dinâmica capitalista e até a crise de 1929, o setor industrial dependeu crescentemente, para seu desenvolvimento, do reinvestimento de recursos gerados, nesse setor. A capacidade de financiamento do setor industrial, ao longo da década de 1920 foi eficiente para sustentar o "padrão restringido" de industrialização, porém, insuficiente para superá-lo, dada a impossibilidade de implantar o setor I. Limitou-se, assim, o processo de desenvolvimento pleno das forças produtivas capitalistas. Só a partir da implantação do setor de bens de capital, o capital produtivo passa a comandar o processo de acumulação e "não mais depende da ação do comércio para a expansão dos mercados necessários à sua produção [...] supera-se, pois, a dependência do capital produtivo em relação ao capital comer-

Estabelecida a restrição estrutural para implantar o setor I, o desenvolvimento industrial ficou condicionado à capacidade de importar bens de capital, e portanto atrelado à dinâmica da economia agroexportadora.

A indústria perpetua a dependência do setor agroexportador, único capaz de providenciar as divisas necessárias para esse processo. Dentro dessa dinâmica de crescimento econômico, o problema principal ao desenvolvimento industrial não se origina no "estrangulamento externo", ligado à demanda externa, como pretendem as teorias desenvolvimentistas (ainda que esse problema exista) mas, e fundamentalmente, nas contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista argentino.

Como observou S. Silva, as análises que limitam a influência do comércio externo sobre as economias periféricas a uma simples determinação da demanda sobre a produção eliminam "o problema real da especificidade das formas de produção capitalista nos países periféricos". 30

Por último é importante observar que as características que são específicas à formação do capitalismo argentino permitiram que o desenvolvimento da economia em sua totalidade fosse acompanhado de uma especial distribuição da renda, que redundou em uma peculiar formação das classes sociais argentinas.

A alta concentração da propriedade da terra, a dependência à entrada dos imigrantes para colocar em exploração a fértil "llanura pampeana", a rápida acumulação de capital resultante do dinamismo da economia agroexportadora, o peculiar desenvolvi-

mento industrial que esse processo desencadeou foram responsáveis por essa especificidade distributiva: ao mesmo tempo em que uma proporção alta da renda concentrou-se num grupo reduzido das camadas sociais superiores, uma média também alta, foi distribuída, em forma relativamente uniforme, entre as camadas inferiores. Essa distribuição da renda, tipicamente argentina, não se modificou a partir das mudanças que experimentou a economia nos anos 30. Pelo contrário, persistiu no tempo até épocas recentes constituindo a base da forte polarização política que acompanhou o desenvolvimento industrial inaugurado em 1930 31

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Dados de Diaz Alejandro, C. "Op. Cit" pag. 29
- (2) Dorfman, Adolfo. "Op. Cit" pag 323
- (3) Dorfman, A. "Op Cit."; Ortiz, Ricardo "Op. Cit"; Ferrer, Aldo "Op Cit"; Di Tella, G. e Zymelman, "Op Cit" e muitos outros.
- (4) Di Tella, G. e Zymelman, M "Op Cit" pag. 311
- (5) Di Tella, G. e Zymelman, M "Op Cit" pag. 311
- (6) Di Tella, G. e Zymelman, M "Op Cit" pag. 92 e 93
- (7) Di Tella, G. e Zymelman, M "Op Cit" pag. 418
- (8) Dentro dessa linha de pensamento, Diaz Alejandro, Carlos "Op Cit"; Villarruel, José C. "Op Cit"; Villanueva, Javier "El origen de la industrialización argentina" Bs As. Rev. Desarrollo Economico nº 47. Vol. 12, Oct/Dic. 1972
- (9) Dorfman, Adolfo. "Op. Cit". pag. 332/333
- (10) Dados de DiTella, G e Zymelman, M "Op Cit" (pag. 338)

- (11) Para uma análise mais detalhada do debate no Congresso pela restituição dos "aranceis" alfandegários desde 1920, Jorge, Eduardo, "Op Cit" pag. 57 e sig.
- (12) Dados de Ortiz Ricardo "Op. Cit" pag. 575
- (13) Jorge, Eduardo F. "Op Cit" pag. 105
- (14) Dados de Di Tella, G. e Zymelman, M. "Op. Cit" pag. 84
- (15) Dados de Ortiz, Ricardo "Op. Cit" pag. 565
- (16) Só para dar uma idéia, na década de 1920 entraram no país as seguintes empresas internacionais: a Parke Davis; Química Bayer; Pirelli; Goodyear; Thyssen; Duperial; Firestone; Michelin; Dunlop, etc. No período de 1912-32 instalaram-se instalaram, na ordem de apresentação, as plantas de montagem de automóveis: Ford, General Motors e Chrysler.
- (17) Dados de Gilbert, Horacio "op. Cit"
- (18) Os dados correspondem ao censo de 1937. Porém é um indicador das características que toma a produção agroexportadora no período 1914-30.
- (19) Cardoso de Mello João Manuel "Op. Cit" pag 102/103

- (20) Tavares, Maria da Conceição, "Op. Cit" pag. 126
- (21) Cardoso de Mello, João Manuel "Op. Cit" pag. 103
- (22) Nessa linha de pensamento: Gilberti, Horacio "El desarrollo agropecuario argentino" Bs. As. EUDEBA, 1964; Ferrer, Aldo "La economia argentina", México F.C.E., 1963; Braun, Oscar, "La renta absoluta y el uso ineficiente de la tierra argentina" em: Desarrollo Económico, nº 54 julio-setiembre, 1974.
- (23) Flichman, Guillermo "Op. Cit" pag. 152
- (24) O trabalho empírico citado por Flichman corresponde a Edith Obschatko e Alain de Janvry, "Factores limitantes al cambio tecnológico en el sector agropecuario argentino" en Desarrollo Económico, nº 42-44, julio 1971, marzo 1972 pag. 263-285
- (25) Diaz Alejandro, C. "Op. Cit"; Di Tella, G. e Zymelman, M. "Op. Cit"
- (26) Para uma visão sobre a U.C.R. Rock, David "El radicalismo argentino 1880-1930", Bs. As. Ed. Amorrortu, 1975
- (27) A análise sobre o papel do sistema bancário na política de crédito argentina foi extraída de Gaignard, Romain "La Pampa

agroexportadora: instrumentos políticos, financieros, comerciales y técnicos de su valorización". Em: "Desarrollo Economico" Bs. As. Oct. Dic., 1984, vol. 24.

Sem pretender fazer uma análise "linear" desde a década de 1920 até 1960, parece-nos importante, entretanto, a seguinte informação: nos marcos de uma análise sobre os termos de intercâmbio, crescentemente desfavoráveis à Argentina desde 1950, temos o seguinte para 1960: "La estructura de la comercialización interna y de la industrialización de muchos productos agropecuarios exportados por Argentina, al estar altamente concentrada em algunos monopolios, permite el manejo de los precios en detrimento de los productores agropecuarios pequeños y medianos que no tienen acceso directo al mercado mundial".

"La elaboración de la carne vacuna, que constituye un tercio del valor de las exportaciones totales, se concentra en cinco empresas extranjeras que controlan mas de la mitad de su valor. El maiz y el trigo participan en uns 25% em el valor de las exportaciones. Tres empresas controlan la mitad de las ventas externas, y con quatro empresas más cubren el 80% de las exportaciones totales de estos granos". Cimillo E.; Lifschitz, E.; Gastiazoro, E.; Ciafardini, H.; Turkieh, M. "Op. Cit" pag 172.

- (28) A especificação do caráter predominantemente comercial que assume o capital agroexportador, baseia-se na análise de Silva sobre os diversos aspectos e o aspecto dominante do

BIBLIOGRAFIA

- ALIMONDA, Hector, A. "Paz y Administración. Orden e Progreso. (Expansão exportadora e formas políticas na Argentina, 1860-1916 e no Brasil 1889-1930). Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, S.P., 1982.
- BARBOSA DE OLIVERIA, Carlos Alonso "Consideração sobre a formação do capitalismo". Tese de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, Campinas, 1977.
- ASSADOURIAN, CARDOZO, CIAFARDINI, GARAVAGLIA, LACLAU "Modos de Producción en América Latina". Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente # 40, 1973.
- BEE de DAGUN, Estela M. "La evolución de la industria argentina" Em: "Estudios Económicos" Bahia Blanca, Univ. Nac. del Sur, vol. II nº 4.
- BETTELHEIM, Charles "A transição para a economia socialista" Rio de Janeiro Zahar, 1969
- BEVERAGGI, Allende W.M. "El servicio del capital extranjero y el control de cambios. La experiencia argentina, 1900-1943" México-Bs. As., F.C.E., 1954.
- BROUN, Oscar "La renta absoluta y el uso ineficiente de la tierra argentina", Desarrollo Económico. Bs. As. # 54 Julio-set, 1974.

- BUNGE, Alejandro, E. "Una Nueva Argentina" Bs. As. Ed. Hyspanoamericana, 1987.
- CANO, Wilson "Raizes da concentraçao indústial em São Paulo". São Paulo, DIFEL, 1977.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel "O capitalismo tardio" S.P. Ed. Brasiliense, 1984.
- CHIARAMONTE, José Carlos, "Nacionalismo y liberalismo económicos en Argentina, 1860-1880". Bs. As., Ed. Solar.
- CIMILLO, E., LIFSCHITZ, E., GASTIAZORO, E., CIAFRADINI, H., TURKIEH, M. "Acumulación y centralización del capital en la industria argentina". Bs. As., Ed. Tiempo Contemporáneo.
- CINCUNEGUI, Jorge, E. "La teoria del bien primario exportable y el crecimiento económico argentino hasta 1930". Em: Estudios Económicos. Bahia Blanca, Univ. Nac. del Sur, vol. I Enero/Dic, 1982, nº 1-2.
- CORNBLIT, Oscar. "Sindicatos obreros y Asociaciones empresariales hasta la década del centenario". Bs. As., Instituto Torcuato Di Tella, Doc. de Trabajo nº 94, 1984.
- CORTÉS CONDE, Roberto "El Progreso Argentino, 1880-1914", Ed. Sudamericana, Bs. as.
- CORTÉS CONDE, Roberto "Problemas del crecimiento industrial de la Argentina, 1870-1914". Em: Desarrollo Económico. Bs. As. vol. 3 nº 1/2, abril/set., 1963.

- CORTÉS CONDE, Roberto "Hispanoamérica: la apertura al comercio mundial, 1850-1930". Bs/ As , Paidós, 1974.
- CUCCORESE, Horacio Juan "Historia económica - financiera argentina, 1862-1930. Bs. As. El Ateneo.
- CUNEO, Dardo "Comportamiento y crisis de la clase empresarial". Bs. As. Biblioteca Política Argentina # 64, Centro Editor de América Latina, 1984.
- DIAZ ALEJANDRO, Carlos "Essays on the economic history of the Argentine Republic". New Haven and London, Jale University Press, 1970.
- DIAZ ALEJANDRO, CARLOS "La economía argentina en el periodo 1880-1914". En: "La Argentina del Ochenta al Centenario". Compiladores Gallo, Ezequiel e Ferrari, Gustavo. Bs. As., Ed. Sudamericana.
- DIEGUES, Héctor "Crecimiento de las exportaciones argentinas en el periodo 1864-1963". Desarrollo Económico Bs. As. vol 12 # 46 julio-set, 1972.
- DORFMAN, Adolfo "Historia de la Argentina". Bs. As. Ed. Solar.
- FERNS, H.S. "Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX". Bs As., Ed. Solar, 1960.
- FERRER, Aldo "La economía argentina. Las etapas de su desarrollo y problemas actuales" Bs. As. F.C.E., 1968.

- FLICHMAN, Guillermo "La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino". Bs. As. Siglo XXI, 1977.
- FORD, A.G. "Comercio exterior e inversiones extranjeras, 1880-1914". Em: La Argentina del Ochenta al Centenario". Op. cit.
- FRONDISI, Arturo "Petróleo y Política". Contribuição para con el estudio de la historia económica argentina y de las relaciones entre el imperialismo y la vida económica nacional". Bs. As. Ed. Raipal, 1955.
- GAINARD, Romain "La Pampa agroexportadora: instrumentos políticos, financieros, comerciales y técnicas de su valorización". Em: Desarrollo Económico. Bs. As. vol. 24 nº 95, oct/dic., 1984.
- GALLO, e. e CORTÉS CONDE, R. "Historia Argentina. La república conservadora". BS> As., 1987.
- GELLER, Lucio "El crecimiento industrial argentino hasta 1914 y la teoría del bien primario exportable". Em: "El régimen oligárquico". Compilador: Gimenez Zapiola, Marcos. Bs. As. Ed. Amorrortu, 1975.
- GERMANI, Gino "Política e Massa". Estudos Sociais e Políticos. Faculd' de de Direito Universidade de Minas Gerais, 1960.
- GERMANI, Gino "Estructura Social de la Argentina". Bs. As., Raigal, 1955.

- GIBERTI, Horacio "El desarrollo agropecuario argentino". Bs. As. EUDEBA, 1964.
- GIMENEZ ZAPIOLA, Marcos (compilador) "El régimen oligárquico". Bs. As., Amorrortu, 1975.
- GONDRA, Luis Roque "Historia económica de la República Argentina". Bs. As., Ed. Sudamericana.
- GRAVIL, Roger "El comercio minorista británico en la Argentina 1900-1940". Em: El régimen Oligárquico.
- GUY, Donna, J. "La industria argentina 1870-1940. Legislación comercial, mercado de acciones y capitalización extranjera". Desarrollo Económico. Bs. As., vol. 22, nº 87, oct/dic, 1982.
- ISACOVICH, Marcelo "Argentina económica y social". Bs. As., Ed. Quipo, 1963.
- JORGE, Eduardo "Industria y concentración económica". Bs. As. Siglo XXI, 1975.
- LACLAU, Ernesto (h) "Modos de producción, sistemas económicos y población excedente. Aproximación historia de los casos argentino y chileno". Em: El régimen oligárquico.
- LACLAU, Ernesto (h) "Feudalismo y capitalismo en América Latina". Em: "Modos de Producción en América Latina". Cuadernos de Pasado y Presente, nº 40, Córdoba, 1973.

- PANETTIERI, José "La crisis de 1873". Bs. As. Centro Editor de América Latina, 1984.
- PANETTIERI, José "Argentina: Historia de un país periférico (1860-1914)". Bs. As., Centro Editor de América Latina, 1986.
- PANETTIERI, José "La ley de conversión monetaria de 1864 y la oficina de cambio de 1867. Causas y consecuencias económico-sociales". En: Desarrollo Económico. Bs. As. vol. 20 nº 79, oct/dic., 1980.
- PINEDO, Federico "Siglo y medio de economía argentina". México. Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos, 1961.
- REGALSKY, Andrés Martín "Las inversiones extranjeras en la Argentina 1860-1914". Bs. As. Biblioteca Política Argentina nº 151. Centro Editor de América Latina, 1986.
- ROCK, David, "El radicalismo argentino 1890-1930". Bs. As., Ed. Amorrortu, 1975.
- SÁBATO, Hilda "Capitalismo y ganadería en Buenos Aires: la tierra del lanar 1850-1890". Bs. As., Ed. Sudamericana, 1898, Ed. Sudamericana, 1989.
- SCOBIE, James R. "Revolution on the Pampas. A social history of Argentine Wheat 1860-1910". Univ. de Texas, Austin, 1964.
- SILVA, Sergio "Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil". São Paulo, Ed. Alfa-ômega, 1986.

- SUZIGAN, Wilson "Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento". São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição "Acumulação de capital e industrialização no Brasil". Tese de Livre-Docência. Rio de Janeiro, Faculdade de Economia e Administração da Univ. federal do Rio de Janeiro, 1974.
- VASQUEZ PRESEDO, Vicente "La evolución industrial argentina 1880-1910". Em: "La Argentina del Ochenta al Centenario".
- VILLANUEVA, Javier "El origen de la industrialización argentina". Em: Desarrollo Económico. Bs. As., vol. 12 nº 47, oct/dic., 1972.
- VILLARRVEL, José, C. "El ocaso de un paradigma: la Argentina en la Depresión Mundial". Cuadernos de Historia Argentina. Bs. As., Ed. Biblos, 1988.
- ZYMELMAN, M. e DI TELLA, G. "Etapas del desarrollo económico argentino". Bs. As. Ed. Biblioteca de América, 1967.